



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

BALBINA LÍBIA DE SOUZA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RORAIMA (2009-2015)**

Boa Vista – RR
2017

BALBINA LÍBIA DE SOUZA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RORAIMA (2009-2015)**

Dissertação apresentada como pré-requisito
para conclusão do Programa de Mestrado em
Desenvolvimento Regional da Amazônia para
obtenção de título de Mestre em
Desenvolvimento Regional e Urbano e
Políticas Públicas
Orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras.

Boa Vista – RR
2017

BALBINA LÍBIA DE SOUZA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RORAIMA (2009-2015)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas. Defendida em 03 de março de 2017 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras
Orientador (PPGDRA/UFRR)

Profa. Dra. Geyza Alves Pimentel
Membro interno (PPGDRA/UFRR)

Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva
Membro externo (PPGSOF/UFRR)

Prof. Dr. Linoberg Barbosa de Almeida
Suplente (PPGDRA/UFRR)

In memoriam,
vôinho e voinha,
Áureo e Antônia, exemplos de
fé, dedicação e amor à família.

AGRADECIMENTOS

Um grande desafio foi lançado ao embarcar no processo de mestrado, um sonho pessoal e necessidade profissional. Ao meu lado, em total apoio condicional estão pessoas dos quais considero de todo afeto e coração, peças fundamentais nessa empreitada. O caminho foi longo, árduo e bastante doloroso. Perdas sofri, lágrimas derramaram pelo meu rosto, sejam elas de adeus aos meus entes, sejam essas lágrimas de dúvidas ou medo pelo tempo a ser cumprido, a questão é que missão dada em minha vida deve ser missão cumprida.

Minhas devoções de Fé permitiram continuar no caminho certo mesmo com tropeços e distrações, foram inspirações nas horas que precisei inspirar, respirar, continuar. Nossa Senhora Rainha da Paz que fez sempre sentir acolhida. Meu Arcanjo Miguel, nobre anjo que sobre sua proteção me trouxe de volta para casa em segurança após chegar tarde da noite depois de um dia inteiro na universidade dissertando. Me resguardo em ti, meu protetor!

Dona Aldema, agora a matriarca da família, minha mãe, minha base, meu tudo!! Não teria conseguido sem o apoio moral, ético. Simplesmente a melhor base familiar, de educação, de vida. Meu exemplo, minha heroína, “mainha”!!! Meus irmãos, Alex, Kleyton e Bruno, a vitória do mestrado tem participação direta de vocês. Minha cunha Ênia Ferst, hoje doutora Ênia, motivação profissional com tamanha eficiência. À minha família, somente meus agradecimentos.

O que falar dos meus nobres amigos, Jaqueline, Mônila, Relvison, obrigada meus “miguxos”. Nesse trecho incluo a todos da Universidade Federal de Roraima, como funcionários da biblioteca, a tiazinha do lanche, as tiazinhas da limpeza, a todos que indiretamente fazem parte desta que é, sem dúvida, a minha segunda casa.

Aos meus colegas de turma dos programas de mestrado do PPGDRA/NECAR, da PPGEIO e PPGSOF, meus agradecimentos por enriquecer em conhecimentos com debates pertinentes em sala de aula e em especial à Jemima Pascoal com auxílio na produção dos gráficos e seus ajustes. Aos nobres professores que me acompanharam nesse processo, membros e funcionários do NECAR (Diegão, meu querido!!!), vocês foram muito importantes em todo esse processo. Obrigada!

A gratidão a técnicos da UFRR que disponibilizaram dados que deram suporte ao estudo de caso, pessoal do setor de convênios que foram sensacionais ao resgatar documentos históricos da instituição. Agradecimentos aos técnicos-administrativos da

Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT), esse estudo veio para contribuir, as críticas vêm porque quero o melhor para nossa universidade. Vocês são guerreiros que trabalham com pouco estrutura e nunca desistem. Obrigada pela paciência em me aturar!

Agradecimentos seguem à banca de qualificação e defesa na presença dos professores Dra. Geyza Alves Pimentel, Dr. Linoberg Barbosa de Almeida e Dr. João Jarochinski, dos quais trouxeram pertinentes apontamentos que auxiliaram no aprimoramento e refinamento da pesquisa. Além da comunidade acadêmica das quais entrevistei e, por vezes, ao me relatarem suas memórias, consegui enxergar um saudosismo sem tamanho. Professor Dr. Reginaldo Gomes, minha maior admiração ao ouvir seus relatos sobre nossa universidade sob um olhar poético e carinhoso que o senhor demonstrou.

Deixei para agradecer por último à pessoa que acreditou em meu potencial, cuja parceria tem dado certo desde a graduação, meu orientador e hoje meu nobre amigo Dr. Elói Martins Senhoras. Sempre preocupado com os resultados adequados, qualidade do trabalho, nunca me deixou faltar sua presença, sempre em constante contato e marcando de perto a orientanda que, por vezes, se perdia no tempo e espaço. Perfeccionismo o define!!!

Não tenho dúvidas que sua orientação foi a mais adequada e que o seguimento dado à pesquisa foi correta e justa. A gente sempre acha que pode fazer melhor, mas o caminho percorrido foi trilhado na certeza de que foi a decisão acertada. Meus sinceros agradecimentos pelo voto de confiança!!

Enfim, não é um fim. Tem muito chão pela frente e hoje um objetivo foi alcançado, um sonho foi realizado. Que venham outros. Meu muito obrigada a todos de coração!

*A cooperação é a convicção plena de
que ninguém pode chegar à meta se
não chegarem todos.*

(Virginia Burden)

RESUMO

A internacionalização universitária é um fenômeno histórico de longa duração que adquire crescente relevância institucional nas décadas recentes, razão pela qual a presente pesquisa o toma como estudo a partir da sua análise na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Com base nessa discussão, o objetivo da dissertação é analisar e caracterizar a internacionalização da UFRR no período de 2009 a 2015, por meio da utilização de procedimentos metodológicos híbridos, fundamentados em método teórico-histórico-dedutivo que se materializa tanto via revisão bibliográfica, documental e revisão integrativa, quanto via estudo de caso. Os resultados da pesquisa sobre a internacionalização da Universidade Federal de Roraima, apontam como características um padrão de desenvolvimento exógeno, cuja natureza é reativa e passiva em função do alto grau de dependência de programas e convênios internacionais propostos por instituições parceiras, além de existir sérias lacunas institucionais do ponto de vista endógeno quanto à recepção de estrangeiros e envio da própria comunidade acadêmica ao exterior.

Palavras-chave: desenvolvimento exógeno; internacionalização universitária; paradiplomacia educacional; universidade federal de Roraima.

ABSTRACT

The internationalization of university is a historical phenomenon of long duration that have acquired increasing institutional relevance in the recent decades, reason for which the present research takes it as study from its analysis at the Universidade Federal de Roraima (UFRR). Based on this discussion, the objective of the dissertation is to analyze and characterize the internationalization of UFRR in the period from 2009 to 2015, through the use of hybrid methodological procedures, based on a theoretical-historical-deductive model method that materializes itself both through bibliographical, and integrative review, as well as a case study. The results of the research on the internationalization of Universidade Federal de Roraima based on all results, points out as characteristics of an exogenous development pattern, whose nature is reactive and passive due to the high degree of dependence of international programs and agreements proposed by partner institutions , besides there are serious institutional gaps from the endogenous point of view regarding the reception of foreigners and sending of the academic community itself abroad.

Key-words: exogenous development; internationalization of university; educational paradiplomacy; Federal University of Roraima.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da dissertação	16
Figura 2 - Controle da educação ao longo dos séculos.....	27
Figura 3 - Transição de influência sobre a Universidade na Europa.....	33
Figura 4 - Evolução dos Modelos de Universidades	36
Figura 5 - Grau de internacionalização por modelos universitários.....	37
Figura 6 – Grau de pesquisa e ensino por modelos de universidades	45
Figura 7 - Influências dos modelos sobre a formação do ensino superior no Brasil	49
Figura 8 - Dimensões de estudo do campo científico.....	61
Figura 9 – Distribuição de grupos de pesquisa sobre Internacionalização no Brasil	63
Figura 10 - Processo de revisão integrativa.....	74
Figura 11 - Fases da revisão bibliográfica efetiva.....	78
Figura 12 - Eixos essenciais da revisão bibliográfica sobre Internacionalização de Universidades	79
Figura 13 - Premissas essenciais e premissas auxiliares à internacionalização de universidades	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ano de fundação dos grupos de pesquisa relacionados a Internacionalização .	62
Gráfico 2 - Perfil dos grupos de pesquisa sobre Internacionalização	64
Gráfico 3 - Distribuição dos grupos de pesquisa por área predominante	66
Gráfico 4 - Evolução das publicações sobre Internacionalização de Universidades no Brasil (1995-2015)	66
Gráfico 5 - Evolução de publicações sobre Internacionalização de Universidades em Português, Espanhol e Inglês (1995-2015)	67
Gráfico 6 - Distribuição de área do conhecimento dos autores citados	73
Gráfico 7 - Distribuição de estudantes estrangeiros na UFRR	103
Gráfico 8 - Alunos estrangeiros por programas e cursos na UFRR (2011-2015)	105
Gráfico 9 - Distribuição de alunos estrangeiros por ano	106
Gráfico 10 - Distribuição de estudantes estrangeiros de pós-graduação na UFRR (2012-2015)	112
Gráfico 11 - Mobilidade de professores da UFRR	115
Gráfico 12 - Distribuição de alunos de graduação da UFRR em mobilidade acadêmica internacional	118
Gráfico 13 - Cursos de graduação sem envio ao exterior	119
Gráfico 14 - Cursos que não receberam estudantes estrangeiros	120
Gráfico 15 - Comparativo entre pós-graduandos estrangeiros e nacionais na UFRR	121
Gráfico 16 - Orçamento da UFRR (2009-2016)	128

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Objetos específicos da pesquisa	18
Quadro 2 - Origens das Universidades medievais.....	28
Quadro 3 - Ciclo de vida da internacionalização da UFRR	86
Quadro 4 - Convênios internacionais da UFRR.....	88
Quadro 5 - Modalidades de internacionalização por diplomacia educacional na UFRR....	98
Quadro 6 - Políticas estratégicas de internacionalização da UFRR	124
Quadro 7 - Programas da UFRR que envolvem a internacionalização	125
Quadro 8 - Análise SWOT da internacionalização da UFRR.	126

LISTA DE BOX

Box 1 - Dimensões teóricas sobre os eixos temáticos na perspectiva de Internacionalização de Universidades	76
Box 2 - Os filhos da África são maioria (PEC-G).....	109
Box 3 - Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC/OEA/GCUB) na UFRR.....	111

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Reitor da UFRR Dr. Hamilton Gondim e comitiva ao lado do presidente Fidel Castro, Havana, 1994	90
Imagem 2 - Expansão do campus Paricarana/UFRR – REUNI	93
Imagem 3 - Ações promovidas pelos acadêmicos do PEC-G	110
Imagem 4 - Técnicos da CRINT, alunos estrangeiros no NUCELE, Restaurante Universitário e container.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDU	Confederação Brasileira de Desportos Universitários
CELPE-BRAS	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DERCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
EUA	Estados Unidos da América
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
GATS	<i>General Agreement on Trade in Services</i>
GCUB	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
FASU	Federação Africana de Desporto Universitário
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAPRI	Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais
NECAR	Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe
NUCELE	Núcleo de Estudos de Línguas Estrangeiras
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEА	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEC	Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa Estudantes-Convênio de Graduação
PEI	Plano Estratégico Institucional
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão
PPGSOF	Programa de Pós-Graduação de Sociedade e Fronteiras
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
REUNI	Reestruturação e Extensão das Universidades Federais
RI	Relações Internacionais
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UN	<i>United Nation</i>
UNCTAD	<i>United Nation Conference of Trade And Development</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A UNIVERSIDADE COMO OBJETO DE PESQUISA.....	23
1.1 A ORIGEM DAS UNIVERSIDADES	24
1.2 A IGREJA: ORIGEM SECULAR	29
1.2.1 Transformação laico-científico	31
1.2.2 Renascimento, Humanismo e Iluminismo	34
1.3 OS MODELOS DE UNIVERSIDADE.....	35
Internacionalização	36
1.3.1 Difusão do Modelo Francês e transição ao Modelo de Humboldt	38
1.3.2 Difusão do Modelo Inglês – Idealista	41
1.3.3 Difusão do Modelo Norte-Americano - Utilitarista	44
1.3.4 O Modelo Brasileiro	47
1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	53
2 MAPEAMENTO DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DE UNIVERSIDADES	54
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	55
2.2 ANÁLISE SISTEMÁTICA SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	60
2.2.1 Análise do campo científico sobre Internacionalização no Brasil.....	62
2.2.2 Revisão Sistemática dos estudos sobre internacionalização de universidades brasileiras	67
2.3.4 Revisão bibliográfica sobre internacionalização de universidades brasileiras ...	77
2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	82
3 ESTUDO DE CASO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	83
3.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA: BREVE HISTÓRICO.....	84
3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FASES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR ...	85
3.3 ANÁLISE DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR (2009-2015)	97
3.3.1 Internacionalização como processo de dupla-via	97
3.3.2 Padrões de desenvolvimento de internacionalização da UFRR	99
3.3.2.1 Desenvolvimento exógeno da internacionalização na UFRR	100
3.3.2.2 Desenvolvimento endógeno de internacionalização da UFRR	113
3.4 ANÁLISE INSTITUCIONAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR.....	122
4 CONCLUSÕES.....	135
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>143</u>

INTRODUÇÃO

A internacionalização do ensino superior é um assunto de crescente relevância nos debates científicos contemporâneos e na própria materialidade empírica de diferentes instituições acadêmicas mundo afora. Apesar da crescente relevância científica e empírica, observa-se que o fenômeno de internacionalização universitária não tem sido erigido necessariamente por dinâmicas construtivistas contemporâneas, mas antes faz parte da própria origem de ensino superior, manifestado no conceito chave de universidades, numa visão universal do conhecimento a partir da integração de diferentes atores, espaços ou mesmo conhecimentos.

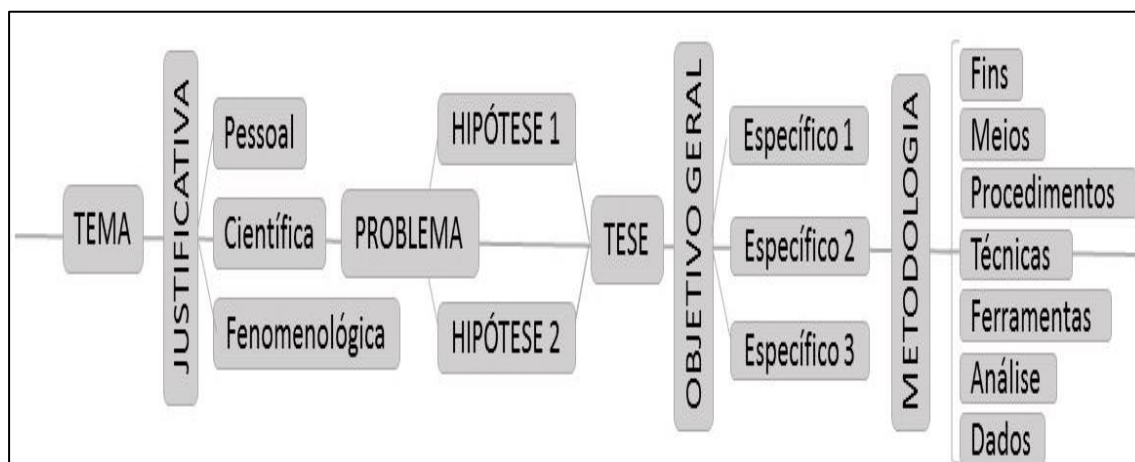
Dessa forma, apresentando o *tema*, a Internacionalização de universidades é o fator central desta pesquisa, seu conceito correspondente ao processo de diálogos como cooperação técnico-científica, intercâmbios e mobilidades acadêmicas com outras instituições ou organizações diversas como empresas, governos, agências internacionais como complemento das funções voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.

Numa visão histórica, as instituições de ensino superior desde sua origem têm estimulado a mobilidade de professores que ministravam suas aulas em outras regiões e além dos estudantes, que na busca do conhecimento, saíam de suas cidades atravessando territórios, o que indiretamente, caracteriza a internacionalização do meio acadêmico, mesmo antes da conformação dos Estados-nações pós-Westphalia.

O aspecto contemporâneo da internacionalização de universidades é permeado por um contexto complexo caracterizado por diferentes perfis conformados numa noção de redes interdependentes de *policymakers* e *stakeholders* numa agenda que propaga o conhecimento por meio de instituições de ensino superior, cuja lógica está baseada na cooperação e integração como uma política *soft power* que auxilia como um dos fatores de construção da identidade nacional, fortemente atrelados ao campo da educação superior.

No Brasil, esse processo está ligado a modernização das capacidades produtoras do conhecimento por meio da globalização, onde a conjuntura estrutural da internacionalização universitária está subordinada aos aspectos da diplomacia e paradiplomacia educacional e conformação de agendas organizacionais que proporcionam, de fato, que as instituições realizem atividades internacionais firmando convênios adequados ao tripé da educação brasileira, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Figura 1 – Fluxograma da dissertação



Fonte: Elaboração própria.

Tomando como referência o presente tema de discussão, o estudo tem como *justificativas* três eixos complementares a pesquisa, uma de cunho pessoal/profissional, a segunda de importância científica e a terceira fenomenológica, motivações sociais que dão suporte a relevância dessa dissertação.

Quanto as *justificativas fenomenológicas* e sociais que levaram à essa pesquisa, estão focadas nas mobilidades acadêmicas, tanto no prospecto de ida e vinda de estudantes e pesquisadores ligados a alguma instituição estrangeira. Isso advoga dizer que a geração do conhecimento envolve trocas e avanços nas ciências, tecnologia e inovação, levando ainda em consideração a formação de valores sociais, nas quais as instituições de ensino superior podem utilizar das informações para criar novas políticas de internacionalização em sua organização.

Quanto as *justificativas científicas*, no contexto de estudos vinculados ao Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI/UFRR), figura-se a linha de pesquisa sobre Cooperação Internacional que faz jus ao tema proposto, do qual servirá para agregar, por meio dos dados e análises realizadas, material para o núcleo em questão.

Outro aspecto acadêmico está na colaboração com o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia, onde a linha de pesquisa Desenvolvimento Regional, Urbano e Políticas Públicas, está ligada ao Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR/UFRR), o que justifica a necessidade em conhecer as características de internacionalização destas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) bem como seus programas e convênios internacionais visando ensino, pesquisa e

extensão e assim, além da catalogação de dados dos quais foram mensurados diante das fases de internacionalização da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Quanto a *justificativa profissional/pessoal*, a pesquisa foi fundamentada por conta de experiência sobre intercâmbios vivenciados, incluindo visita à Espanha num convênio firmado por esta IFES, do qual a mestrandanda teve a possibilidade prática de observar a dinâmica em uma instituição universitária que transborda a internacionalização desde o século XIII, a Universidade de Salamanca, além de perceber a expansão desse movimento por meio de políticas modernas de recepção de alunos, professores e pesquisadores estrangeiros.

A presente pesquisa é materializada em um *problema* que se manifesta no seguinte questionamento: Quais são as características do processo de internacionalização da Universidade Federal de Roraima no período de 2009 a 2015?

A pesquisa adota duas *hipóteses* por meio de uma variável independente (hipótese 1) e uma variável dependente da primeira (hipótese 2), onde a hipótese 2 é sustentada e complementada baseado nos estudos abordados pela hipótese 1.

A hipótese 1, H1 (variável independente), identifica as ações e estratégias organizacionais das IFES no Brasil se dão por meio de influências decorrentes das políticas de Estado que proporcionam critérios de maiores ou menores graus de internacionalização institucional. Partem da identificação de que os processos de internacionalização universitária são permeados por um campo de diplomacia e paradiplomacia educacional.

A hipótese 2, H2 (variável dependente), identifica que a Universidade Federal de Roraima apresenta uma paradiplomacia universitária claramente passiva e reativa a ações de diplomacia educacional do governo brasileiro, bem como paradiplomacia educacional de grupos universitários estrangeiros.

A combinação funcional entre as hipóteses 1 e 2, dá origem à *tese* de que a Coordenadoria de Relações Internacionais da UFRR apresenta um baixo grau de autonomia financeira e decisória, o que repercute na conformação de uma agenda de paradiplomacia universitária passiva com limitações no envio de estudantes, professores e equipe técnica para o exterior, bem como graves limitações para a recepção nesta IFES de estudantes e professores estrangeiros.

Essa tese corrobora para a construção do *objetivo geral* que é analisar o fenômeno de internacionalização universitária à luz de uma revisão histórica e teórica e de um estudo de caso com base na Universidade Federal de Roraima no período de 2009 a 2015.

Já para os *objetivos específicos* da pesquisa, eles estão conformados em três objetivos e hierarquizados de maneira complementar alocadas por capítulo, de modo que esses objetivos dialogam com o processo meio da pesquisa, necessária para o estabelecimento de resultados de acordo com ações de determinadas estratégias. O quadro a seguir, esquematiza a proposição desses três objetivos.

Quadro 1 - Objetos específicos da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEIOS	RESULTADOS
1. Desenvolver e sistematizar uma periodização sobre a internacionalização universitária, desde sua origem nos tempos medievos até o período atual;	1. Sistematizada pela percepção da origem das universidades, juntamente com a internacionalização, por meio de revisão bibliográfica.	Capítulo I
4. Analisar o fenômeno de internacionalização universitária por meio dos referenciais teóricos;	2. Estabelecida por meio de discussão fundamentada nas teorias de Relações Internacionais, além de construção de estudos de revisão integrativa;	Capítulo II
5. Averiguar as estratégias de internacionalização universitária da Universidade Federal de Roraima (UFRR).	3. Baseado em análise documental da UFRR, além de aplicação de entrevistas com atores envolvidos no processo de internacionalização desta IFES.	Capítulo III

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a delimitação dos objetivos específicos, seus meios e resultados, os *procedimentos metodológicos* estão configurados numa lógica de classificação, cuja sequência determina todo o arcabouço da pesquisa de forma a direcionar na busca por respostas aos questionamentos elencados anteriormente. Dessa maneira, os procedimentos metodológicos estão dispostos quanto aos fins, quanto aos meios, quanto aos procedimentos, quanto aos dados, quanto à análise dos dados, quanto às ferramentas e quanto às técnicas.

Em primeiro lugar, a pesquisa categorizada *quantos aos fins* está estruturada em um estudo exploratório-descritivo e explicativo das características de internacionalização do aparelho da UFRR e os atores que nela participam.

Em segundo lugar, a pesquisa *quantos aos meios* está identificada como um estudo qualitativo, fundamentada em um método histórico-dedutivo que parte de marcos históricos até chegar a um estudo de caso empírico.

Em terceiro lugar, a *coleta de dados* do presente estudo está qualificada em histórico (trajetória história da conformação das universidades como instituição de ensino superior), tipológico (com base nos estudos de referencial teórico como elucidação do objeto de estudo) e de estudo de caso (análise concreta sobre a difusão da internacionalização de universidades com alvo focado na UFRR).

Em quarto lugar, *quanto a análise de dados*, a pesquisa está fundamentada no estudo relacional entre os dados secundários provenientes do método de revisão bibliográfica como base para o recorte analítico do referencial teórico escolhido, bem como dos dados primários provenientes de revisão documental (derivação de informações), Revisão Integrativa (recorte integrado do conhecimento com base no estado da arte), além do estudo de caso (uso de dados primários e secundários) a fim de atender as necessidades da pesquisa.

Os dados utilizados na pesquisa estão classificados em: Dados primários, sendo esses, documentos da UFRR como estatuto, regimentos e estatísticas fornecidas por órgãos internos da instituição e como Dados secundários, livros, periódicos científicos, artigos, dissertações e teses disponíveis em banco de dados do *Google Scholar* e demais portais eletrônicos acadêmicos como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O roteiro de desenvolvimento da pesquisa foi construído por meio de duas etapas complementares e diacrônicas que se consubstanciaram, tanto em um trabalho de gabinete, com compilação de dados secundários em livros, periódicos e demais artigos e publicações científicas ao longo do ano de 2015, e quanto ao de trabalho de campo desenvolvido entre os meses de setembro de 2016 a fevereiro de 2017.

- a) *Revisão Documental e Bibliográfica*: A pesquisa utilizou de fonte primária como documentos institucional como Decretos, Estatutos, Resoluções, Convênios Internacionais e fontes secundárias para revisão bibliográfica como livros, publicações de periódicos científicos, teses e dissertações.
- b) *Revisão Integrativa*: Foi utilizado nesta pesquisa, a base da Plataforma *Google Scholar* a fim de catalogar parâmetros métricos por comparação de *ranking* de citações como forma de agregar ao estudo qualitativo/quantitativo que integrassem informações a fim de teorizar com base no estado da arte que firmou em resultado, o capítulo 2.

- c) *Estudo de caso*: A pesquisa foi desenvolvida de acordo com o roteiro levando em consideração o Local de estudo na UFRR situada no campus Paricarana em diferentes unidades administrativas desta instituição, que resultou em capítulo 3.

O roteiro de estudo de caso está fundamentando numa periodização de atividades aplicadas em determinadas localidades da UFRR que tomou como referência uma população-alvo específica em universo maior, cuja amostragem foi de 30%. Para isso, as descrições dos elementos caracterizaram todo o processo de estudo de campo de maneira ordenada e previamente planejada.

Quanto ao período, essa etapa foi dividida em duas partes, coleta de materiais e entrevistas. A coleta de material para confecção da pesquisa de campo iniciou em setembro finalizando em dezembro de 2016. Já as entrevistas, foram realizadas no período que compreende janeiro e fevereiro de 2017.

Os locais visitados durante o trabalho de campo dentro da UFRR foram: Vice-Reitoria, Pró-Reitoria de Planejamento, Departamento de Registro e Controle Acadêmico, Coordenadoria de Relações Internacionais, Coordenação de Convênios, unidade de ensino (Centro de Ciências Humanas), unidades de pesquisas (Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais, Núcleo de Estudos Comparados Amazônia e do Caribe, Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia), além do Restaurante Universitário e Biblioteca Central.

A população alvo estudada foi parte da comunidade acadêmica composta por específicos gestores administrativos, técnicos-administrativos, estudantes de graduação estrangeiros e nacionais, alunos de pós-graduação estrangeiros, coordenadores de cursos e centros de pesquisa, além de professores. Esse público está diretamente relacionado as práticas da internacionalização da UFRR.

Quanto a amostragem, foram utilizados 30% desse público. A utilização do anonimato foi considerada, a fim de manter os entrevistados à vontade em suas respostas, além de assegurar o depósito do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, considerando o caráter ético sobre o uso das entrevistas, preservando o público-alvo.

As ferramentas utilizadas nesta pesquisa foram o *software* Excel 2016 para emprego de dados primários obtidos em unidade administrativa da UFRR (CRINT), utilizados para a compilação de gráficos e tabelas. Nas entrevistas foi utilizado gravador de voz Samsung modelo Galaxy A7 2015 com posterior transcrição de conteúdo armazenado em DVD-RW,

registrando informações orais que auxiliaram na análise perceptiva sobre internacionalização da UFRR e; para registo fotográfico, o uso de câmera Canon Powershot SX400IS, a fim de catalogar os espaços físicos da UFRR relacionadas as atividades acadêmicas de internacionalização.

Após o detalhamento dos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi previamente foi construída a partir de um discurso de gradação crescente, fundamentada pela influência de Santo Agostinho, na qual o primeiro capítulo se inicia com 30 laudas e progressivamente, o conteúdo e o aprofundamento da discussão avançam até se chegar ao último capítulo com 59 laudas.

O *Capítulo I*, “A Universidade como objeto de estudos”, foi discutido a origem das universidades, compreendendo seus estágios evolutivos de controle sobre as mesmas, as políticas estatais em seu entorno, além de analisar as possíveis características que levam a crer se uma universidade nasce internacionalizada, visto que o comportamento social é transformado conforme o período e cenário geopolítico.

O poder político está totalmente vinculado as transformações sofridas pelas universidades, além do desenvolvimento das cadeias econômicas e científicas, inicialmente moldadas nos grandes centros de estudos, instante pelos quais possibilitou identificar os modelos de universidades e suas características principais, seja pela influência que cada Estado-nação permeia na sociedade pelo meio educacional até mesmo, a própria conformação do sistema que permite que as universidades de caráter mais autônomas, transmitissem padrões de desenvolvimento por meio de seus modelos *sui generis*.

O *Capítulo II*, “Mapeamento do campo de estudos sobre internacionalização de universidade”, foi discutida a evolução das atividades relacionadas à universidade com o Mapeamento do campo de estudo sobre a internacionalização das universidades, visualizando os aspectos que envolvem pesquisa e a cooperação envolvendo rede de pesquisadores como difusão do conhecimento. Além do que, o processo de difusão do conhecimento gera novas características inerente as atividades das universidades que é a educação vista como um serviço, atingindo outros setores além do educacional, o que impulsionou o processo de internacionalização de inúmeras instituições de ensino superior.

Todavia, essas dinâmicas permitiram o engendramento sobre o campo de estudo voltados à internacionalização, onde a premissa organizacional do capítulo foi construída por dimensões tanto nos campos fenomenológicos, como epistemológicos e ontológicos sobre o processo de internacionalização, facilitando desse modo, a análise do campo

científico sobre o tema no Brasil e a evolução sobre a evolução das pesquisas e, amplo levantamento sobre a revisão sistemática sobre os estudos de internacionalização das universidades brasileiras. Todos esses recursos foram capazes de alicerçar o referencial teórico, além de abordar conceitos que permitiram fortalecer as hipóteses apresentadas.

A construção do *Capítulo III*, “Estudo de caso sobre a internacionalização da Universidade Federal de Roraima” foi discutida as atividades voltadas à internacionalização da UFRR, instituição quase três décadas de ações voltadas à comunidade científica com expressivos transbordamentos tamanha sua importância para a sociedade em seu entorno, além de figurar como forte ator no uso das potencialidades que promovem o desenvolvimento endógeno da região.

Ainda no capítulo III, as análises partiram de afirmativas sobre as parcerias e, posteriormente convênios internacionais que permitiram enxergar o processo de internacionalização por meio de três grandes fases e assim, explorar o período que de fato, foi o promotor institucional sobre as políticas de internacionalização da UFRR.

Por fim, as conclusões estão fundamentadas numa síntese de resultados com implementação de sugestões e melhorias de agenda de estudos científicos e melhorias para gestão administrativa. Dessa forma, os resultados da pesquisa, com base nas análises dos dados e estudo de caso, demonstram que a UFRR apresenta características ainda problemáticas, como baixo grau orçamentário e baixa autonomia decisórias relacionadas a CRINT, confirmando as hipóteses e tese proposta.

1. A UNIVERSIDADE COMO OBJETO DE PESQUISA

A educação figura como fator chave a ser alcançado com qualidade de excelência para qualquer instituição que firme compromisso ao encarar esse desafio. Adequar-se aos indicadores que levarão à conquista de mérito educacional produzem efeitos que variam conforme a época e, os processos de modernização do ensino sofrem alterações de acordo com as questões políticas, sociais e econômicas de uma determinada região.

Em se tratando de ensino superior, os compromissos são amplos e determinados por estratégias institucionais das quais variam de universidade para universidade. Isso caracteriza a construção de estudos que a focalizam como objeto de pesquisa a partir de sua origem advinda do século XII até a compreensão de estruturas modernas por meio de fluxos de integração do ensino e divulgação de conhecimento.

Além disso, dentro de certificações que qualificam os méritos educacionais, alinham-se políticas de desenvolvimento nacional aos aspectos da globalização e a postura do Estado-nação que compreende na educação superior um produto, mesmo que imaterial, mas que se efetiva como instrumento garantidor de rentabilidade e reputação às instituições e ao próprio Estado. Compete afirmar ainda, que analisar a universidade como agente organizador de modelos propagadores do ensino, do conhecimento, advoga ainda como disseminador de ideologias e comportamentos, cuja lógica instrumental pode estar baseada de acordo com as políticas nacionais de desenvolvimento do ensino superior de cada país.

Para mostrar sua evolução ao longo dos séculos, esse capítulo objetiva explicar sobre os aspectos estruturais e conjunturais que formam o alicerce da Universidade como instituição do saber, seja por modelos históricos em demonstrações de poder do Estado ou Igreja Católica, além de atuais características que trouxeram a expressão de configuração sobre o ensino, a pesquisa e extensão.

Ademais, faz-se a compreensão da formação geopolítica que o mercado do ensino superior, por meio das quais as universidades alocam para si e que ultrapassam seus limites fronteiriços, seja pela integração do conhecimento ou ampliação do seu espaço institucional do além-fronteiras é objeto de estudo necessário. Assim, mostrar que a universidade nasceu internacionalizada e foi uma das propulsoras do desenvolvimento de determinadas regiões por meio de seus modelos universitários

1.1 A ORIGEM DAS UNIVERSIDADES

As universidades deixaram de ser ao longo dos anos, lugar físico do conhecimento e passou a ganhar espaço como um dos propagadores de cultura universalizada, das várias ciências que não somente as humanas, naturais e filosofias. Tal estrutura se transformou em instituição de cunho social, de contextos e concepções contraditórias por adequar-se aos planos do mercado capitalista, mas sem deixar as análises que inserem seus limites e possibilidades desse capitalismo na sociedade. Posição indispensável na academia que a torna um lugar de reflexões que vão além das teorias científicas.

Estas interpretações ou posturas levaram séculos para serem moldadas e diversos modelos foram elaborados a fim de dinamizar e flexibilizar o ensino. A história nos mostra que autonomia institucional nem sempre esteve como elemento fixo dos planos da academia, o que tornava mais difícil a conformação de identidade para assim, posicionar-se sobre a realidade nacional, mesmo que suas finalidades fossem o ensino, pesquisa e extensão.

Dessa busca por autonomia a fim de garantir pluralismo de ideias e liberdade de reflexões, as universidades passaram por momentos que, em sua memória, transitam pelo agir do homem e mediados pelas relações de poder político da época em questão, iniciados na era medieval ocidental, ora percorrida sob domínio do poder laico ora do poder do papado.

Sua prosperidade são herdeiras do mundo greco-romano¹, onde com o passar dos séculos assumiram figura específica em conjunturas religiosas do Oriente islâmico e do Ocidente cristão. Luiz Eduardo W. Wanderley (2003), explana sobre a produção dos saberes e as ações dos mestres medievais e relata as novas exigências históricas:

Na época feudal existiram os chamados *studia generalia*, lugares frequentados por estudantes vindos de todas as partes. Para terem o direito de ensinar ou de conferir graus, eles precisavam de licença do papa, do rei ou do imperador. A excelência de algumas escolas, no fim do século XII, extrapolava suas dimensões locais. Os estudantes, professores e clérigos desfrutavam de privilégios e imunidades, tais como proteção contra prisão injusta, permissão para morar em segurança, direito de interromper os estudos, proteção contra extorsão em negócios financeiros etc. Dentre os *studia generalia* mais conhecidos destacaram-se os de Paris, Bolonha, Nápoles, Oxford. [...] a palavra *universitas* foi originalmente aplicada às sociedades corporativas escolásticas e,

¹ As concepções acerca da filosofia e da propulsão do saber pelos filósofos da Idade Antiga não serão alvo de pesquisas mais aprofundadas dado que o caráter significativo gira em torno da estrutura que constitui a Universidade.

provavelmente no decorrer do século XIV, o termo passou a ser usado à parte, no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e alunos, e cuja existência corporativa houvesse sido reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica ou civil. Outras *fontes* indicam a influência da cultura árabe e a instituição El Azhar, no Cairo (970), na fundação da escola de medicina de Salerno, na Itália, no século XI. Naquelas escolas o centro era o ensino de direito, mas posteriormente ao Concílio de Latrão, o núcleo passou a ser a teologia (WANDERLEY, 2003, p. 15-16).

Das origens e consolidação dessas estruturas acadêmicas, engendram as disputas políticas para o controle da sociedade no medievo que à época, servia inicialmente para formar uma elite aristocrática, onde posteriormente estabelece uma elite de mérito que com o advir dos anos, passará por transformações que se adequam às novas condições dos tempos induzida pela realidade. Situações que levam a exigências de especializações técnicas ajustadas às novas questões econômicas, políticas e de divisão social do trabalho.

Contudo, dadas as condições sociais que a Europa vinha enfrentando a partir do século XII, o renascimento urbano acontecendo em contraposição à Europa agrária, acabam trazendo consigo elementos que repaginam a história do velho continente nos aspectos econômicos, políticos e religiosos, além de pedagógico, pois estamos falando de uma Europa com Estados-nações onde a língua culta ainda era o latim, utilizada entre membros da igreja católica e as elites letradas como meio de comunicação.

Importante salientar sobre a característica do século XII, onde a estrutura de ensino era monástica de escolas rurais e passa a ter característica episcopal, ou seja, para escolas urbanas. Natural assim, que as universidades surjam por consequência, principalmente com o advento do modelo de escolas episcopais e também caracteristicamente urbanas. Ainda com o Renascimento desse período, nas condições sociais, a Europa nunca havia vivenciado a explosão do conhecimento como então, seja pela ciência greco-árabe e pelo direito romano, dessa forma, a universidade surge nesse movimento tanto pelas demandas urbanas quanto culturais da época.

Como descreve Terezinha Oliveira (2007), as transformações vivenciadas com base na formação da sociedade colocam a universidade como um ator basilar oriunda do medievo, constituindo uma espinha dorsal da burguesia. Ademais aos estudos das universidades a partir do século XII, inicia a compreensão sobre o pensamento e o desenvolvimento das ciências na Europa.

Fase de grandes aspirações que o mundo Ocidental vivenciava, fez com que as indagações dos planos filosóficos, morais, científicos tivessem obrigação de respostas das

quais já não satisfaziam os homens, criando vitalidade à essas instituições que se materializavam ideias e firmassem seus caminhos.

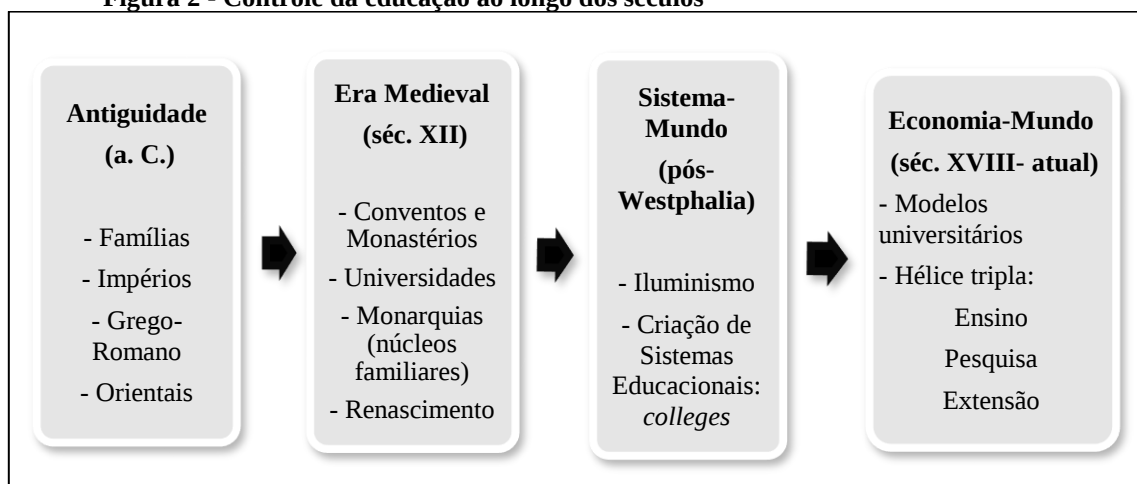
Como a manipulação pelo poder ao qual monarquias e igrejas lançavam punho firme, tanto para manutenção do mesmo como ampliar influência, nada mais natural que ter ao seu alcance o conhecimento sobre os aspectos científicos. Dessa forma, ao tratar o legado histórico dessas instituições, o faremos pela sua origem para que possamos compreender sua importância na construção das identidades sociais.

Para entender a dinâmica evolutiva das universidades, é preciso entender que o conceito original de universidade em sua totalidade está baseado no conceito de educação, onde essa trajetória foi dinamizada por diferentes forças ao longo de diferentes perspectivas de sistemas políticos.

Existem, portanto, sistemas descentralizados, dos quais o núcleo duro da formação educacional é a família até a conformação de outros sistemas civilizacionais como a da China, os egípcios e sistemas imperiais como os gregos e os romanos e, por fim, a economia-mundo. Ao longo desses sistemas, observou-se uma crescente institucionalização da educação, isto é, uma passagem das funções educativas da família para outros atores como por exemplo, os eclesiásticos da Igreja Católica no mundo ocidental, os tradicionalistas no mundo oriental e por fim, o próprio Estado.

Contudo, o processo evolutivo que iniciou com a construção do saber e se estruturou de forma institucionalizada por meio das universidades é mostrado pelas relações internacionais como transição que vem pelo termo educação desde a antiguidade até o sistema de economia-mundo (BRAUDEL, 1996). Na figura 2, essa evolução da educação é vista como medida de posse dos sistemas hegemônicos que ultrapassavam séculos, mudando somente seu grau de controle e de atores centrais ao direito dessa posse sobre a educação.

Figura 2 - Controle da educação ao longo dos séculos



Fonte: Elaboração própria.

Na antiguidade, os sistemas hegemônicos detinham o poder sobre o conhecimento e a base educacional institucionalizada em minissistemas, já que não existia formação de Estados-Nação. Esses territórios, formados por Impérios passavam o conhecimento por meio da educação diretamente aos membros de famílias nobres. No caso dos Impérios Greco-Romanos, essa noção de educação estava ligada ao aspecto familiar, onde os filósofos prestavam serviços diretamente às famílias influentes.

No oriente antigo não era muito diferente. Existia, pois, a educação tradicionalista, voltada somente aos segmentos privilegiados, a classe dominante. Além do que, a educação estava ligada a caráter sagrado e exotérico, passado a instrução somente aos filhos dos privilegiados dos quais atingiam a graus superiores do saber. Veja que a educação é o elemento acima do ensino, é a propulsão do saber de todas as dimensões da vida, postura holística que, posteriormente é repassada com a criação das Universidades do século XII.

Contudo, autores que analisaram em profundidade as origens das universidades merecem destaque, como é o caso do historiador francês especialista em universidades da Idade Média, Jacques Verger (1943-). O destaque dado a esse autor remete as origens dessa instituição de ensino, do qual se dá a partir de suas relações de poder, das relações com as instituições anteriores e em função das lutas travadas entre os agentes do saber com as demais pessoas do local onde as instituições se localizavam.

Nesse sentido, não se pode entender as origens das universidades sem considerar os acontecimentos sociais que marcaram o Ocidente medieval do século XIII. Por isso, Verger vincula a origem aos principais aspectos históricos desse período e, como dito anteriormente, dentre esses aspectos, o que mais dá relevância são as disputas entre os

poderes laico e eclesiástico, além daqueles entre os habitantes das comunas e os privilégios dado aos homens que se dedicavam ao saber, incluindo a liberdade de trânsito entre as comunas. Enfim, os diferentes avanços e conflitos que marcaram esse período que Verger definiu em três origens distintas as universidades medievais.

Quadro 2 - Origens das Universidades medievais

Universidades “Espontâneas”	Nascidas de escolas importantes pré-existent, desenvolveram relações sociais que agregaram um número cada vez maior de pessoas e uniu interesses em seu seio.	Exemplos: Universidade de Paris e Universidade de Bolonha.
Universidades nascidas por migrações	Consequências de secessões utilizadas como armas das jovens universidades em luta contra autoridades locais. Os mestres se deslocavam do local onde se encontravam há bastante tempo e iam onde tivessem mais proteção e aceitação das autoridades locais e da população.	Exemplo: Universidade de Cambridge (oficialmente reconhecida em 1318) nasceu da secessão oxfordiana de 1208.
Universidades “Criadas”	Criadas de uma só vez pelo Papa ou Imperador, numa estreita relação entre homens do saber e o poder, seja eclesiástico ou laico. Significa que papas e soberanos não aceitavam o desenvolvimento espontâneo das universidades nascidas antes de tudo, no desenvolvimento intelectual do século XII. Preferiam assim, criar as universidades tendo a disposição da Igreja ou do Estado um pessoal intelectualmente qualificado.	Exemplo: Universidade de Nápoles

Fonte: Elaborada a partir de Jacques Verger (1990).

Dessa forma, compreender as origens das universidades, desde o conceito basilar que é a educação até a acumulação do conhecimento para a sua propagação, nos confere a importância dessa instituição, além do que, a quem compete protegê-la e porque o faz. É fato que o passar dos séculos, as universidades adquiriram certa independência, deixando de lado a característica de lugar supremo ou absolutamente respeitado por todos, inclusive pelas autoridades.

Sua independência diante dos poderes fez com que as universidades se aproximassem de fato da sociedade, configurando novos desafios. Entretanto, se essas instituições nasceram de aspectos vinculados aos contextos históricos, natural que tais desafios sejam as formulações que respondem às exigências do momento em questão.

Em virtude do conhecimento e o saber serem as características marcantes das universidades do medievo, atualmente deixaram essas de ser a essência do ser, o que detona o questionamento sobre o papel dessas instituições e o que realmente interessa as universidades. Para isso, a necessidade de voltar às origens de sua criação, visto pelo aspecto político e as novas características das universidades.

1.2 A IGREJA: ORIGEM SECULAR

A Igreja Católica sempre exerceu controle doutrinário sobre as universidades na Idade Média, onde essa vigilância estava inserida sob o contexto de relações humanas pelas quais já se observava novas possibilidades de produção na sociedade em questão. Era no período do feudalismo, considerado um minissistema, uma vez que existe descentralização das relações com dinâmicas entre suseranos e vassalos, onde o grande ator acaba sendo a Igreja como o núcleo duro sobre a educação.

Em uma época em que o homem vivia predominantemente ligado à terra, além de ter organização social do trabalho atrelada a postura hierarquizada com ligação de deveres e obediência, aceitação dos desígnios dogmáticos e humildade, as transformações que vieram posteriormente fizeram com que a Igreja repensasse sobre suas influências.

Mesmo que as práticas pedagógicas e escolas já existissem desde a Antiguidade, a universidade tem sua origem agregada a história da própria Igreja Católica, mais ainda, o ensino tal como conhecemos, Ensino Superior, dizia respeito na era medieval aos estudos teológicos, o que se confundiu por muito tempo com o discurso teológico. Tomás de Aquino (1225-1274) tornou-se referência quando se trata de instituições universitárias, pois estiveram sob a égide do cristianismo. Jules Simon (1814-1896) defendia a ideia de que as causas naturais detinham reflexos enigmáticos à imagem de Deus, onde o conhecimento da natureza decorria de suposta revelação divina. Nas palavras de Bruno Sá e Maria Thereza Coelho (2013):

Para se ter uma ideia da influência do discurso religioso na história da universidade, basta lembrar que o resgate da filosofia grega pela cultura ocidental foi realizado pela escolástica [...], que teve São Tomás de Aquino como seu principal representante. O predomínio da escolástica no campo da filosofia fez com que a instituição universitária fosse dominada por pensadores à moda episcopal por mais de cinco séculos. Essa prevalência não significa, contudo, ausência de embate. Até conseguir se desvincular da teologia, o processo de separação da filosofia por ser compreendido a partir do debate entre o sistema

de ideias que buscavam decifrar o verdadeiro significado de Deus e os pensadores que defendiam a utilização da filosofia como instrumento de investigação da natureza e das sociedades, mas não de parte cabível à divindade (SÁ; COELHO, 2013, p. 2).

Essa discussão mostra o quanto a igreja estava preocupada em manter seu poder sobre o ensino e por isso, a necessidade de institucionalizar as universidades sob seu controle, tanto que a figura do Papa era quem outorgava o funcionamento da mesma por meio de *licentia ubique docendi*, onde o pontífice materializava em documento oficial o surgimento de uma universidade, incluindo entre os seus pares, licença para lecionar no mundo cristão.

Recebendo alunos de todas as partes da Europa Ocidental, esses estudantes de universidades reconhecidas pela autoridade papal tinham alguns privilégios quando comparados aos cidadãos comuns e em relação aos demais estudantes, gerando em muitos casos, conflitos entre a sociedade e a universidade. Privilégios estes que iriam de isenção do serviço militar, isenção de impostos da cidade, direito a greve (*cessatio*) ou a reação e submissão dos estudantes a tribunais especiais.

Assim, aspectos que excluía a intervenção e o controle da autoridade local sobre as universidades, criaram de certa forma, determinada autonomia, mesmo que limitada, pois como explica Le Goff (1989, p. 63), “quando o Papa retira os universitários do controle local da Igreja [...] é para submetê-los à Santa Sé, integrá-los em sua política, impor-lhes seu controle e seus fins”. Assim, embora houvesse a busca da instituição pela sua autonomia ante ao poder local, crescia o poder do Pontífice face às universidades. Diante de tal, as concessões de privilégios vinculam-se ao fato da igreja em não aceitar perder o monopólio do ensino e não permitir que esses espaços universitários fossem propagadores de conhecimento que colocassem em xeque as verdades impostas pela Santa Sé.

É nessa perspectiva que as conjunturas históricas das universidades são envaidecidas pela igreja cristã que trata o poder como objetivo, onde em uma sociedade ideologicamente controlada muito de perto por este núcleo duro, existiam os intelectuais que frequentam as instituições do saber e passam a serem fieis. Mesmo que com determinado senso crítico, torna-os intelectuais submetidos, tal como as ordens, à Sé apostólica, ou seja, aquela à quem protege para dominá-los, assim, a Igreja, mesmo pagando caro por essas conquistas e dominação social, tem em seus intelectuais, em certa medida, agentes do pontífice.

Por fim, o século XII tendo a Igreja como ator secular, atuaria por outros vários séculos ainda, a fim de defesa de seus interesses e tentativa de continuação de um monopólio em seu proveito, mas o método universitário escolástico, forma de pensar agregada a fé cristã e pensamento racional fortalecido por Tomás de Aquino seria posteriormente, submetido a uma série de crises que se instala nas cadeias da sociedade e entre os intelectuais acadêmicos nos quais, aos poucos, submergirá.

1.2.1 Transformação laico-científico

Sendo este, o século XII o das universidades, as corporações são características de destaque, pois configuram as primeiras formações de ofício. Não acontecem rapidamente, mas as corporações universitárias são organizadas lentamente adquirindo algumas conquistas e que manifestam aos poucos um poder que inquieta outros poderes. Num consciente embate, os intelectuais das universidades – professores e estudantes – lutam, às vezes contra os poderes eclesiásticos, outras vezes contra o poder laico, assim, alcançavam sua autonomia.

O papel social desempenhado por esses intelectuais, ora regido aos serviços do Papa, ora a serviço real, trazia proximidade política necessária e inserção cultural significativa com a sociedade. Esse comportamento de interesses pendular, seja a favor ou contra as autoridades causavam desde questionamentos até assimilação dos antigos conhecimentos sagrados ou filosóficos.

Para se manterem, as universidades dependiam de verbas que por tempos foram providos pelas famílias dos estudantes. A Igreja foi primordial em custear também essas instituições, mas o principado laico passou a desejar domínio institucional e assim, financiando, ampliou controle sob a mesma. Dessa forma é possível observar nesse período mudanças significativas na sociedade medieval e, segundo Terezinha Oliveira (2007):

Se até então, a Igreja, portanto, a religião, indicava o caminho intelectual, com o surgimento das universidades e de um novo intelectual modifica-se esse caminhar, colocando na ordem do dia a importância dos saberes científicos. Não é gratuito que, no século XIII, verificamos o florescimento das universidades, o início da formação dos estados modernos e, concomitantemente, este é o século da alta Escolástica² (OLIVEIRA, 2007, p. 123).

² Isso não significa que os universitários viviam uma completa harmonia com os habitantes da cidade. Muito pelo contrário, os documentos atestam frequentes enfrentamentos entre as gentes das universidades e os da comunidade. Várias universidades foram criadas em outros locais em virtude de migrações de mestres e

Duas das primeiras universidades criadas, a de Bolonha e de Paris³ são utilizadas para mostrar o foco dos debates intelectuais e das renovações de ideias, já que ambas se tornaram modelos para as demais universidades posteriormente criadas. As reformas que vieram no ensino, principalmente a parisiense, aborda aspectos de um novo profissional, o da cultura, onde seu trabalho está baseado no estudo, na ciência e no saber. Cabe ressaltar, que estes aspectos elevam a influência da universidade, ressaltando o papel político-cultural chamando atenção aos avanços da instituição.

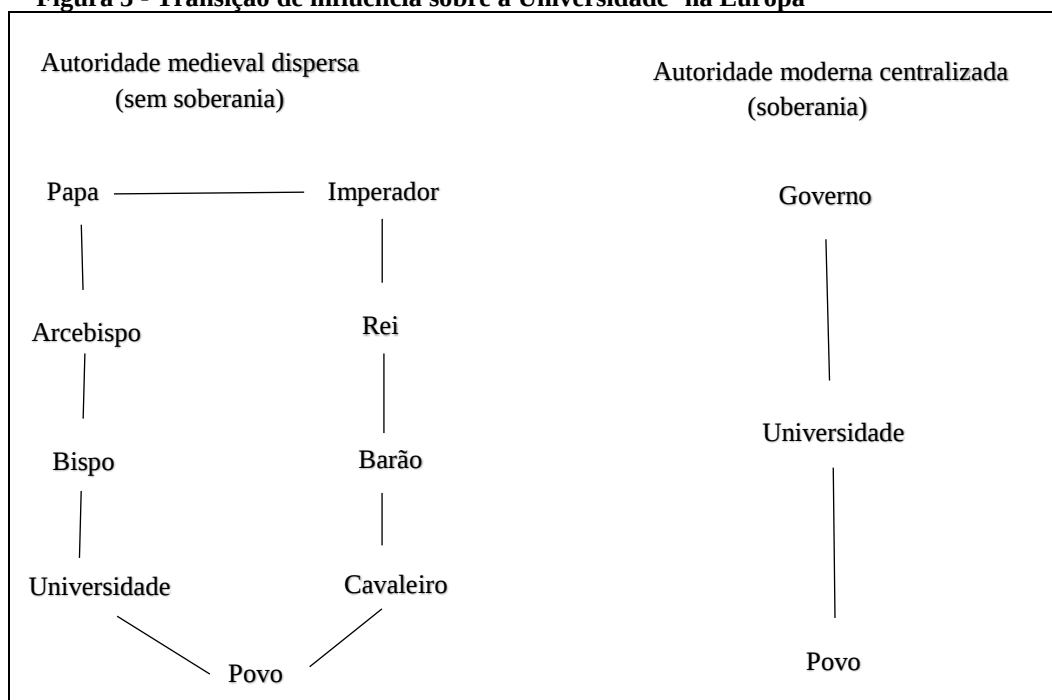
A separação da fé e dos estudos é a mutação mais implacável que o poder eclesiástico poderia sofrer, inclusive representando um ponto fundamental, a identidade da própria universidade, totalmente dedicada ao estudo, ou seja, espaço social inteiramente destinado ao saber. Uma certa ruptura relevante que indica a preocupação dos homens das universidades em não formar somente clérigos de ideologias cristã, mas formar pessoas capazes de aprender e ensinar, deixa o conhecimento de ser condição divina e passa a se tornar atividade humana da qual pode ser desempenhada por qualquer cidadão que tenha capacidade do intelecto racional.

Contudo, nesse período medieval o sistema funcionava mais como um império do que um sistema estatal e seu núcleo duro estruturado na figura do Imperador. Além do que, não havia territórios definidos em fronteiras. Em resumo, o mundo medieval “era uma colcha de retalhos geográfica com países distintos representados por cores diferentes, mas uma mistura complicada e confusa composta por formas e matizes variados” (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 34).

escolares. Contudo, mediante as restrições e controles que os homens e instituições viviam no mundo feudal, as universidades tinham grandes espaços de liberdade científica e política (OLIVEIRA, 2007, p. 123).

³ A primeira universidade foi a de Bolonha, embora tenha recebido seus estatutos do Papa somente em 1252; mas, desde 1154, o Imperador Frederico Barba Ruiva concedera privilégios aos mestres e aos estudantes de Bolonha. [...], os mestres e estudantes de Paris receberam privilégios do Papa Celestino III em 1174 e do Rei da França, Felipe Augusto, em 1200. Mas a unidade só recebeu seu estatuto do legado pontifício, Roberto de Courson, em 1215, e de uma bula, muito importante, do Papa Gregório IX, em 1231 (*Parens scientiarum*) (LE GOFF, 2010, p. 176).

Figura 3 - Transição de influência sobre a Universidade⁴ na Europa



Fonte: Elaboração própria Baseado em Jackson & Sørensen (2007, p. 37).

A grande questão em torno das universidades e o seu controle está intimamente ligado a mudança política do período medieval para o moderno, cuja conjuntura se transformou na consolidação e provisão dos valores dentro de uma única estrutura de organização social independente e unificada, ou seja, Estado soberano. Além disso, com o monopólio do poder nas mãos do Estado, claramente não havia mais espaço para a existência de instituições, povos ou territórios semi-independentes, passando a ser controlado pelo governo estatal. Período histórico que tem como marco o ponto de partida do sistema internacional moderno e, identificado com a Guerra dos Trinta Anos (1618-48) e com a Paz de Westphalia (1648), acordo que deu fim ao conflito citado.

O acordo vestfaliano legitimou uma comunidade de Estados soberanos. Marcou o triunfo do *stato* (Estado), no controle de suas questões internas e na independência externa. Essa era a aspiração de príncipes (governantes) em geral – e em especial dos príncipes germânicos, ambos protestantes e católicos, em relação ao império (Sagrado Romano ou Habsburgo). Os tratados de Vestfália estabeleceram muitas regras e princípios políticos da nova sociedade de Estados ... O acordo foi promovido para gerar um estatuto abrangente de toda a Europa (Watson, 1992, p. 186 *apud* JACKSON; SØRENSEN, 2007. p. 39).

⁴ A universidade não está encaixada como ponto de hierarquia sobre os demais atores e sim, escala de influência do núcleo duro sobre a mesma.

Não obstante, a economia é outro fator relevante, pois ocasiona novas relações das quais auxiliam para ampliar as estruturas das universidades, visto que a mão que a sustenta agora é do Estado. O renascimento urbano trouxe o desenvolvimento das cidades e do comércio, além do crescimento financeiro dos feudos juntamente com a abertura do comércio marítimo do mediterrâneo, possibilitando contato maior entre mercados estabelecidos nas regiões que possuíam maior número de pessoas e estudantes de escolas catedráticas, favorecendo troca de conhecimento e comunicação entre os mesmos.

1.2.2 Renascimento, Humanismo e Iluminismo

A nova forma de conhecimento advoga com elementos dos quais foram decisivos à formulação de nossas identidades sociais, visto que estas instituições medievais conseguiram preservar o patrimônio histórico do Ocidente. Foram elas, primordiais para construção dos Estados modernos, por terem sido criados justamente no interior das grandes transformações dessa época. Mudanças ocorridas sobre o saber não devem ser atribuídas tão somente ao Renascimento, Humanismo e Iluminismo dos séculos XV e XVI, isso porque é possível que esses acontecimentos tenham sido consequências das mudanças ocorridas no século XIII, assim como nossas origens e tradições.

Até pouco tempo, era comum encontrarmos análises que consideravam os teóricos medievais como meros representantes da Igreja e do papado. Equivocadamente, atribuíam o nascimento das ciências modernas e do empirismo a Bacon e Descartes. Esses autores expressaram, indubitavelmente, mudanças profundas nas ciências, mas também inegável que não podemos considera-los como pioneiros do empirismo, a não ser ignorando pensadores como Roger Bacon (1215-1294), Guilherme de Ockham (1285/90-1349), Jean de Salisbury (1120-1180), Tomás de Aquino (1225-1274), Alberto Magno (1193-1280). Esses autores se dedicaram a investigações empíricas e compreenderam que para tratar ciências naturais, era preciso a experiência e o conhecimento de outras autoridades além das sagradas, como Aristóteles (OLIVEIRA, 2007, p. 116).

Assim, tratar elementos renascentistas e iluministas como influência nas universidades modernas e suas formações parte de certo pressuposto de liberdade, a maneira que a sociedade vivenciava. As transformações europeias na Idade Média vistas nos campos social, cultural, religioso, jurídico e comercial em muito tiveram as contribuições responsáveis ao desenvolvimento das instituições universitárias.

Mesmo com o Estado núcleo duro controlador das universidades, a liberdade encontrada pelos movimentos renascentistas, humanistas e iluministas foram capacitores

em gerar novas formas de ampliar conhecimento. A necessidade de aprimorar o comércio, gerou processo de racionalização que posteriormente caracterizou o mundo moderno.

1.3 OS MODELOS DE UNIVERSIDADE

Saindo da era de grandes transformações e revoluções que foi a Idade Média e entrando no “século da história”, o século XVI caracteriza como período de construção da moderna ciência, estudada nas cátedras europeias, essa mesma história nos conta por multiplicidades de concepções, acontecimentos que trazem profundas mudanças estruturais do velho continente que transbordaram mais tarde em reações políticas, sociais e econômicas com reflexos em cadeia pelo resto do mundo e nas universidades não foi diferente.

Marcado pelo decisivo processo de criação dos Estados nacionais na Europa, onde a definição de fronteira física, povos, idealização de nação como identidade, tem a propagação dos principais vetores da modernidade que fortaleceria o conceito de eurocentrismo como: a expansão do capitalismo industrial, a queda do Antigo Regime feudal com seus modelos políticos e ideológicos com a dispersão dos cânones liberais, além do estabelecimento do paradigma da racionalidade científica. É a era moderna que traz à luz um período patente de movimentos intelectuais dos mais variados.

Com a divisão social do trabalho, as universidades fixaram-se como locais de especializações, pois não ficavam mais restritas à clérigos ou altos apadrinhados da cúpula real. Agora existe a classe burguesa que viu na educação, em especial, na educação superior, meios para sua ascensão social já que os caminhos do comércio o levava à ascensão econômica. Contudo, fazia-se necessário reconhecimento social obtido mediante educação.

Embora não seja nosso foco abordar as questões históricas do próprio século XIX, é fato aqui a preocupação em abordar o mundo acadêmico do mundo prático nesse interim, e nesse contexto, os modelos de ensino nas universidades que se espalharam em número e, em consequência das independências e ampliação das colônias em outros continentes também são influência das novas conformações de poderes entre os Estados-Nação.

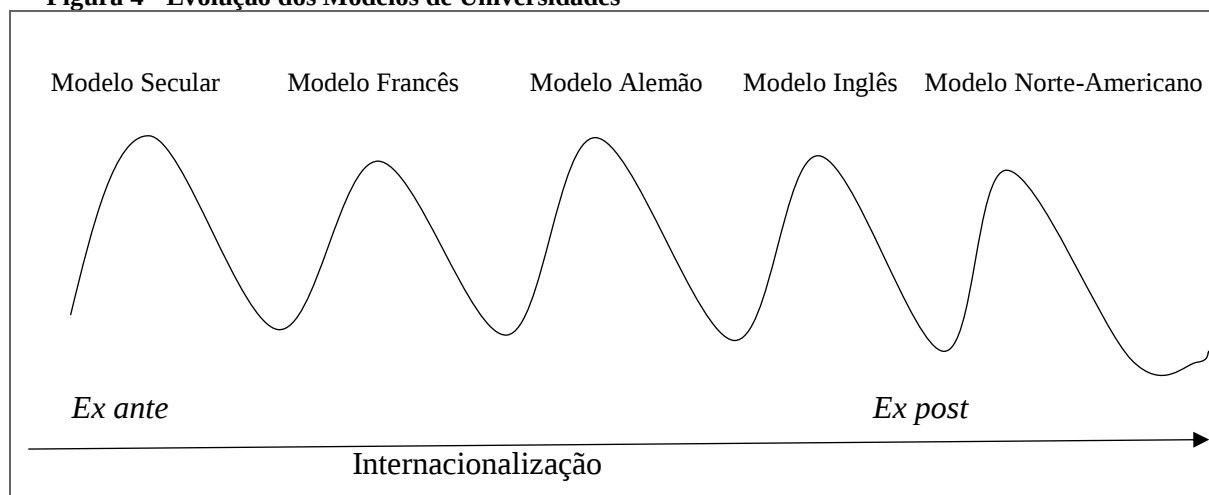
Os contornos econômicos agora provocados pelo capitalismo trazem uma nova demanda às universidades com caráter instrumental devido as revoluções burguesa, estimulando a educação técnico-científica (HOBSBAWN, 2012).

Do viés ideológico, as elites ao lado do Estado buscam respeitar, de certa forma, a autonomia administrativa e a liberdade de produção científica, tudo pela construção do acesso a instituição que auxilia o andamento dos negócios do Estado, visto que a universidade moderna se torna instrumento destinado à formação e fortalecimento desse Estado e sua burguesia.

Portanto, não há dúvidas sobre o caráter social e político da universidade na Idade Média, sendo, pois, um dos principais legados do período. A questão está em melhor contextualizar o momento em que estamos nos referindo sem que se tome visões distorcidas que efetivamente levaram à criação desta instituição.

Natural que sua constituição, seus objetivos e ideologias das universidades tenham mudado ao longo de tão extenso período e, por conta disso, suas estruturas estão baseadas em modelos das quais serão analisados a fim de ilustrar as concepções e suas referências que moldaram esses institutos de ensino. Assim, os Modelos Francês (Napoleônico), Modelo Alemão (Humboldt), Modelo Inglês (Idealista) e Modelo Norte-Americano (Utilitarista) formam tipos de sistemas universitários com finalidades e posturas diferenciadas, cuja influência é perceptível nos dias atuais.

Figura 4 - Evolução dos Modelos de Universidades



Fonte: Elaboração própria. Baseado em Verger (1990) e Prota (1987).

Conforme figura 4, os modelos de universidades visto ao longo dos séculos caracterizam a condição que cada Estado-nação ou ator (no caso da Igreja Católica) desejava impor às instituições de ensino superior, ou seja, imposição de seu poder empregando ideologias que variavam de acordo com os padrões culturais e a realidade

contextual. Dessa forma, vieram no século XIX os modelos que preservam e desenvolvem a cultura clássica ao seu modo como explica Leonardo Prota (1987):

Após o surgimento do cientista, na Itália, e a maior valorização da ciência no Norte da Europa, [...] passa a analisar o papel desempenhado pelo movimento cientificista – que favoreceu, inicialmente, a institucionalização da ciência na Inglaterra, no século XVII – e o aparecimento e, posterior declínio do centro científico francês, nos séculos XVIII e XIX. Particular importância assumirá a ciência organizada que conquistou para a Alemanha a hegemonia científica, no início do século XX e, finalmente, a organização científica nos Estados Unidos, onde a pesquisa chega a um alto grau de profissionalização.

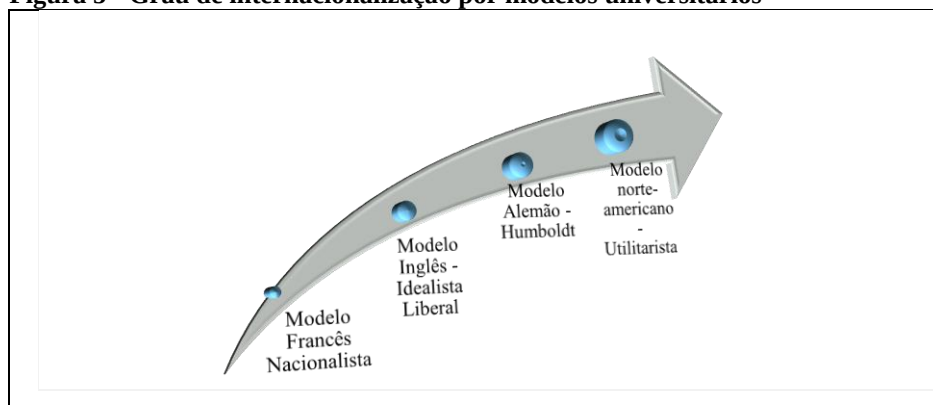
Nessa perspectiva, isto é, tomando como referência a Ciência Moderna, podemos distinguir dois caminhos pelos quais enveredou a Universidade: 1. Colisão com a ciência, de que resultou a sua destruição ou a minimização de seu papel; 2. Desvinculação do aristotelismo e adoção do humanismo de inspiração renascentista, circunstância que viria permitir a subsequente (*sic*) incorporação da Ciência Moderna. O primeiro caminho, de colisão com a ciência, produziu o exemplo mais expressivo na Universidade francesa.

O segundo caminho, de preservação e desenvolvimento da cultura clássica, permitiu que florescessem, no século XIX, os seguintes modelos de Universidade.

1. Centro de formação geral, abrangendo simultaneamente a pesquisa científica, restrito à elite. É o caso da Universidade alemã.
2. Centro de formação geral, com ênfase no preparo das elites. É o caso da Universidade inglesa.
3. Centro de formação geral, com ênfase na difusão da cultura. É o caso da Universidade americana. (PROTA, 1987, p. 70-71).

A construção das instituições de ensino superior é amplamente marcada pela dimensão adotada por cada modelo de universidade, criando dessa forma, funcionalidades e fatores que promovam a eficiência por meio das pesquisas científicas. Além disso, é possível enxergar uma forte característica que posteriormente, traria as universidades capacidades decisórias advindas da diminuição da participação do Estado como controlador de suas ações e estruturação, iniciando a liberdade necessária para enveredar as pesquisas científicas.

Figura 5 - Grau de internacionalização por modelos universitários



Fonte: Elaboração própria.

Desde logo, fica evidente a pluralidade que se moldou o termo Universidade e, portanto, nada fixo ou estigmatizado, dada a rede de significações, concepções e práticas políticas que colocam a Universidade numa direção do qual propõe análise com processos de diferenciações, ora convergentes, ora divergentes.

1.3.1 Difusão do Modelo Francês e transição ao Modelo de Humboldt

O modelo de universidade francesa ou napoleônico, como também é conhecida, tem como principal característica servir o Estado, estando subjugado ao poder, assumindo a função de conservar a ordem social por meio da difusão de uma doutrina comum. Num contexto pós-Revolução Francesa, a constituição do país levou a uma série de mudanças que afetaram diretamente a influência política e educacional que a Igreja exercia.

Das ideias que emergiram ao longo de várias décadas, estão imbuídas o nacionalismo como projetos de reformas. A laicidade no ensino, educação oficial e nacional, além da Universidade foram amplamente utilizados como *slogan* a fim de afirmar a tendência pedagógica que faria parte do pensamento político francês,

Do ambicioso projeto pedagógico, obrigatório e universal para todos, nada mais é do que a postura da liberdade levantada em bandeira pelos atos revolucionários da nação e que o Estado abraçou como política social. Essa postura segue até as reformas do período napoleônico com auge nos anos 1806 a 1808, com a criação da Universidade Imperial.

Nota-se de princípio ser um comportamento democrático o governo dá educação a todos, mas essa política nacional acaba sendo arquivada, onde a Igreja se reaproxima do Estado e passa a ser responsável pela educação básica e o Estado com tutela dos liceus e universidades com característica unificada e centralizada.

O Imperador não se interessa pela instrução pública senão como uma *fonte* de poder. (...). Essa finalidade sócio-política da instrução define a ideia que Napoleão tem da Universidade.

Serviço público do Estado, a Universidade imperial é ideologicamente subjugada ao poder e se vê assumir uma função geral de *conservação da ordem social* pela difusão de uma doutrina comum. Ela realizará esta tarefa graças a uma corporação organizada de professores, espécie de *guardas-civis intelectuais* a serviço do Imperador, que asseguram um ensino sobretudo profissional (PAIM, 1981, p. 15 *apud* PROTA, 1987, p.77-78).

Vê-se assim, uma condição Nacional-Realista, condicionado do dever da instituição em difundir uma doutrina comum em detrimento a formação ideológica geral e

idêntica promovida pelo Estado. Para tudo, uma doutrina comum só é possível se o Estado dispõe de uma forte colaboração em método corporativo composto por professores altamente submissos, além da educação superior sob total monopólio do Estado.

O modelo napoleônico formulado pelo próprio, funcionou como método militar tendo os professores a postura de grupo como um verdadeiro exército, isto é, um instrumento público do qual o monopólio está atrelado ao setor da instrução e, assim, desde Napoleão e cada vez mais com a continuação, a universidade francesa ficou centralizada sob as demandas do Estado como preparar profissionais como professores, juristas, médicos, além da preparação para exames e concursos.

A grosso modo, as universidades francesas e seu modelo, caíram em desuso por ser consideradas hipercentralizadas e a consequência mais grave dessa reforma imperial é o desaparecimento da universidade que passa a ser uma faculdade sem universidade. Dessa forma, ganha espaço na Europa o Modelo alemão de Humboldt, baseado numa certa descentralização sem afastamento do Estado para com a universidade, mas dando a esta última, liberdade para trabalhar o ensino aliado a pesquisa científica.

Apesar de não existir consenso sobre a difusão global ao modelo Humboldtiano, o século XIX, a partir de 1808 com o filósofo alemão Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand von Humboldt (1767-1835), destacou-se pela obra sucinta e inacabada com título *Sobre a Organização Interna e Externas das Instituições Científica Superiores em Berlim (1810)*, do qual trata da sistematização e instrumentalização teórico-filosófica sobre a organização e gestão da universidade, onde a pesquisa é peça chave, além da relação estreita entre o Estado e a instituição de ensino superior e, ainda assim, foi bastante utilizada e adaptada na Europa Ocidental.

Sobretudo, seu posicionamento inicial está alocado na tarefa do desenvolvimento científico e na formação moral e intelectual. Por um lado, o maior desenvolvimento da ciência e, por outro, a contemplação absoluta de conteúdo necessário a formação intelectual e moral. Seria assim, criação das combinações das ciências objetivas com a formação subjetiva. Essas prerrogativas só seriam possíveis com a autonomia das universidades.

Essa concepção idealista e liberal desenvolve-se a partir da concepção de universidade que se auto-organiza, cabendo ao Estado garantir o desempenho de sua missão; selecionar os cientistas e, ao mesmo tempo, assegurar liberdade para seu trabalho; proteger a liberdade acadêmica de indesejados interesses conflituosos entre classes e frações de classe, igreja, e categorias profissionais, estabelecendo, para tanto, um controle dos planos curriculares, de modo a não

interferir na liberdade individual de ensinar e de aprender (HUMBOLDT, 2003 *apud* SILVEIRA; BIANCHETTI, 2013, p. 3).

Nisso se concentra o ponto da universidade voltada para o desenvolvimento, entendendo na educação, fator preponderante para contemplação do Estado moderno. No entanto, o principal postulado do modelo humboldtiano está na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além da própria autonomia universitária já citada, a fim promover a criação dos seus currículos de ensino e preocupação em uma formação holística diante das estruturas que Humboldt aplicou e internalizou no governo.

Apontado os ideais iluministas sobre o progresso educacional como iluminar a razão, trazer luz à ciência e, desse modo, aliados ciência e filosofia dariam a sustentação necessárias a esses projetos iluministas com o alavancar da cultura já iniciado no século XIII, com a Era Moderna.

É inegável e não poderia passar em branco a representação desse modelo universitário, na busca de identidade nacional, onde a Alemanha, recém-unificada (1871), toma força para criar suas estruturas políticas, econômicas e sociais, além de imaginar que as rupturas promovidas por Humboldt seriam impensáveis fora desse contexto histórico. A Universidade de Berlim como berço desse novo projeto em 1808 tornou-se posteriormente, palco de muitos cientistas brilhantes, alguns contemplados pelo Prêmio Nobel, como Einstein, Haber, Hahn, Heisenberg, Herz, Kock, Planck e Schroedinger, cuja representação não pode ser desprezada.

Como dito anteriormente, a busca pelo progresso educacional no século XVIII tomou proporções que se propagaria como orientação para a civilização ocidental. O que para Humboldt (1997), a existência das instituições científicas só se justificava plenamente se todas suas ações estivessem voltadas para o enriquecimento da cultura moral e da nação. Sobre essa concepção humboldtiana, José Carlo Araújo (2009), interpreta:

Trata-se, como se deduz de tal princípio orientador da política educacional, de colocar a ciência como uma busca infindável, que orienta a instituição universitária como lugar de desenvolvimento científico, fundado na liberdade e na autonomia. Uma de suas demarcações se põe na relação com o Estado, uma vez que este “[...] não pode exigir das instituições científicas superiores nada que se relacione imediata ou diretamente a si mesmo. Ao contrário, deve compreender que, ao alcançarem sua autêntica finalidade, estas também cumprem as finalidades do próprio Estado” (HUMBOLDT, 1987, p. 89 *apud* ARAÚJO, 2009, p. 76).

Um período marcado por ideais liberais que auxiliou, de certa forma, na integração entre ensino e a pesquisa, incluindo nesse novo arranjo, que as universidades se adequassem as questões relativas ao desenvolvimento econômico, além de social e cultural, diante de características relacionadas a cada nação. Assim, o que antes era espaço para construção do saber direcionado aos filhos da nobreza e burguesia, passou a receber filhos da classe média devido pressões e mobilidades sociais correntes.

Em suma, ensino e pesquisa sob aspecto do sistema humboldtiano desse período, transformou a universidade em sua prática, tornando-se o local apropriado para construir a tecnicidade das profissões, principalmente devido ao reconhecimento pelos títulos e diplomas conferidos pela mesma e pelo Estado. Muitas dessas instituições se adequaram às práticas do capitalismo e de produção industrial a fim de criar mão de obra especializada às necessidades do país.

1.3.2 Difusão do Modelo Inglês – Idealista

As universidades inglesas e suas influências estão marcadas pelo período da Revolução Industrial (século XVIII) e ascensão das universidades alemãs no campo das ciências. Claro que antes disso, já vimos pelas origens, que nomes como Oxford e Cambridge já figuravam no cenário europeu desde o século XIII. Com fama de elitistas, essas duas citadas conservaram suas características iniciais, a de receber e educar nobres e filhos de pessoas da alta posição social inglesa que, posteriormente, ocupariam cargos como membros da elite dirigente.

A composição idealista do modelo inglês se faz pela clara posição dada ao termo instituição, ou seja, a institucionalização de fato da universidade, com aceitação pela sociedade de seu papel e valorização própria, além da existência da normatização a fim de regular suas atividades em decorrência de objetivos e forma que lhe concedam autonomia.

Com isso, seguindo os preceitos de institucionalização do espaço do conhecimento, o próximo passo é reconhecer os métodos de investigação que fazem das universidades inglesas reduto de descobertas e novos conhecimentos. Isso é fruto da aceitação da ciência como pressuposto ao reconhecimento das pesquisas exatas e empíricas. Tais condições são vistas como passos idealistas por advogar em favor de obrigações morais como:

1. Avaliação universalista das contribuições;

2. Obrigação de comunicar as descobertas pessoais ao público para crítica e utilizações;
3. Reconhecimento adequado das contribuições de outros;
4. Uso de certas liberdades quanto à linguagem e publicação;
5. Tolerância religiosa e política.

Para Joseph Ben-David (1974), esse comportamento liberal é consequência da livre associação de membros da academia que viam em seus trabalhos científicos consequência da ciência empírica e não fruto de especulações filosóficas. De certa forma, uma batalha entre a autonomia da ciência e a filosofia tradicional. Isso trazia insegurança ao resto da Europa que via na ciência, um perigo eminente e subversivo para a teologia e a filosofia tradicional e assim, podendo influenciar no comportamento político, econômico, religioso e moral, precisando ser fiscalizado e controlado. Contudo, a Inglaterra desde o século XVII já estava ligado ao movimento científico dado ao pluralismo religioso e as mudanças sociais.

Voltando a Revolução Industrial, esse período funcionou como alavanca para criação de universidades utilitárias, ou seja, atuavam sobre o ensino geral em instituições menos onerosas se comparadas a Oxford e Cambridge. Esse modelo inglês era responsável por recrutar estudantes da classe média que os especializariam em áreas como medicina, agronomia, engenharia, além de especialistas em comércio.

O Estado sempre esteve à frente das transformações educacionais, mas a liberdade das instituições de ensino e as cobranças vindo da revolução, fizeram com que a Inglaterra desenvolvesse uma variedade de tipos de formação para o terceiro nível. Essa condição favoreceu ainda mais as universidades de Cambridge e Oxford, pois desenvolveram uma divisão de ensino, mantendo a classe elitista nessas academias e criaram os *colleges*, responsáveis pela capacitação de profissionais competentes e altamente qualificados, sem deixar de lado, a formação de alto padrão de cientistas e pensadores de primeira linha.

De fato, o conservadorismo da aristocracia inglesa não foi obstáculo para que a educação superior atingisse uma enorme variedade de formações, além de elevação do nível científico-profissional. A disputa política na Europa no fim do século XIX estava fortemente ligada ao desenvolvimento técnico-científico, além da promoção de mão-de-obra qualificada para alavancar o mercado produtivo ampliado com a revolução na indústria.

A então unificada Alemanha com seu sistema nacional-liberal de Humboldt era, senão o maior motivador do sistema idealista inglês. A simbiose entre sua educação aristocrática e a educação moderna, baseados numa cultura inglesa global, obteve sucesso ao conseguir integrar por meio de seus *colleges*, ampla especialização profissional. Historicamente, essa visão do desenvolvimento das universidades inglesa pode ser compreendida em quatro estágios, conforme Maria Amélia Loureiro (1980):

1. Universidades criadas antes de 1600;
2. Universidade de Londres e outras Universidades, com suas origens entre 1600 e 1945;
3. Universidades refundadas no fim da Segunda Guerra Mundial, consideradas como instituições completamente novas;
4. Antigos Colégios de Tecnologia Avançada e Instituições Centrais Escocesas, que se tornaram Universidades ou adquiriram *status* universitário, como resultado recomendações contidas no relatório de Robbins⁵ (LOUREIRO, 1980, p. 82).

Importante reforçar a característica de um modelo único nas universidades inglesas, onde as universidades, como dito anteriormente, têm a liberdade plena e ampla autonomia para criar seus objetivos e resolver seus problemas, criando estatutos próprios por meio de suas experiências. A figura do Estado está para auxiliar nas despesas destas instituições. O aporte financeiro advém tanto do governo quanto do setor industrial.

Justamente por conta desta parceria entre universidades e indústria, que o setor recebe técnicos bem formados. Aliás, a estreita relação entre Estado, universidades e a indústria fez com que o desenvolvimento da educação superior na Inglaterra alcançasse elevado nível, um dos maiores do mundo.

No entanto, não podemos deixar de lado que o período de guerras no século XX e as seguintes revoluções desfavoreceram o modelo de universidades inglesas. Inclusive, dentre os modelos escolhidos para análise, as universidades idealistas da Inglaterra foram as que menos sofreram com as crises, seja por vultuosas verbas governamentais e, principalmente, por adiantarem o processo de realismo cultural que invadiu as universidades europeias na década de 1960. Isso garantiu um grande número de instituições

⁵ Em 1963, o relatório Robbins, verificando a deficiência de tecnólogos e a necessidade de sua existência, recomendou que os dez *colleges* de Tecnologia Avançada (estabelecidos a partir de já existentes *colleges* de tecnologia) e duas instituições escocesas de tipo similar adquirissem *status* universitário. Nove, entre eles, receberam *status* universitário independente, entre 1966 e 1967; as outras três tornaram-se, uma, escola da Universidade de Londres, outra, anexada ao Royal College de Ciência e Tecnologia, integrou a Universidade de Strathclyde, a terceira passou a integrar a Universidade de Gales (PROTA, 1987, p. 123).

de ensino superior inglês em condições satisfatórias de atender às demandas de acesso ao ensino superior.

Vê ainda, que a postura política do Estado sobre a educação superior inglesa estava baseada na formação científico-profissional, em alto nível elitista por manter a classe nobre em Oxford e Cambridge e a classe média em instituições de formações variadas, pois bem, esse movimento liberal idealista do Estado formava profissionais, assim, caracterizando-se como formação humanista, diferente do francês, por possuir forte monopólio nacionalista; diferente do modelo alemão que entende a comunidade de pesquisadores com liberdade política e acadêmica.

Além do mais, fica evidente o caráter instrumental do modelo de ensino superior inglês, pois era responsável por responder às demandas do capitalismo, sistema econômico vigente. Mesmo com as concepções históricas se modificando no século XX, o Estado continua a respeitar a autonomia das universidades e a liberdade de produção científica, mas de última forma, beneficiar-se do desenvolvimento da ciência, devendo voltar-se para o bom andamento dos negócios do Estado, mantendo o acesso as elites aristocráticas e utilizando das universidades como instrumento à fortalecimento e construção do Estado moderno.

1.3.3 Difusão do Modelo Norte-Americano - Utilitarista

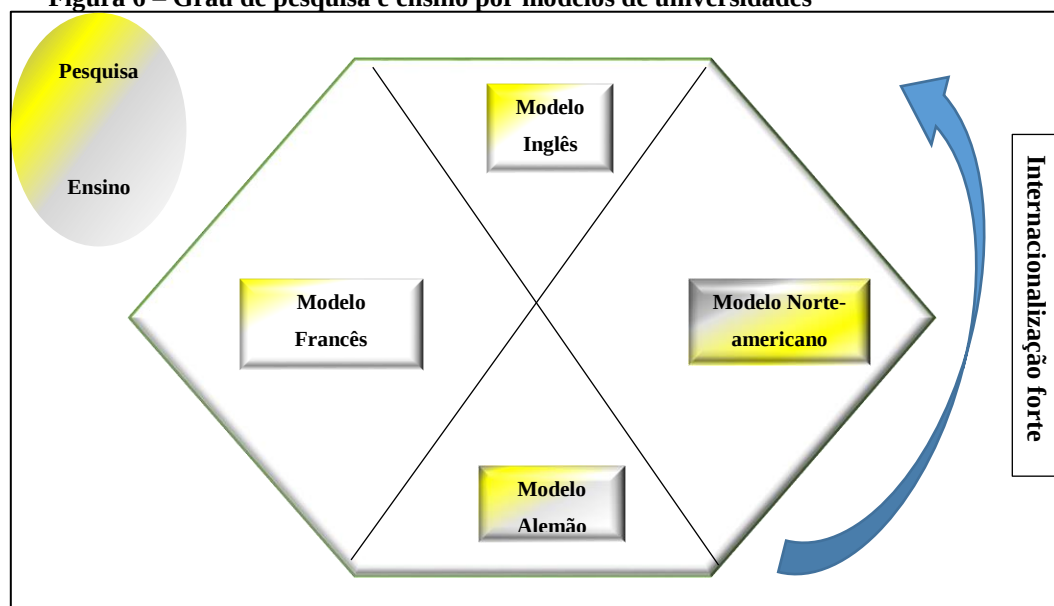
A educação superior nos Estados Unidos está moldada na formação de um modelo híbrido. As revoluções industriais provocaram na educação norte-americana uma síntese do modelo inglês e modelo alemão. Diferente das universidades alemãs e inglesas de caráter secular, com minissistema feudal, as universidades norte-americanas já nasceram a partir de si mesma, com ponto de partida a sociedade burguesa, à sua produção e aplicação das forças produtivas, ou seja, de caráter utilitarista.

É na universidade que se encontra o centro do progresso, o capacitor do desenvolvimento econômico da sociedade em resposta a industrialização nascente no país. Essa hibridez dos modelos europeus está fortemente ligada à liberdade de ensinar e de aprender com aspectos ideais que propõe o desenvolvimento não só da indústria urbana, mas também da agricultura, formando pesquisadores e cientistas, além de apoio e serviços à comunidade (utilitário).

Neste sentido, a concepção americana de universidade rompe com a tradição original de formadora, única e exclusiva, de elite, buscando reunir em seu seio as potenciais forças do progresso da sociedade, ao mesmo tempo em que se apresenta como instituição democrática a serviço do interesse geral da nação. [...], compreende a universidade como aquele que, além do *gentleman*, do padre, do advogado e do médico, formados nos *colleges* públicos, iria devotar-se às pesquisas tecnológica, econômica e social (desenvolvida na *Johns Hopkins University*, instituição privada, fundada em 1875, com base no modelo humboldtiano), além de formar quadros de nível intermediário e superior nos *land-grant colleges*, que visavam o treinamento de jovens para a agricultura e as denominadas artes mecânicas (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2013, p. 6).

A grande marca do modelo norte-americano do utilitário está na profissionalização da pesquisa, diferente das instituições alemãs, as instituições privadas favoreceram a liberdade de empreender com a pesquisa e amadurecer esses centros pelo país. O que não deixa a participação do Estado de lado, onde o mesmo cobra das instituições a formação de profissionais de nível médio-alto para o mercado de trabalho, além de ser o fiscalizador das universidades para que as mesmas sejam instrumentos de promoção social.

Figura 6 – Grau de pesquisa e ensino por modelos de universidades



Fonte: Elaboração própria.

Outra característica marcante está na descentralização da educação superior, sendo as instituições não centralizada a esfera federal, assim, a autonomia se dá para cada estado da federação com ampla discussão política na presença do representantes governamentais e peritos educacionais, conhecidas como *States Board of Education*. Além disso, ao Estado fica o papel de apoiar e orientar em termos gerais a política educacional e repassar as verbas necessárias para garantir o acesso à educação obrigatória gratuita.

Contudo, as universidades estão divididas em três: 1. As de controle dos estados; 2. As universidades sob controle privado e; 3. As sob controle de confissões religiosas. A isso, compete dizer que, ao invés de tratar de uma burocracia nacionalizadora e civilizadora, o empreendimento educacional foi proporcionado pelo esforço coletivo de comunidades que buscavam a preservação de valores coparticipados e tentando integrar neles a nova geração.

Essa coparticipação entre estados federados, sociedade e o próprio governo fortaleceu o que já existia no modelo inglês, os *colleges*, dos quais dividiam o ensino superior especializado. Diferente do inglês que separa a classe elitista da classe média, nos EUA o papel dos *colleges* está baseado não só no cultivo do velho saber acadêmico-humanístico (modelo inglês), mas também no novo saber científico.

Esse novo saber está alinhado ao padrão alemão de escolas de pós-graduação destinadas a ministrar cursos e a conceder títulos de doutor. Além disso, um segundo submodelo está voltado para a sistematização de práticas de ensino de nível intermediário, o que culminou em um ensino altamente evoluído de investigação científica e tecnológica, especialmente dedicado a engenharia, muitos orientados para a prática da agricultura e das artes mecânicas, isto é, profissões tecnológicas.

Se o modelo inglês detém ampla variação de formação com ideais voltados racionalização das pesquisas científicas, no modelo norte-americano, existe um cunho mais igualitário para acesso às instituições de ensino superior, visto que essa generalização provocou acesso, inclusive das mulheres às universidades, primeiras do mundo, além de difundir todo o tipo de ensino que parecesse útil a sociedade.

A combinação de instrução “colegial” e universitária, sob uma corporação e uma administração executiva é uma das características do ensino superior. Outra característica está na sua própria proposta de ensino: ênfase na formação cidadão. Enquanto na Inglaterra o ensino continua sendo elitista, não obstante a atual abertura democrática, nos Estados Unidos adota-se o seguinte lema: A melhor educação para os melhores é a melhor educação para todos. O objetivo último do processo educacional é ajudar os seres humanos a se tornarem pessoas educadas. O ensino é o estágio preparatório, cria o hábito de aprender e proporciona os meios para continuar a aprendizagem ao se concluir todas as etapas da escolaridade. O próprio ensino superior é um ensino ulterior, porque há sempre novos estágios de aprendizagem (LOUREIRO, 1980, p. 254; ADLER, 1984 *apud* PROTA, 1987, p. 139-40).

Em síntese, o modelo americano põe ênfase no progresso e o faz de forma prática e estrutura em cadeias, de forma que a pesquisa científica segue seu processo e a

especialização técnica segue outro processo, buscando o melhor dos modelos inglês e de Humboldt, adequando a realidade do novo mundo. O modelo utilitarista passa a ser inclusive, copiado por outras nações, até mesmo os europeus.

Após a Segunda Guerra Mundial, o envio de estudantes japoneses aos EUA a fim de aprimorar conhecimento científico e empregar no país asiático também são provas de que tal modelo de universidades estavam de acordo com as dinâmicas da economia internacional, onde a geoeconomia girava em torno do já solidificado sistema capitalista do qual convergia para o desenvolvimento de economias produtivas de alto padrão tecnológico, viável em estruturas com teor científico bastante estruturado.

No entanto, numa dinâmica geopolítica, existia forte divergência ampliada pelas tensões imperialistas na Europa no fim do século XIX a qual fortaleceu a conjuntura política norte-americana, seja no plano regional ou mundial. O enfoque institucional baseado na influência das universidades com o passar dos séculos é visto como transição de poderes e espacialização, migrando da Europa para a América, ganhando novos contornos e servindo de modelo para outras regiões.

Ao fundir-se em outras regiões do globo, o modelo universitário utilitário dos Estados Unidos, transborda a ideologia dos meios produtivos capacitados na sua economia e assim, a universidade modernizada e adaptada ao mercado, então neoliberal, solidifica a hegemonia a partir da consolidação desse sistema nacional voltado para a ciência, tecnologia e inovação (CT&I) nascidas nessas instituições.

O grande desafio, proposto desde as reformas culturais da década de 1960 é saber se, à medida que o mundo avança para uma civilização tecnológica cada vez mais complexa, as universidades seguirão em produzir cientistas, pesquisadores e técnicos altamente especializados, ou serão produtores de *think tanks* a fim de preservar nos futuros líderes, uma compreensão mais ampla das questões culturais, artísticas e sociais que enriquecem a história da humanidade.

1.3.4 O Modelo Brasileiro

A formação do sistema educacional de ensino superior no Brasil está vinculada aos modelos que chegaram ao país e foram moldados conforme interesses patronais de um período ainda colonial, onde até o final do Primeiro Reinado, Portugal deteve grande influência na formação das elites. Entretanto, esse modelo brasileiro é marcado por uma

forte hibridização que transformou o sistema de ensino superior em diferentes níveis de narrativas modernas, levando a questionamentos e posicionamentos quanto a sua identidade.

Para tanto, esse tópico tende a justificar não somente um modelo próprio, mas o processo identitário habitadas por uma pluralidade vinculada a discursos liberais, experimental, crítico, tecnológico, profissional, além do humanístico, entre outros. O objetivo, contudo, não está em enfatizar críticas aos modelos anteriormente apresentados, principalmente no que se refere as novas posturas fundadas para o ensino superior, mas também de observar a necessidade em destacar o ensino ao lado da educação superior no Brasil como centro das discussões sobre o sistema, sua eficiência e eficácia das instituições envolvidas.

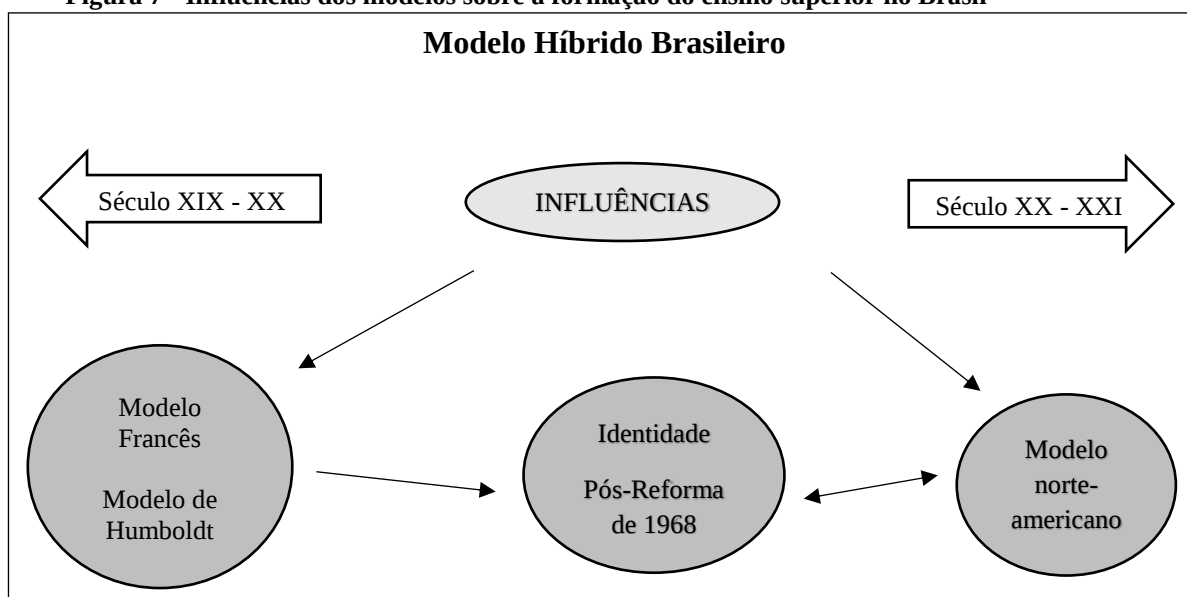
É fato, ainda, que as instituições de ensino superior tendem a mudar sua natureza conforme o estreitamento de suas relações com a sociedade. Silveira e Bianchetti (2013) identificam na formação do modelo brasileiro de ensino superior, partindo do início do século XX, forte referência ao modelo napoleônico, que:

[...] expressa a concepção educacional de seu contexto sociopolítico, econômico e tecnológico, bem como as necessidades imediatas da classe dominante, sendo um dos exemplos mais antigos de instrumentalização da universidade pelo Estado, exercida por mediação da legislação, controle financeiro e de nomeações em todo o território nacional, com vistas à modernização da sociedade, à construção de uma identidade nacional e à (con)formação da classe trabalhadora (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 87).

O conhecimento que se tem sobre o modelo brasileiro em relação ao ensino superior está relacionado as vivências do qual as universidades podem estar ligadas durante a história na sociedade brasileira. Mais ainda, a América Latina, principalmente no início do século XX, ficou marcada a tomar medidas nacionalistas dada a existências de especificidades em suas instituições muito diferentes às suas origens.

Ademais as tentativas de criação de universidades no Brasil e seus modelos, a *liberdade de ensinar (lehrfreiheit)* e a *liberdade de aprender (lernfreiheit)*, duas forças definidas do modelo alemão de Humboldt, foram utilizados como auxiliar político do Estado na formação dessa identidade do ensino superior no Brasil. Inclusive, apoiado ao modelo humboldtiano, também aprimorado aos seus moldes pelo modelo norte-americano, nesse processo histórico-formulador das instituições universitárias no Brasil, se movimentam as influências e difusões dos modelos citados.

Figura 7 - Influências dos modelos sobre a formação do ensino superior no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Nos séculos que antecederam a sede da monarquia portuguesa ao Brasil, a tentativa de criar universidades na colônia é caracterizada por certa resistência, tão logo provocadas às atitudes de Portugal, que ora delegava aos Jesuítas tal missão por não considerar precioso a colocação do ensino superior na colônia brasileira, o que promovia migração das elites à Europa a fim de realizarem seus estudos superiores.

O maior êxito do período monárquico, já no século XIX, aponta apenas para o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante. Nascida sob as bases do Estado Nacional, após a Proclamação da República de 1891, o ensino superior é mantido sob o controle do Poder Central, no entanto, flexibilizado. Para Cunha (1980):

De 1889 até a Revolução de 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais. Seu princípio coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, 1890-1891. Tal orientação é ainda mais acentuada com a Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911, que instituiu também o ensino livre. Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de “desoficialização” do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para os estados⁶ (CUNHA, 1980, p. 132 *apud* FÁVERO, 2006, p. 21).

⁶ Esse período é marcado pela criação da Universidade de Manaus em 1909, da Universidade de São Paulo em 1911 e a do Paraná em 1912 como instituições livres.

Até a primeira metade do século XX, a postura se adequava com o propósito que se destacavam a concepção de universidade, suas funções e atribuições, além da autonomia universitária a adotar o modelo adequado no Brasil. Além disso, no que compete as funções das universidades, existiu o forte debate (bastante recorrente nos dias atuais), sobre o papel em desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais ou, aqueles que consideram como funções básicas à instituição, priorizar a formação profissional.

As condições históricas do país demonstram instabilidades políticas para o incremento das universidades, se na primeira República houve descentralização política, até meados dos anos 1920, a partir da próxima década, torna a centralização do poder político em diferentes setores da sociedade, o que afeta as instituições de ensino superior por meio de reformas centralizadoras.

Essas adaptações das diretrizes educacionais assumem formas definidas com o discurso de modernizar tal sistema, além de promover formação da elite e capacitação de mão-de-obra. A migração da população rural para os centros urbanos acentua a necessidade de ampliar medidas que assegurassem a educação à sociedade, o que na prática e configuração de Estado pós-Westphalia, não ocorreu.

O que se observa é que o Brasil tentava acompanhar as mudanças no mundo e na educação superior. As transformações estavam apoiadas em um século XX carregado de concepções culturais dos quais o Brasil absorvia ao seu modo. A Semana de Arte Moderna de 1922 pode ser um forte exemplo da necessidade de encontrar novas temáticas e linguagens artísticas que traduzissem um Brasil com identidade própria vistos os avanços tanto na Europa quanto nos Estados Unidos dessa nova fase da cultura global no século em questão.

Contudo, para ter clareza da difusão do modelo de ensino superior no Brasil, faz-se necessário entender as atrações promovidas dos modelos de desenvolvimento adotadas pelo país, dos quais afetam a longo prazo as formas e políticas sobre o sistema educacional de educação superior. Para Sônia Laus (2012), esse desenvolvimento consiste em:

[...] um país caracterizado por uma economia agrária exportadora até meados do século XX, ao deparar-se com as mudanças no cenário internacional do pós-guerra e com todas as transformações por ele impostas, teve, no quadro internacional que se configurava e na posição que estava inserido naquele momento histórico, que fazer sua opção pelo modelo de desenvolvimento que o integraria às mudanças em curso (LAUS, 2012, p. 34).

É uma profunda transição então alocados no modelo napoleônico e frustrada solidez ao modelo humboldtiano que foi sendo substituído pelo clima organizacional própria das instituições de massa, com características utilitaristas, mesocrático e transacional, além de popular, eram as mudanças provocadas pelas forças dos mercados, da globalização e da transformação do Estado que dava certa liberdade às instituições de ensino, mas sem deixá-las escapar de suas conjunturas ideológicas.

Diante do cenário proposto, o Brasil foi submetido as concepções dos EUA diante da habilidade que o *soft power* proporciona, o dispositivo ideológico então seria voltado para o desenvolvimentismo, fomentado pelo capitalismo do pós-guerra que se dava como ajuda por meio de políticas específicas ao desenvolvimento dos países aliados. Um plano estruturado para América Latina e que garantiu aos EUA manter o continente sob vigilância próxima, além de abrir caminho à mercados e os moldando a cultura do liberalismo econômico.

Esse processo de expansão do capitalismo é visto pelo Brasil como período onde foram iniciados acordos internacionais a fim de firmar cooperação científica e tecnológica. A década de 1960 torna esse processo um marco, já que diversos acordos bilaterais são formados, o mais importante seria o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, da sigla em inglês, USAID. Visando apoio técnico e financeiro, o acordo assinado para durar a década de 1960, tinha como objetivo implantar reformas no sistema de ensino superior do Brasil, do qual estava se inserindo na já citada ideologia capitalista – ou desenvolvimentista.

As estruturas do modelo brasileiro de ensino superior pautado no modelo utilitário norte-americano podem ser vistas no Relatório Atcon, com publicação oficial denominada *Rumos à reformulação estrutural da universidade brasileira* que teve suas diretrizes reguladas pelos Decretos Lei n.º 53/1966 e Lei n.º 252/1967. Seria uma proposta de reforma universitária ditada aos moldes norteamericanos direcionada para o então regime militar, que propunha um modelo baseado nos princípios da economia e produtividade, características do comportamento funcional do mercado capitalista.

Seria na educação então, o capitalismo acadêmico no Brasil, utilizado como modelo de educação de massa, a fim de suprir as necessidades do mercado, provocando ao longo das décadas, e visível a partir da abertura econômica dos anos de 1990, numa composição da oferta e distribuição da demanda estudantil, principalmente alavancadas com o avanço de instituições de ensino superior no setor privado.

A identidade do modelo universitário brasileiro constitui-se em um produto, onde o Estado burocratiza a instituição num comportamento contratualista a fim de promover um mercado em expansão.

[...] os sistemas nacionais de educação superior não são mais voltados exclusivamente aos estados nacionais, nem mesmo à comunidade nacional como uma esfera pública de representação cultural, mas aos mercados e às diferentes partes interessadas que constituem a sociedade civil, cujas demandas e interesses devem, agora, ser também atendidos pelas universidades (BRUNNER, 2014, p. 16).

A dinâmica gira em torno de modernizar o ensino que não de transmitir conhecimento socialmente, mas por adaptar-se as novas propostas com trabalhos interdisciplinares focando ciência e tecnologia, incluindo assim, a transferência de conhecimento e tecnologia para o setor empresarial, ou seja, a dinâmica do mercado e produção de capital intelectual.

Conformando a difusão de arranjo fundamentado em hélice tripla, Estado; Universidade; Empresas Públicas e Privadas, utilizadas como estratégia de modelo de ensino superior capaz de promover conhecimento inovador que gera modernização do plano técnico-científico, desenvolvimento nacional e regional, além de inserção do Estado na economia internacional.

1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Para compreender a dinâmica evolutiva das universidades e suas origens, antes de mais nada foi necessário entender o conceito de universidade, onde sua significância varia de acordo com o período histórico e geográfico. Diante dos mais diversos sistemas civilizacionais, imperiais e econômicos, a universidade ganha espaço não somente em virtude de propagação do saber, mas do alijamento de ideias e ideais, deflagrados pelas forças que as dominam.

Seja pelo poder secular da Igreja ou Estado laico, as instituições de ensino superior ao longo dos séculos transformaram-se em instituições jurídicas com estruturas ora centralizadas nesse poder, ora com certa autonomia, mas sempre hierarquizadas por alguma estrutura dominante. Até porque, transbordar ideologias e comportamentos por meio dos pensadores e conhecedores do saber, é meio de fazer e dominar a política, além do sistema econômico. Sistema esse que as universidades também transitaram ao longo dos séculos, seja pelo mercantilismo, feudalismo e, agora, capitalismo.

Até mesmo a conformação dos Estados-nações, suas unificações e conflitos imperiais que provocaram profundas mudanças no que hoje chamamos de sistema com Estados soberanos, marcado pela Paz de Westphalia. As universidades, contudo, foram atores primordiais na conformação das forças produtivas, atentadas pelas revoluções, sejam elas de cunho político ou econômico. A pesquisa científica passando a ter imagem racional e menos filosófica, transcende por meio de modelos de universidades que são, de certa forma, a imagem do Estado que as abriga.

Esses modelos de universidades são verdadeiros *soft power* promovedores de política econômica e transformações sociais que estão sob o alicerce de interesses da classe dominante ou de Estados que veem no sistema da educação superior, a continuação de seus negócios ou extensão de potenciais forças do progresso de uma sociedade.

Enfim, o aspecto geopolítico é transitório, a história nos mostra isso, o aspecto geoeconômico também, mas as capacidades produtivas voltadas para a ciência e a pesquisa tecnológica e inovadora, irão depender das instituições acadêmicas que estiverem melhor estruturadas em seus modelos educacionais. Mais ainda, os Estados que entenderem que as universidades devam ser palco de formação liberal do conhecimento com ênfase na difusão da cultura, terão o modelo que atenderá as demandas da sociedade atual.

2 MAPEAMENTO DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DE UNIVERSIDADES

A atividade de internacionalização, seja qual a modalidade está vinculada ao fenômeno globalizacional, consiste no complexo processo pelo qual os envolvidos decidem aumentar seus compromissos de forma a desempenhar tanto um papel competitivo de mercado ou capacitação dos seus métodos produtivos, agindo assim, como promotor de capital intelectual e/ou organização dos métodos de gestão institucional.

No Brasil, esse movimento está em primeira forma, vinculado aos interesses de mercado, onde a internacionalização se intensificou após a abertura de mercado brasileiro na década de 1990 com empresas nacionais buscando alternativas ao então, novo contexto econômico do país. Em outros setores, esse comportamento teve suas próprias características, visto que cada setor da sociedade tem sua estrutura específica.

No setor educacional, essa dinâmica parte da premissa voltada às parcerias cooperativas entre pesquisadores e difusão de conhecimento compartilhado pelas instituições, muitas vezes de ensino superior, envolvidas. É um contexto onde a busca ao desenvolvimento científico e tecnológico compreende não somente a capacitação de capital intelectual acadêmico, mas a indispensabilidade em consolidar a estrutura ao ensino superior por conta da ampla exigência promovida pelos fenômenos da globalização.

Para ficar clara a concepção de internacionalização, tal medida convém no Brasil de elementos que alavanquem o desenvolvimento por meio de modelos adotados ao longo das décadas, das quais são refletidas nas pesquisas científicas ao longo das décadas e que vem gradativamente, ganhando força a fim de compreender o fenômeno da internacionalização e adequar políticas organizacionais e administrativas às IES.

Por meio do estudo de revisão integrativa, a análise sobre o desenvolvimento das pesquisas referente à temática mostra que, além de avançar no Brasil, a internacionalização de universidades passa a ser uma estratégia de gestão das IES com intuito de proporcionar referencial teórico para compreensão das características e suas políticas estratégicas.

Dessa forma, o levantamento sobre *ranking* de citações, utilizado como parâmetro sobre o estudo de internacionalização de universidades proporcionou realizar análise dos conceitos que permeiam o fenômeno, aos quais foram empregados como referenciais para nortear esta pesquisa, visto que esses conceitos dão suporte às políticas de internacionalização.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

As transições vivenciadas ao longo da história na sociedade estão vinculadas à necessidade de progresso e evolução que compõem fatores para a formação de novos comportamentos ou produção de conhecimento. Nesse contexto, as Universidades e instituições de pesquisa e ensino superior, além de políticas educacionais de Estados nacionais, corroboram em seus projetos de integração visando a construção de identidade e novas conformações organizacionais.

Dessa forma, uma das estratégias de formação da instituição de ensino superior está voltado a sua organização e gestão, da qual se materializa com a difusão de parcerias e cooperação a fim de ampliar, capacitar por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o processo organizacional de internacionalização.

Para tanto, mais do que ampliar as capacidades produtivas de uma IES visando a internacionalização, é necessário entender que esse movimento deve ser compreendido como um processo e não um evento com finalidade em si mesmo (KNIGHT, 2011). E por entendermos como processo, tal movimento está alicerçado no setor de serviços, capacitador necessário para transformar diversas atividades, inclusive a econômica do século XX e XXI.

Assim como as empresas que adequam suas atividades em meio a globalização, expandindo seus mercados, a educação, especificamente nesse estudo - a educação superior - também foi adequada aos interesses organizacionais das instituições, ampliando seus serviços como forma, inicialmente de cooperação e troca de experiências em pesquisa, ensino e extensão, chegando até a ser *fonte* de comércio, inclusive analisado os aspectos de mobilidades estudantis em nível global.

Essa incidência de mobilidade ao longo dos anos demonstra não somente o interesse individual na busca de educação de nível superior em países com tradição educacional, mas estratégias de políticas governamentais e institucionais com objetivo de intensificar as redes de cooperação e acordos, gerando uma complexa interdependência entre os atores envolvidos, promovendo ademais, dependência de instituições com menor capacidade produtiva no tripé educacional – ensino, pesquisa e extensão.

Esse fenômeno da internacionalização de universidades abordada como fator em comércio de serviços no plano da Organização Mundial do Comércio (OMC), inserida no

Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (da sigla em inglês, GATS de 1995)⁷ é um aspecto da educação que tem como indicativo um serviço passível de regulação diante da lógica da economia do livre comércio.

A regulamentação da educação superior em nível global atinge diretamente os mecanismos de gestão das instituições de ensino terciário no Brasil, pois significa que a postura no país está liberalizada para com a educação superior e assim facilitando a entrada no mercado doméstico de investimentos estrangeiros sem restrição ao capital internacional.

Num primeiro momento, este fato atinge as instituições de ensino superior privados, visto que as regras da OMC sobre o comércio de serviços detêm o princípio da nação mais favorecida. Isso significa dizer que, no processo de concorrência, todos os serviços, incluindo os sobre a educação, além dos prestadores de serviços, detêm das mesmas condições de outros prestadores de serviços, não sendo possível a concessão de privilégio e tratamento diferenciado, conforme tal princípio (WTO, 1995).

Num segundo momento, a educação passa a ser tratada como mercadoria dada a lógica da regulação do lucro e competição, visto que esse comportamento no Brasil já existia, já que o Estado não tem autonomia total sobre a educação e, dessa forma, divide a responsabilidade da mesma com o setor privado no país em todos os níveis educacionais. O que se observa é a maior especialidade do serviço e seu comércio, principalmente após a Conferência de 1998 em Paris, conhecida como Conferência Mundial sobre Educação Superior (CMES) alegando que os governos não conseguiriam continuar a gerir sozinhos as políticas sobre a educação superior.

A educação superior, no âmbito da regulação dada pela OMC (WTO, 1998), é tratada como um serviço – serviços de ensino superior terciário – que ganha relevância no cenário da sociedade do conhecimento. Nessa perspectiva, a OMC recomenda a sua estruturação e o estabelecimento de suas prioridades conforme as demandas e necessidades da ‘economia’ do conhecimento, estando presente a discussão da temática relativa ao papel da educação superior na promoção do crescimento econômico (BORGES, 2009, p. 86).

⁷ A concepção de educação superior da Organização Mundial do Comércio (OMC), encontra-se formulada nos documentos do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (1995), *Servicios de Enseñanza*, Nota Documental de la Secretaría (1998), Comunicação dos Estados Unidos (2000), Comunicação da Austrália (2001), Comunicação do Japão (2002). Esses documentos se constituem em referências discursivas protagonizadas pela OMC e/ou no âmbito desta última, como é o caso das comunicações realizadas pelos países-membros da referida organização internacional (BORGES, 2009, p. 84).

Essa proposta de vincular a educação superior com o desenvolvimento econômico está baseada na dinâmica da qualificação técnica e profissional, potencializando capital humano e capital intelectual, dessa forma, diretamente integrado com o mercado de trabalho. À vista disso, a participação entre instituições de ensino superior e outros agentes da educação se vinculam aos regulamentos da OMC, aliando aos interesses de atores vinculado a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) industrial, voltando suas atividades da educação superior numa relação de prestador de serviço aos indivíduos e empresas, tratados como consumidores.

Diante de uma reorganização desse contrato social, a educação, direito humano fundamental, promovido até então pelo Estado, passa a ter uma perspectiva de compra e venda de serviços educacional especializados, do qual o cidadão passa a ter direitos de consumidor, o que justifica, pois, a reforma da educação superior dos países-membros da OMC, principalmente no que diz respeito a autonomia das instituições em suas gestões financeira e administrativa.

Contudo, a reforma dos países-membros está relacionada a busca de redução dos obstáculos frente as barreiras do comércio de serviços dos países sobre sua política doméstica, o que afeta significativamente o processo de mobilidade estudantil, além de outros serviços relativos a educação superior. Os modos de ofertas, como são conhecidos no GATS, algumas operações de comércio de serviços, dificultavam o desenvolvimento desse comércio. A exemplo temos, o modo *consumo no estrangeiro*, do qual é possível verificar a limitações como às questões referentes a migração e vistos, reconhecimento de títulos obtidos no exterior, além de questões como controle de divisas.

Relevante, porém não exclusivo do Estado, a educação do ensino superior passa de forma mais atrativa, sendo compartilhada com o setor privado, tendo a tarefa de complementar o sistema de ensino público. A OMC, num caráter de advogar em prol dos interesses dos países com poder de influenciar determinados setores, passa a ceder força sobre a pressões externas, principalmente Estados Unidos, que enxergam o serviço educacional como fator estratégico de desenvolvimento político, social e econômico, razão pela qual, é o principal mercado receptor de alunos estrangeiros e exportador de matrizes e modelos educacionais vinculado as universidades e *colleges*.

[...] los servicios de enseñanza superior (terciaria) [...] constituyem en una actividad empresarial internacional cada vez más importante, que complementa el sistema de enseñanza pública y contribuye a la difusión en todo el mundo de

la moderna 'economía del conocimiento'. La disponibilidad de esos servicios [...] puede ayudar a que se disponga de una fuerza de trabajo más eficiente, permitiendo a los países mejorar su posición competitiva en la economía mundial (WTO, 2000, p. 1).

Portanto, ao tratar de internacionalização e suas características, o caminho inicial ficou direcionado numa concepção comercial, cuja a necessidade de abordar esse aspecto está projetado na conformação da interdependência dos atores envolvidos. Contudo, esse comportamento deixa claro que a educação superior, a *priori* vista como direito humano fundamental e um bem público, de acordo com a OMC, são colocadas em xeque no Brasil e no mundo, as quais consideram a educação superior como fator mais importante a ser usada como desenvolvimento da economia.

No Brasil, no processo de abertura econômica promovida nos anos 1990, somado a reforma educacional com as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a nova LDB, a qual eliminou ou reduziu algumas exigências antes rígidas, principalmente em relação às regras de currículo mínimo e duração dos cursos universitários. Dessa forma, ocorre a organização dos cursos, onde as IES passam a definir os currículos de seus próprios cursos em lugar do sistema de currículos mínimos⁸, definindo assim, competências e habilidades que se desejariam desenvolver, o que possibilita que empresas estrangeiras operassem no Brasil.

Contudo, estamos lidando com transferência de conhecimentos abarcados na categoria comercial, onde o entendimento de que a Educação Superior é um serviço e, portanto, um grande mercado a ser explorado por empresas privadas internacionais, o que não encontra respaldo no próprio meio acadêmico, ora tratada como ameaça aos propósitos sociais inerentes à construção de uma nação, ora por estabelecer dinâmica de dependência quanto ao direito a qualidade do ensino, mas criando um ambiente favorável à utilização desse instrumento como promoção de transferência de tecnologia.

Destarte, esse fenômeno da internacionalização promovida pela oferta de um serviço público por empresas estrangeiras tem comportamento de um quarto poder. Para

⁸ CF/88. Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

III – elaboração da programação dos cursos.

Paula Santos de Abreu (2008), o poder de ensinar e transmitir conhecimento formando o pensamento da elite profissional de um país é uma das características fundamentais que distinguem as IES das demais atividades econômicas, um poder que estaria relacionado à defesa nacional, ao qual estaríamos conferindo a não-nacionais com tamanha liberalização como comércio de serviço.

Nesse contexto, utilizando o conceito de internacionalização de Sônia Laus (2012), compreendemos esse processo como meio e não um fim em si, como relatado anteriormente, dada a multiplicidade de atividades e atores envolvidos, além de determinar caráter político, social e econômico.

Movimento moldado pelas **ofertas externas**, pelos impulsos das organizações internacionais que atuam como agentes de *soft power* de outros países, mas que também atuam por meio de **fatores internos**, como a demanda por desenvolvimento tecnológico, intercâmbios e circulação do saber acadêmico (LAUS, 2012, p. 37).

Tais fatores desencadeiam a liberalização do mercado de educação como iniciativa incrementadora de recursos advindos de investimentos privados, onde no Brasil, não muito diferente de países do hemisfério Sul, carente de recursos públicos. Fato dizer que esses recursos não ficam somente no plano material, incluindo também inovações em práticas pedagógicas e tecnológicas.

Entretanto, somente investimentos não acarretarão em melhorias no setor se não forem estabelecidas, além de clara normatização, organizacional e administrativa, tanto em movimentos de *top down* como de *bottom up*, a fim de promover desenvolvimento sustentado nos ideais de igualdade, inclusão social, projetados à sociedade como *spillover*.

Enfatizar que a educação superior é produto com características próprias ligadas ao conceito de internacionalização proporciona debater sobre práticas inerentes às universidades e seu processo de internacionalização, visto que o primeiro movimento é o comércio do serviço em si, portanto, demanda dizer que sua utilização é paralela à prestação desse serviço. Enquanto que a IES volta seu compromisso para o exterior numa consequente alternativa de promover cooperação acadêmica como melhoria da qualidade acadêmica e produção do conhecimento, mas nem tanto em resposta às pressões da globalização.

O grande desafio da internacionalização parte do pressuposto endógeno promovido pelas universidades, as políticas *bottom up* e com políticas educacionais que regulam esse

processo, partindo de cima para baixo, promovidas pelo Estado em comum com atores da sociedade, políticas *top down*.

2.2 ANÁLISE SISTEMÁTICA SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O contexto educacional brasileiro ao longo dos anos vem se destacando na produção científica devido às necessidades para elencar estratégias organizacionais efetivas na promoção do desenvolvimento institucional do ensino superior. Como destaque, as múltiplas variáveis sobre o tema de Internacionalização são demonstradas pelo número de grupos de pesquisas que buscam em suas áreas referenciar estudos acadêmicos e suas vertentes.

O ponto chave para movimentação das pesquisas científicas sobre Internacionalização estão focadas em parcerias cooperativas entre IES brasileiras e agências especializadas no exterior com intuito de ampliar conhecimento científico, além de aprimorar o desenvolvimento tecnológico como estratégia de mercado e modernização de sua estrutura de gestão organizacional dessas instituições.

Sobre a compreensão desse acontecimento, o campo científico propõe de forma sistemática, estudos dos quais são pautadas em diferentes dimensões, método utilizado para categorizar a apreensão da evolução de produções científicas que não evoluem aleatoriamente e sim, envolto por natureza histórica e referenciadas de acordo com seus aspectos empíricos.

Um campo científico tem sido tradicionalmente entendido como qualquer segmento relativamente autônomo dotado de lógica própria; domínio autocontido e auto referido de atividades, onde os pesquisadores se conhecem e se reconhecem mutuamente, interagem de acordo com as posições que ocupam, mantendo entre si relações de cooperação e concorrência com vistas ao desenvolvimento teórico (SENHORAS, 2015, p. 6).

Dessa forma, a construção de eixos a partir da Internacionalização é fundamental para determinar o perfil dos grupos de pesquisas voltados a esse caráter, além de averiguar o processo evolutivo no campo científico sobre a trajetória que levam os estudos a serem tratados como métodos de aprimoramento tecnológico, os quais são elementos de políticas organizacionais sobre Internacionalização Universitária, foco central desta pesquisa.

Partindo dessas dimensões científicas, o estudo está baseado em um campo maior sobre Internacionalização que se utiliza de procedimentos de revisão sistemática a fim de

levantar grupos de pesquisas que se encaixam nesta dissertação, bem como apresentar o método de revisão integrativa como proposta de análise de uma revisão de literatura utilizada por pesquisadores dando suporte bibliográfico adequado.

Na dimensão da *Fenomenologia*, a pesquisa aborda as profundas e recorrentes mudanças no cenário internacional que detém influência sobre diversos e complexos fenômenos, incluído em estudo empírico, razões para investigar o processo de internacionalização das universidades como fundamentos da ciência e suas práxis.

Em um segundo momento, a *Epistemologia* auxilia na pesquisa sobre internacionalização como método de síntese do pensar e do agir dos sujeitos na esfera acadêmica, ou seja, a concepção teórica necessária para explicar e decifrar de forma organizada o tema proposto sob eixos temáticos de estudos catalogados no meio científico.

A análise da dimensão *Ontológica* caracteriza-se pelos componentes atores, agentes e sujeitos da pesquisa e suas diferentes áreas do conhecimento do qual compõe os estudos sobre Internacionalização no Brasil que serve como núcleo para estudos mais precisos sobre a Internacionalização Universitária no país.

Figura 8 - Dimensões de estudo do campo científico



Fonte: SENHORAS (2015).

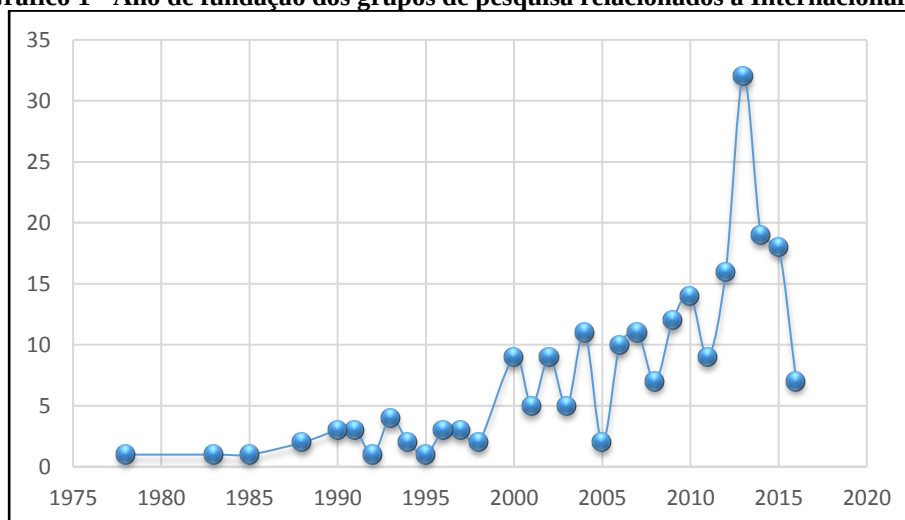
Compreender esse processo e suas dimensões do campo científico sobre Internacionalização de Universidades, permitirá analisar com otimização, o perfil dos estudos levantados e o grau de fundamentação, seja por meio de *inputs* ou *outputs* que servirão como referências sobre a fenomenologia, além de justificar sobre os eixos

temáticos levantados que darão suporte científico adequado para o direcionamento da pesquisa.

2.2.1 Análise do campo científico sobre Internacionalização no Brasil

O crescimento das pesquisas sobre processos de internacionalização no Brasil ganhou força a partir da abertura econômica do país na década de 1990, o que empenhou instituições de múltiplos segmentos na busca pela compreensão desse universo, além de adequação competitiva ao mercado. Na educação, esse movimento não ficou distante, pois a Constituição Federal de 1988 permitiu readequação nas estruturas de gestão das instituições de ensino, e no ensino superior, descentralizou o método de administração.

Gráfico 1 - Ano de fundação dos grupos de pesquisa relacionados a Internacionalização



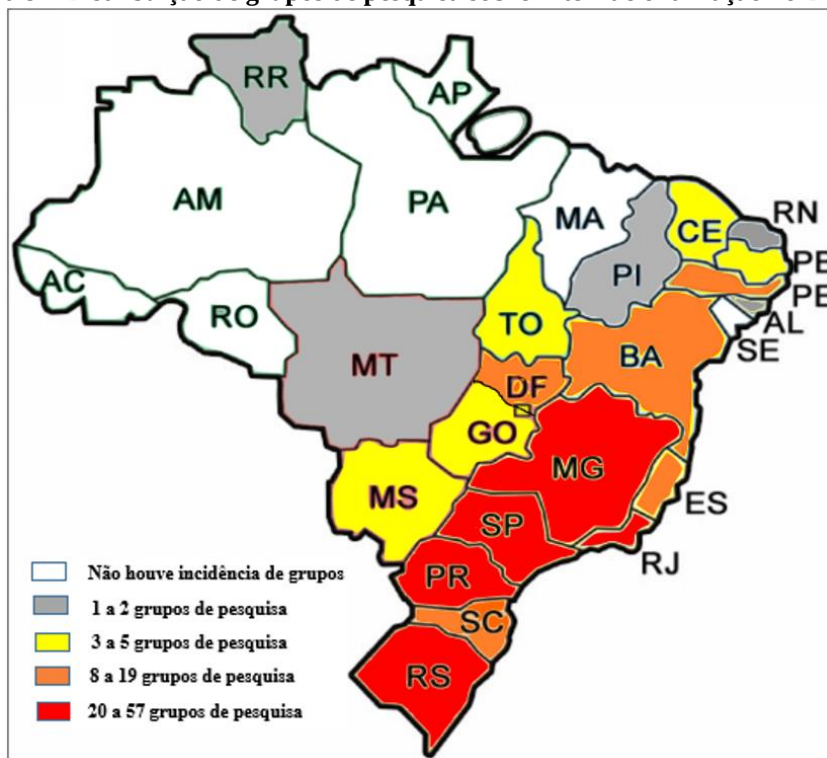
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Plataforma Lattes (2016).

A constituição de grupos de pesquisa no Brasil demonstra a necessidade da produção científica abrangendo uma complexa agenda temática, visto a reforma educacional promovida pela Lei de Diretrizes e Bases (1996), além de ampliação no número de instituições de ensino superior no Brasil, seja no ordenamento administrativo público, incluindo as três esferas (federal, estadual, municipal) ou privado em sentido estrito, comunitárias e confessionais.

No gráfico 1, observa-se 3 fases: a) início da contagem e pós-abertura econômica; b) século XXI e reordenação da educação brasileira, período REUNI e aumento de IES

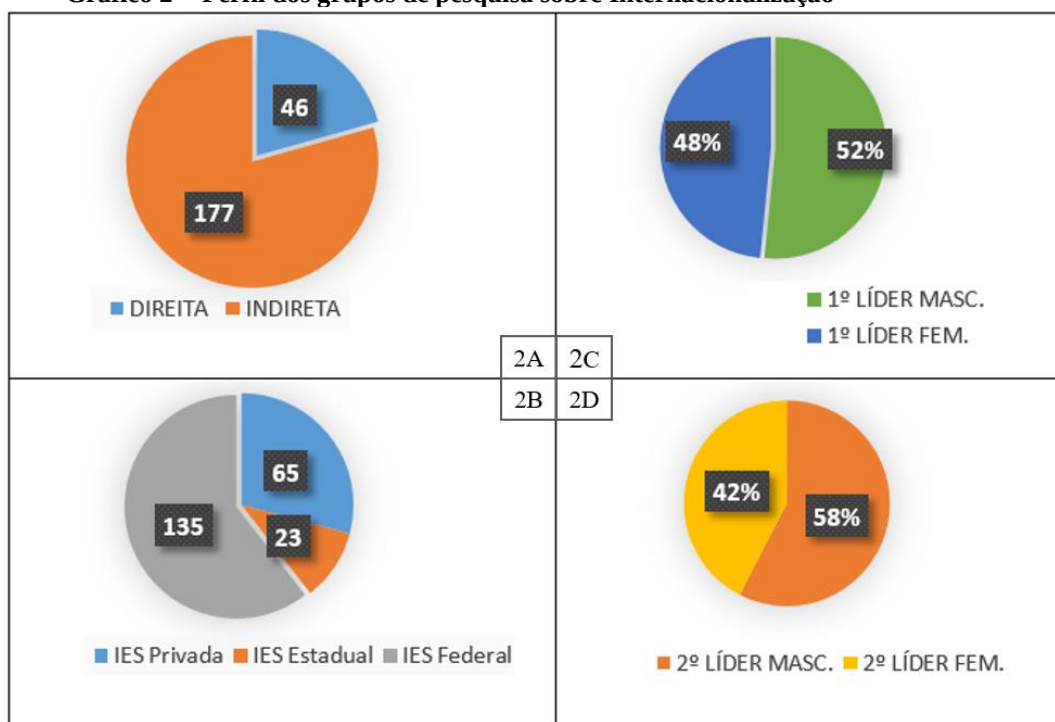
privadas e; c) Brasil no cenário internacional e impulso econômico emergente, necessidade de se tornar um *global player*.

Figura 9 – Distribuição de grupos de pesquisa sobre Internacionalização no Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Plataforma Lattes (2016).

A distribuição de grupos de pesquisas por unidade federativa mostrou-se bastante difundida, mas com forte e natural aglomeração na região Sul e Sudeste do país, visto o maior número de IES, além de usufruírem de estruturas organizacionais mais experientes, ou seja, IES cujo a administração já se encontra solidificada, incluindo corpo acadêmico em maior número. Em contrapartida à região Norte do Brasil, onde a localização sobre núcleos de pesquisa à temática encontra-se com ampla discrepância as demais localidades, visto inclusive a ausência de núcleos dentro das universidades, mas localizadas em Institutos específicos de pesquisas como Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA) e Instituto Evandro Chagas. O estado de Roraima apresentou núcleos de pesquisas em suas IES, o que pode ser caracterizado pela ausência de institutos de pesquisas especializados os citados anteriormente, mas que conseguem depositar suas pesquisas por meio das próprias universidades em parcerias com as agências de fomentos como CAPES e CNPq.

Gráfico 2 - Perfil dos grupos de pesquisa sobre Internacionalização

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Plataforma Lattes (2016).

A configuração sobre o perfil dos grupos de pesquisa levantados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visa compreender a dinâmica sobre o tema internacionalização e como se aprofunda em seus núcleos de pesquisas diante de alguns fatores.

Ao longo de três décadas, as comunidades científicas no Brasil detêm em sua grande maioria, pesquisas relacionadas à Internacionalização como um tema indireto (quadro A), ou seja, 177 grupos de pesquisas da Plataforma Lattes demandam estudos acadêmicos que envolvem grandes áreas do conhecimento, onde o fator indireto aborda desde cooperação técnica em pesquisa com instituições estrangeiras como áreas da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas como Administração e Economia, além de mostrar que essas parcerias firmadas não propriamente tem estudos voltados à internacionalização universitária.

Em uma segunda visualização, quadro B, temos o perfil das IES e seus grupos de pesquisa, observando a tendência maior sobre quantidade de grupos em Instituições Federais de Ensino Superior, as IFES, onde cerca de 60% correspondem à essas universidades. Fruto de políticas adotadas aos centros de pesquisas localizados nestas IFES, das quais possuem ampla heterogeneidade de pesquisas.

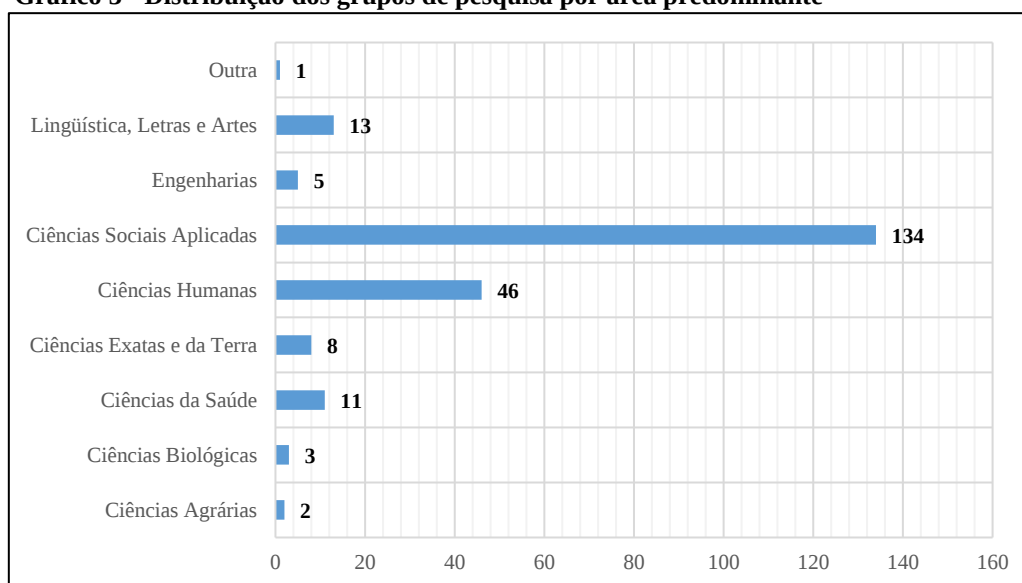
No entanto, o setor privado chama atenção por ter a segunda maior fatia, ou seja, 30% correspondente ao setor privado está ligado diretamente à núcleos de pesquisas com atividades voltadas à P&D, áreas de gestão organizacional e administrativas. Já os 10% restantes, referentes às IES estaduais, estão dinamizados em estudos voltados à área das Ciências Humanas, com alto teor homogêneo desse seguimento.

O fator gênero foi abordado como característica analisada a fim de verificar a existência de equilíbrio ou alta discrepância, mesmo em áreas de estudos, mas o perfil sobre tal fator demonstra as áreas tidas como mais “duras” da pesquisa, as Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Saúde, são lideradas por indivíduos do sexo masculino. O gênero feminino teve predominância nas áreas como Linguística, Letras e Artes, além de visível equilíbrio nas áreas das Ciências Humanas.

O gráfico a seguir (Gráfico 3), descreve precisamente os 223 grupos de pesquisas levantados quando o tema é Internacionalização, cuja predominância nas Ciências Sociais Aplicadas aborda estudos diretamente vinculados à Gestão Organizacional, Administração com foco em Marketing e Estratégias de internacionalização e estudos econômicos voltados a conjunturas políticas econômicas internacionais.

Outro fator interessante quanto ao foco de pesquisa ligado às Ciências Humanas, está na pequena área de estudo estar alinhada ao Direito, principalmente com enfoque à Estudos Comparados de Direito Contemporâneo da sociedade internacional, além do enfoque no Direito Internacional Público e Privado às questões de mercado e comércio internacional.

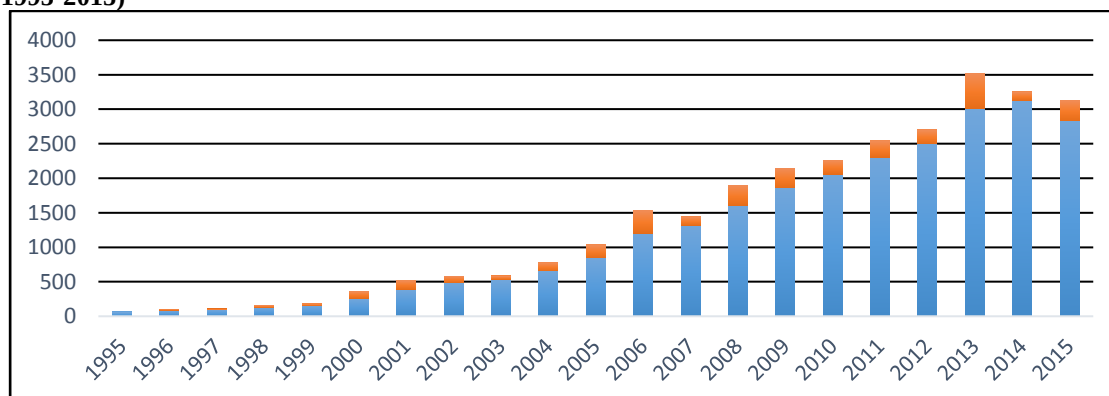
De uma maneira geral, estudar temas sobre o viés da internacionalização, aprofunda a necessidade das quais esses grupos de pesquisas miram na certeza de explorar uma temática interna, levando em consideração o comportamento do exterior. Esse primeiro momento da pesquisa, incidindo em contato com pesquisadores de outras instituições e até países, é característica de um movimento de “importação” e “exportação” direta e indireta do conhecimento por meio da pesquisa acadêmica, cuja tendência aprimora o desenvolvimento de comportamentos acadêmicos solidificando-os para o aprimoramento da pesquisa, o ensino e extensão numa IES, pois tende a amadurecer projetos inicialmente no campo da pesquisa e posteriormente vir a ser cooperação técnica de diversos níveis.

Gráfico 3 - Distribuição dos grupos de pesquisa por área predominante

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Plataforma Lattes (2016).

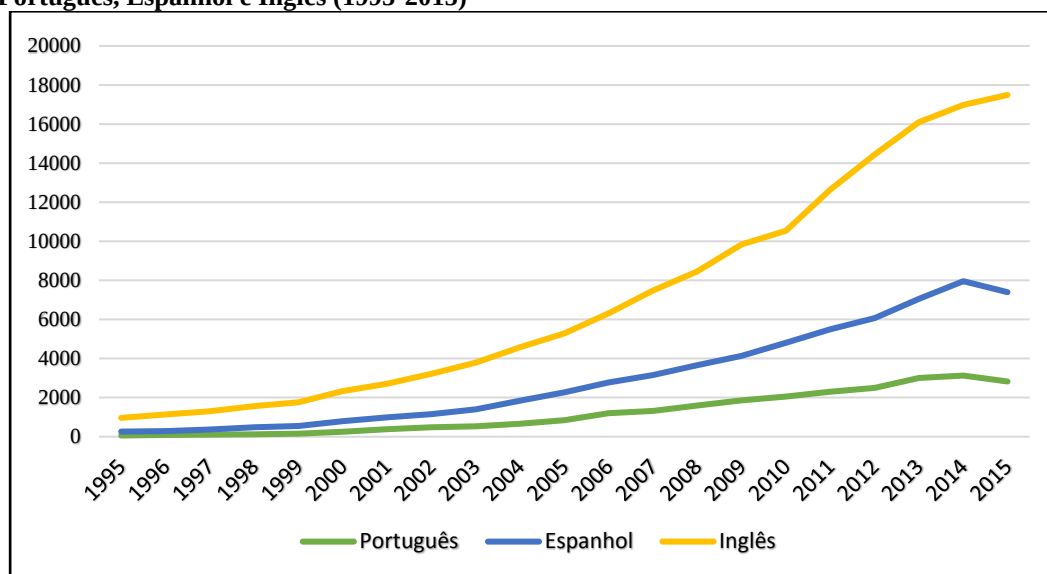
O gráfico 4 mostra a evolução de publicações relacionadas a *Internacionalização de Universidades* especificamente, levando em consideração as IES brasileiras. Com a educação sendo um elemento de serviço regulamentado pelo Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, do inglês, *General Agreements on Trade in Services*), além do crescente número de IES brasileiras após os anos 2000, o *boom* de instituições de ensino superior no Brasil acelerou o movimento epistemológico no país.

As organizações públicas de pesquisa, particularmente as universidades, estão tornando-se cada vez mais empreendedoras, focando na realização de valor comercial da pesquisa e buscando novos arranjos organizacionais que produzam maior alinhamento entre a pesquisa científica e inovação (PEDROSI FILHO, 2015, p. 47)

Gráfico 4 - Evolução das publicações sobre Internacionalização de Universidades no Brasil (1995-2015)

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2016).

Gráfico 5 - Evolução de publicações sobre Internacionalização de Universidades em Português, Espanhol e Inglês (1995-2015)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2016).

Em contrapartida, os estudos sobre Internacionalização de Universidades⁹ com publicações em inglês e espanhol compreendem a importância do assunto no cenário internacional entre o período de 1995 a 2015 (Gráfico 5), posicionando estudos avançados sobre o tema no hemisfério norte quando se trata de língua inglesa e, para as publicações em espanhol, o tema demonstrou dispersão sobre a origem das publicações, mas com bastante interesse sobre políticas de internacionalização voltadas para os países da América Latina de onde saem as maiores quantidades de textos publicados.

2.2.2 Revisão Sistêmica dos estudos sobre internacionalização de universidades brasileiras

Ainda elencando a importância da internacionalização da produção científica como característica estratégica das IES, de forma direta e central, essa ação promove políticas que visam estimular essa produção e ampliar seu potencial de impacto, dessa forma, aumenta também o potencial de visibilidade, de referenciamento na competência de credenciar a instituição no estabelecimento de parcerias internacionais.

Dessa forma, a justificativa do levantamento sobre a *revisão bibliográfica sistêmica* se conforma na aplicação de estratégias científicas que permitem limitar o viés de seleção

⁹ Do inglês *Internationalization of Universities* e do espanhol *Internacionalización de Enseñanza Superior*.

de artigos, avalia-los com espírito crítico e sintetizar todos os estudos relevantes em um tópico específico, além de ser metodologia que abriga diferentes tipos de métodos para processo de revisão de literatura, entre elas, a *revisão integrativa*.

Para o empreendimento dessa revisão, foram identificadas trajetórias de crescimento das publicações sobre a temática central de Internacionalização de Universidades Brasileiras divididas em duas etapas, onde a revisão sistêmica utilizou de base bibliométrica da plataforma científica *Google Scholar*, pois detém ampla filtragem no universo de publicações científicas, além de agrupar os principais periódicos, livros disponíveis, congressos e portais científicos em sistema único de pesquisa como identificação qualitativa e; identificação quantitativa, do qual permite comparar por anos e *ranking* de citações.

Esse tipo de metodologia está baseado no conceito de estudo do conhecimento apoiada em duas dimensões, a revisão sistemática sobre a revisão integrativa com vistas a identificar diferenças e similaridades ao processo de internacionalização de universidades, além de seus meios fins com a quais a IES objetiva alcançar com a internacionalização e; sua forma, estratégias utilizadas e arranjos das quais deseja implementar os objetivos.

Estado do conhecimento é conceituado como um estudo quantitativo/qualitativo, descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre um determinado objeto, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de outras variáveis como, como por exemplo, data da publicação, temas e periódicos etc. (UNIVERSITAS, 2002 *apud* MOROSINI, 2006, p. 113).

Importante salientar que a construção do Estado de conhecimento sobre internacionalização de universidades brasileiras pelo método de busca da plataforma *Google Scholar* não significa que todas as informações contidas no banco de dados que nos dá suporte foram esgotadas. Existem inúmeras publicações das quais não há expressivo número de citações, reduzindo seu *status* como parâmetro métrico utilizado por esta pesquisa dissertativa como método de avaliação da revisão sistemática.

Diante das fases compreendidas ao desenvolvimento do estudo, estão estruturados estágios de crescimento e maturação e aceleração das produções científicas, dessa forma, a fim de construção de quadros informativos, foram utilizados como filtros de referências, o recorte do objeto, fazendo-se uso de palavras-chave combinadas “Internacionalização de universidades brasileiras” e, para o recorte temporal, duas etapas que processam entre os anos de 1995 a 2015.

Inicialmente, essa evolução das publicações em língua portuguesa é percebida por dois momentos de aceleração crescente, onde a primeira estabeleceu recorte entre os anos de 1995-2005 e o segundo entre os anos de 2006-2015. Ambos recortes temporais nos mostram que a primeira fase de publicações científicas era ainda bastante tímida, ficando numa média de 340 publicações por ano (total de 3.740 publicações entre 1995-2005), enquanto que o segundo momento, repercutiu em crescimento exponencial de publicações produzidas por ano (média de 2.181 textos por ano e total de 21.810 no período de 2006-2015).

A revisão sistemática sobre tais publicações e arrançadas pela quantidade de citações é compreendida no campo científico pelas fases de estruturação dos estudos a serem pesquisados, seu crescimento no ambiente científico dada a importância do contexto e amadurecimento em razão do aumento do número e taxas relativas devido a aceleração sobre as publicações. Diante disso, observa-se as duas fases como:

- a) Na primeira fase (1995-2005): Escolhida por ser anterior a reforma educacional que traz a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira (1996), o campo de estudos sobre internacionalização de universidades brasileiras se estrutura de forma incipiente com baixa publicação sobre a temática.

A limitação dos temas se dá em grande maioria na área das ciências humanas, com autores distribuídos em Pedagogia e áreas educacionais afins, o que não torna o tema somente limitado aos assuntos pedagógicos, mas forte debate sobre as políticas estratégicas a serem adotadas para o movimento da internacionalização das IES e, circunstancialmente, das políticas que interferem na pós-graduação em cooperação aos institutos internacionais e publicações no exterior. Fato dizer que alguns desses autores passaram a ser referências nos anos seguintes no que diz respeito ao tema, pois detém inúmeras publicações e estão entre os primeiros a trabalhar com a temática no Brasil.

- b) Na segunda fase (2006-2015): Período marcado por transição e franca expansão das publicações, dada a solidificação das políticas empregadas após a reforma educacional, o que impulsionou abertura de IES no setor privado, além de flexibilizar parcerias internacionais. Tal movimento, alia ao aumento significativo

de autores, além de ampliar outros debates ligados à internacionalização das IES no Brasil. As publicações se ampliaram pelo método dessas publicações, ou seja, o número de periódicos e revistas especializadas são as que mais veiculam os textos no formato de artigos científicos.

A seguir, os quadros 1 e 2 demonstram o levantamento sobre os 30 textos mais citados ao longo do recorte das duas fases, do qual verifica-se uma clara maturação e desenvolvimento da pesquisa sobre o objeto em questão e destaca a transição de um tema onde os autores a princípio citavam outros autores estrangeiros (1ª fase) em suas análises, passando então, a capacidade científica de referência e autorreferência nacional (2ª fase).

Quadro 1 - Publicações chave sobre Internacionalização de Universidades Brasileiras com periodização entre anos de 1995-2005

Pesquisador (es)	Publicação	Obra	Citações
Cássio Miranda dos Santos	Artigo	SANTOS, C.M. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. Educ. Soc. , Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.	139
Elizabeth Balbachevsky	Artigo	BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. Os desafios da educação no Brasil . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, p. 285-314, 2005.	92
Luciane Stallivieri	Livro	STALLIVIERI, L. Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras . Caxias do Sul: Editora UCS, 2004. 123 p.	34
Marília Costa Morosini	Livro	MOROSINI, M. Mercosur/Mercosul: políticas e ações universitárias . Campinas: Editores Associados, 1998. 263 p.	33
José Vaidergorn	Artigo	VAIDERGORN, J. Uma perspectiva da globalização na Universidade brasileira. Cadernos Cedes , ano XXI, n. 55, p. 78-91, nov. 2001.	32
Clarice Sumi Kawasaki	Artigo	KAWASAKI, C. S. Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária. R. Fac. Edu., São Paulo , v. 23, n. 1/2, p. 1-12 jan./dez. 1997.	16
Luciane Stallivieri	Artigo	STALLIVIERI, L. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. Educação Brasileira. Revista CRUB . Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.	13
Waldemar Sguissardi (org.)	Livro	SGUISSARDI, W. Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão . Brasília: INEP, 2005. 54 p.	10
Iêda Maria Araújo Chaves Freitas	Tese	FREITAS, I.M.C. Configurações estratégicas em universidades federais brasileiras . 2002 280 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.	8
Victor Meyer Jr.; Gisele Mugnol	Artigo	MEYER JR., V.; MUGNOL, G. Competições e estratégia no contexto das instituições de ensino superior privadas. Revistas Diálogo Educacional . Curitiba, v. 4, n. 11, p. 153-165 jan./abr. 2004.	8
Álvaro José de Souto; José Nilson Reinert	Artigo	SOUTO, A.J.; REINERT, J.N. Cooperação internacional interuniversitária: o caso da UFSC . Anais do IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, p. 1-13, dez. 2004.	8
Sônia Pereira Laus	Artigo	LAUS, S. P. Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da educação superior no Brasil . Anais do IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, p. 1-18, dez. 2004.	6
Benício Vieiro Schimidt Carlos Benedito Martins	Artigo	SCHIMIDT, B.V.; MARTINS, C.B. O acordo CAPES/COFECUB no contexto da Pós-Graduação brasileira. Diálogos entre Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica . v. 1, p. 151-164, 2005.	4
Luiz Alfredo Silveira Nelson Colossi Luiz Gustavo Alves Batista Maria da Graça T. Silveira Dimas de Oliveira Estevam	Artigo	SILVEIRA, L.A. <i>et al.</i> Instituições de ensino superior: os desafios no desenvolvimento da Administração contemporânea: perspectivas e realidades. V Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria em America del Sur . Mar del Plata, p. 1-12, dez. 2005	4
Luciane Stallivieri; Suzana Queiroz de Melo Monteiro	Artigo	STALLIVIERI, L.; MONTEIRO, S.Q.M. Diagnóstico do quadro atual das estruturas de relações internacionais acadêmicas. Educação Brasileira. Revista CRUB . v. 27, n. 55, p. 1-32, 2005.	2

Fonte: Elaboração própria. Base de dados na Plataforma Google Scholar, 2016.

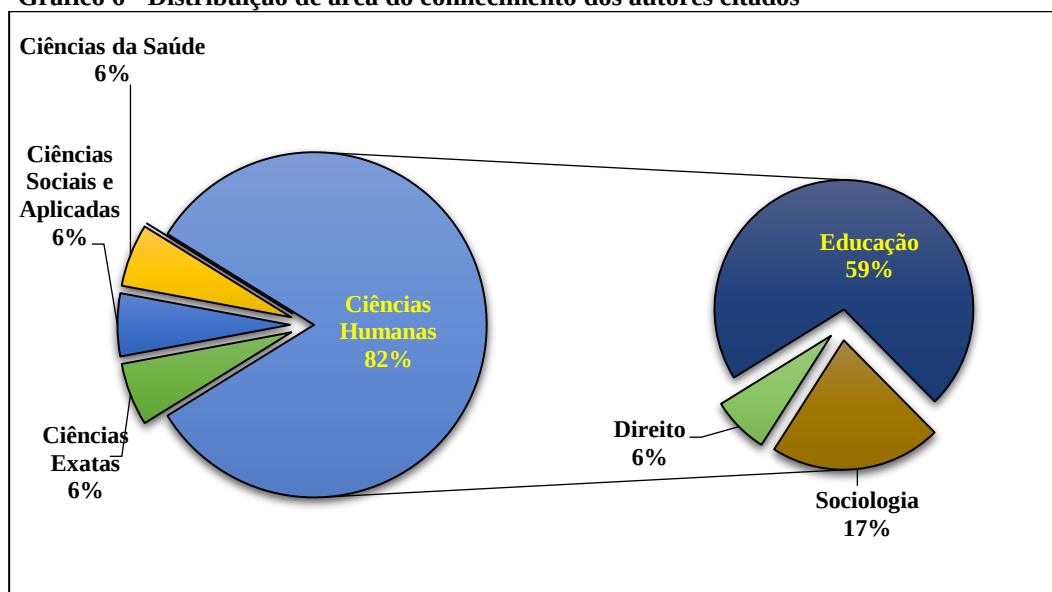
Quadro 2 - Publicações chave sobre Internacionalização de Universidades Brasileiras com periodização entre anos de 2006-2015

Pesquisador (es)	Publicação	Obra	Citações
Licínio C. Lima; Mário L. N. Azevedo; Afrânio M. Catani.	Artigo	LIMA, L.C.; AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A.M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade nova. Avaliação , Campinas, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar/ 2008.	170
Marília Costa Morosini	Artigo	MOROSINI, M.C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. Editora UFPR, Educar , n. 28, p. 107-124 2006.	71
Valdemar Sguissardi	Artigo	SGUISSARDI, V. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, M. (Org.). Universidade no Brasil: concepções e modelos . Brasília: INEP, 2011. p. 275-289	44
Marília Costa Morosini	Artigo	MOROSINI, M.C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação horizontal. Educação em Revista . Belo Horizonte, n. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011.	21
Claudio de Moura Castro; Hélio Barros; J. Ito-Adler; S. Schwartzman	Artigo	CASTRO, C.M. <i>et al.</i> Cem mil bolsistas no exterior. Revista Interesse Nacional . v. 5, n. 17, p. 25-36. 2012	21
Thiago Marrara	Artigo	MARRARA, T. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. RBPB . Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, dez. 2007.	20
Nora Rut Krawczyk	Artigo	KRAWCZYK, N.R. As políticas de internacionalização das universidades brasileiras: o caso da regionalização no Mercosul. Jornal de Políticas Educacionais . v. 2, n. 4, p. 41-52, 2008.	19
Alda Araújo Castro; Antônio Cabral Neto	Artigo	CASTRO, A.A.; CABRAL NETO, A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. Rev. Lusófona de Educação . n. 21, p. 69-96, Lisboa, 2012.	19
Fernando Seabra Santos; Naomar de Almeida Filho	Livro	SANTOS, F.S.; ALMEIDA FILHO, N. A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento . Editora UnB, impressa Universidade de Coimbra, 2012. 237 p.	15
Clarissa Eckert Baeta; Marília Costa Morosini	Artigo	BAETA, C.E.; MOROSINI, M.C. Cooperação universitária no Mercosul. Em Aberto , v. 15, n. 68, 2008	14
Suely Ferreira	Artigo	SUELY, F. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Linhas críticas , v. 18, n. 36, p. 455-472, 2012.	12
Gilberto de Oliveira Moritz; Mariana Oliveira Moritz; Pedro Antônio de Melo	Artigo	MORITZ, G.O.; MORITZ, M.O.; MELO, P.A. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul . Florianópolis, p. 1-18, dez. 2011.	10
José Maria Souza	Artigo	SOUZA, J.M. A internacionalização e a mobilidade na Educação Superior: o debate na América Latina. Revista de Iniciação Científica da FFC , v. 10, n. 2, p. 1-17, 2010.	09
Jurandir Zamberlan; Giovani Corso; Laura Bacchi; Joaquim Filippin; Wladimir Kulkamp	Livro	ZAMBERLAN, J. <i>et al.</i> Estudantes internacionais no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior . Porto Alegre: Solidus, 2009. 140 p.	08
Elói Martins Senhoras	Livro	SENHORAS, E.M. Estruturas de gestão estratégica da inovação em universidades brasileiras . Boa Vista: Editora UFRR, 2012. 192 p.	07

Fonte: Elaboração própria. Baseado na Plataforma Google Scholar, 2016.

A composição dos pesquisadores que tratam sobre processos de internacionalização de universidades no Brasil se destaca no campo de pesquisa ao referendar as grandes áreas de conhecimento. Ciências Humanas se destaca com maior número de autores e suas publicações, onde a especialidade dos mesmos sobressai na Educação (10 autores especialistas da área), seguida pela Sociologia. Os eixos temáticos dentro de internacionalização passam a integrar agendas de pesquisas existentes em diversas partes do país, mas com ampla concentração no Sudeste e Sul do Brasil.

Gráfico 6 - Distribuição de área do conhecimento dos autores citados



Fonte: Elaboração própria.

Contudo, a análise dos 15 textos mais citados na confluência das duas etapas temporais, apontam diversidade de subtemas responsáveis pela dinâmica da internacionalização de universidades das IES brasileiras, chamados aqui de **eixos temáticos**, pois são os mais recorrentes e base para discussões sobre estratégias de aplicação de modelos e políticas sobre o tema central.

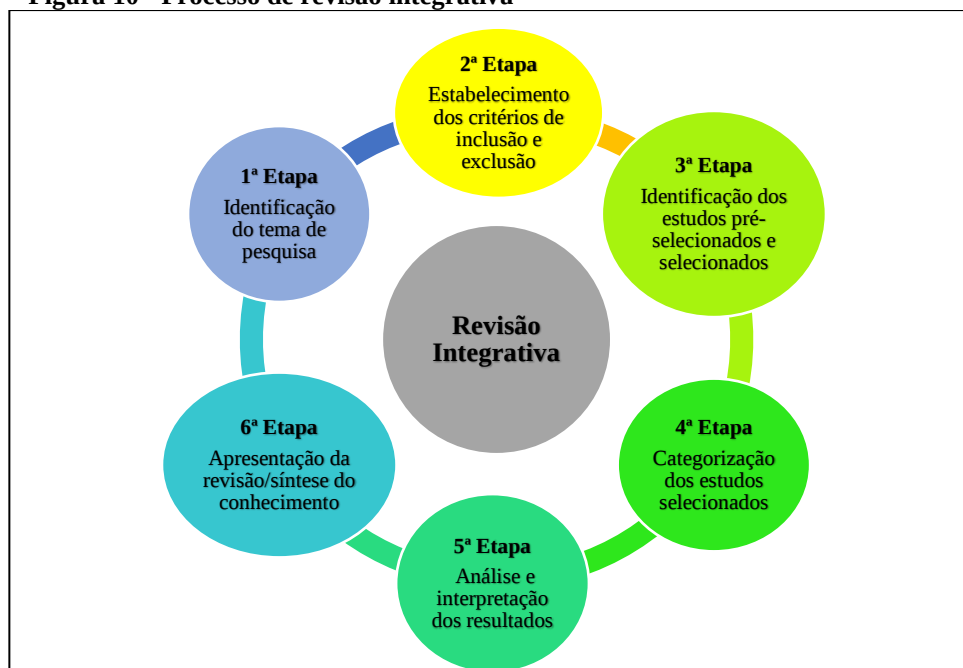
2.2.3 Revisão integrativa sobre internacionalização de universidades brasileiras

O desafio proposto de utilizar a revisão integrativa utilizando-se de várias *fontes* é complexa, pois a análise e síntese devem estar bem claras em seus procedimentos metodológicos, a fim de propor o máximo de amplitude de conhecimento sobre o conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado.

Uma revisão integrativa é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular (BROOME, 2006 *apud* BOTELHO; CUNHA; MACEDO, p. 127, 2011). O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método. Para Whitmore e Knafl (2005), é nesse ponto que se evidencia o potencial para construir a ciência. Uma boa revisão integrativa, segundo os autores, apresenta o estado da arte sobre um tema, contribuindo para um desenvolvimento de teorias. O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão dos estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não experimental) (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, p. 127, 2011).

Dessa forma, foram utilizadas etapas para a construção da revisão integrativa para desenvolvimento das análises do conhecimento científico já produzido sobre internacionalização de universidades brasileiras advindas de determinada base heterogênea das áreas dos autores, traçando assim, aproximação do panorama sobre essas produções acadêmicas e sua evolução ao longo do tempo e visualização de possíveis oportunidades de pesquisas no tema preterido.

Figura 10 - Processo de revisão integrativa



Fonte: Elaboração própria. Baseado em Botelho; Cunha e Macedo (2011).

Como já está claro, a identificação do tema está centralizada na busca de palavras-chave combinadas de “internacionalização de universidades brasileiras (1ª etapa), onde os critérios de inclusão (2ª etapa) estão as publicações científicas dentro do recorte temporal de 1995-2015, além de uso da língua portuguesa, e para exclusão, a quantidade de citações

dos autores como referência para outras produções, das quais foram encontradas cerca de 15 mil produções.

Importante salientar que o uso de exclusão minuciosa dos textos, levando em consideração o número de citações, foi caráter determinante, pois muitas produções científicas estão agregadas ao termo “internacionalização do conhecimento” ou “internacionalização de empresas”, das quais fazem uso de intensa produção de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) como processo de melhorias da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), descartada por não dinamizar estratégias de internacionalização das IES brasileiras. Destacando então, cerca de 113 textos, entre artigos, livros e identificação de produções a serem selecionadas (3ª etapa), onde foram alocadas as 30 produções científicas observada nos quadros 1 e 2 utilizadas como matriz de síntese (Quadro 3) a fim de sumarizar os textos já selecionados por leitura de resumos e número de citações.

Quadro 3 - Revisão Integrativa sobre os eixos temáticos sobre internacionalização de universidades

Eixos Temáticos	%	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]
Cooperação técnica	87															
Gestão organizacional	80															
Mobilidade acadêmica	80															
Interdependência	53															
Internacionalização universitária	53															
Diplomacia educacional	47															
Regimes educacionais internacionais	40															
Paradiplomacia educacional	27															

Fonte: Elaboração própria. [1] LIMA; AZEVEDO & CATANI, 2008. [2] SANTOS, 2003. [3] BALBACHEVSKY, 2005. [4] MOROSINI, 2006. [5] SGUISSARDI, 2011. [6] STALLIVIERI, 2004. [7] MOROSINI, 1998. [8] VAIDERGORN, 2001. [9] MOROSINI, 2011. [10] CASTRO *et al.*, 2012. [11] MARRARA, 2007. [12] KRAWCZYK, 2008. [13] CASTRO; CABRAL NETO, 2012. [14] KAWASAKI, 1997. [15] SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012.

A categorização das produções permitiu relacionar os eixos temáticos levantados por meio de leitura completa dessas produções, onde foram averiguadas 8 categorias de análises mais recorrentes e sistematizadas ao contexto de internacionalização universitária. Além do que, o próprio conceito de “internacionalização universitária” foi utilizado como eixo temático por entender o quanto o tema é norteador para as produções em questão.

Box 1 - Dimensões teóricas sobre os eixos temáticos na perspectiva de Internacionalização de Universidades

Cooperação técnica: Bastante difundida no meio acadêmico universitário, onde a cooperação e articulação acontece entre grupos de docentes, pesquisadores e técnicos trabalhando em campos comuns ou complementares, por meio de ações conjuntas desenvolvem projetos, tais como seminários, congressos, visitas, cursos, estágios e publicações. Em muitos casos, é a primeira ação de internacionalização de IES.

Gestão organizacional: Caracterizada como ação administrativa-estratégica da IES, realizada por agentes específicos (*policymakers*) responsáveis pela promoção do desenvolvimento de políticas que englobam estruturas que vão da gestão organizacional da universidade às políticas para implementação de reestruturação do ensino na IES, visto ainda, o processo da internacionalização das atividades como meio ao ser alcançado nessas IES.

Mobilidade acadêmica: São ações estruturadas nas dinâmicas de recepção e envio de atores acadêmicos (professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação) que se beneficiam de políticas verticalizadas (diplomacia educacional) ou horizontalizadas (paradiplomacia educacional) na promoção do ensino, pesquisa e extensão que venham a fortalecer a planos de integração das IES com outras culturas acadêmicas ao redor do mundo.

Diplomacia educacional: Utilizada como instrumento de política externa projetando a educação superior de um país, caracterizada como *soft power* a fim de projetar influência de um Estado sobre outros países ou regiões do mundo, cujo objetivo se dá por meio de dinâmicas de atração, seja de alunos ou pesquisadores estrangeiros e, ainda, projeção de instituições nacionais de ensino superior.

Interdependência: Fruto de cooperação entre atores centrais (Estados) e *stakeholders* diversos, a interdependência ocorre por meio de redes de cooperação educacional, mas que pode ampliar a dependência ou a correlação de centro-periferia, onde a maior capacidade produtiva intelectual está alicerçada no hemisfério Norte, sendo fator de recepção de atores intercambistas que buscam universidades com mais tradição e *status* acadêmicos.

Internacionalização universitária: Conceito complexo envolvendo ampla dinâmica que envolve a dimensão internacional, inicialmente numa característica primária de cooperação espontânea envolvendo ação conjunta entre professores e pesquisadores até a ampliação das atividades da IES num movimento de internacionalização que se dá como estratégia organizacional das universidades.

Paradiplomacia educacional: Ações subnacionais, onde os atores centrais passam a ser as IES, promovendo acordos ou convênios bilaterais educacionais com propósito de intensificar o intercâmbio científico-cultural, seja de professores para realização de cursos, pesquisadores a fim de implantar pesquisas e publicações conjuntas, além do intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação sempre visando integração da IES com visão de política de ensino, pesquisa e extensão globalizada.

Regimes educacionais internacionais: Sistemas integrado, regulamentado e altamente estandardizado, utilizado pelos países interligados num complexo de redes e cooperação educacional com propósito de equidade curricular e intercâmbio entre acadêmicos de IES sem que haja possíveis divergências de grades curriculares, disparidades de programas de ensino e extensão. Comumente utilizado no Processo de Bolonha, programa educacional europeu e; Mercosul, mas com baixa insipiência instalada.

Fonte: Elaboração própria Base de dados nos textos da revisão integrativa.

O percentual sobre os textos analisados em seus eixos temáticos foi apresentado de forma decrescente conforme interpretação extraída, entretanto, na análise desses eixos temáticos (5ª e 6ª etapas), foi possível verificar que o tema central “internacionalização de universidades” concentra-se como um núcleo duro, ou seja, a dinâmica ao longo dos anos e o acelerado crescimento fenomenológico auxiliou também na expansão do volume de conhecimento publicado sobre a temática nessas duas décadas. Essa identificação se faz em duas circunstâncias interligadas, onde a primeira se faz pela constituição conceitual de internacionalização de universidades e, no segundo momento, forte tendência na busca por estratégias para auxílio ou melhorias para a implantação da internacionalização de universidades brasileiras.

2.3.4 Revisão bibliográfica sobre internacionalização de universidades brasileiras

Os estudos que caracterizam a revisão bibliográfica estimulam a interpretação sobre dimensões estruturadas em premissas que possibilitam dar o alicerce necessário à composição de informações sintetizadas por meio de um arcabouço ontológico formado pelas premissas essenciais e as premissas auxiliares.

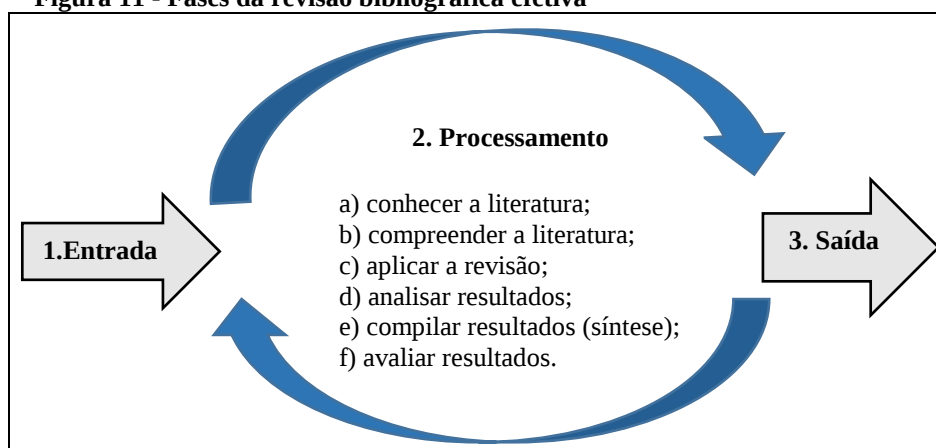
A revisão bibliográfica sistemática foi adotada a fim de alcançar maior rigor e qualidade à esta pesquisa, já que é necessário identificar os eixos a serem tratados e justificados para que seja possível elaborar uma síntese do conhecimento sobre os eixos temáticos encontrados. De acordo com Levy e Ellis (2006):

A revisão bibliográfica sistemática é o processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de criar um embasamento teórico-científico (estado da arte) sobre um determinado tópico ou assunto pesquisado (LEVY & ELLIS, 2006, *apud* CONFORTO; AMARAL; SILVA, 2011, p. 3).

Com todo levantamento e análise inicial realizada pelo método de revisão integrativa, a revisão bibliográfica dá continuidade no estudo com a análise ontológica sobre os focos convergentes sobre o fenômeno da internacionalização de universidades, utilizando-se do campo científico de maiores citações que apresentam as premissas essenciais aos debates, além das premissas auxiliares, responsáveis por ajudarem a sedimentar o núcleo basilar, ou seja, corpo teórico que corrobora a discussão central.

Como a internacionalização passa a ser uma marca de relações entre as universidades, sua natureza se encontra na produção do conhecimento, onde a instituição de ensino passa a ter como nova a internacionalização da função pesquisa apoiando a autonomia do pesquisador. Dessa forma, as publicações antes levantadas servem como principal material do processamento entre as camadas utilizadas à revisão, ou seja, do *input* ao *output*.

Figura 11 - Fases da revisão bibliográfica efetiva



Fonte: LEVI & ELLIS (2006, p. 182).

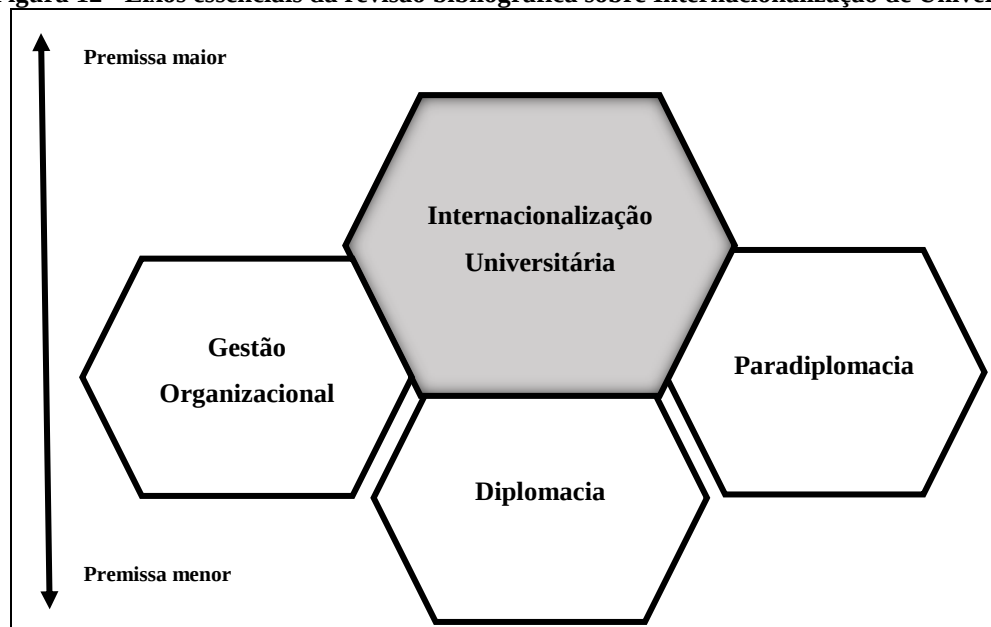
Partindo para o estudo das dimensões sobre internacionalização de universidades, a mesma foi levantada a partir de uma junção de indicadores que foi estruturada tomando como referência a existência de eixos temáticos ou premissas auxiliares. Para isso, as premissas essenciais formam o foco temático já que:

[...] o foco temático das publicações, nosso principal objetivo, constatamos que os focos-fins da internacionalização universitária, bem como a forma de alcance de tais objetivos, são claramente identificáveis no período analisado – século XXI. Entretanto, [...], ocorrem variações e podemos identificar dois momentos interligados: o primeiro deles, de constituição do conceito de internacionalização e, no segundo, mesmo que a discussão sobre o conceito se faça presente, surge com tendência a busca de estratégias para a implantação e melhoria da internacionalização da educação superior (MOROSINI, 2006, p. 115).

Portanto, como um núcleo duro, utilizou-se o conceito de internacionalização universitária por ser o tema emergente, com discussões ainda de modelos de gestão e paradiplomacia, e com premissas auxiliares, mobilidade acadêmica e cooperação técnica. A paradiplomacia se materializa por meio da internacionalização universitária pelos diferentes modelos de gestão organizacional, seja ela, primária – informal (mobilidade de

professores, alunos e técnicos) e secundária – institucionalizada e formalizada por meio de convênios, acordos com outras instituições estrangeiras.

Figura 12 - Eixos essenciais da revisão bibliográfica sobre Internacionalização de Universidades



Fonte: Elaboração própria.

A estruturação sobre esses eixos essenciais¹⁰ obedece uma lógica de graduação crescente na qual parte-se do eixo da diplomacia como premissa menor, pois advém inicialmente de programas governamentais que buscam empregar políticas de internacionalização para as universidades; passando para os eixos da paradiplomacia e gestão organizacional as quais advogam as atividades meios de internacionalização das IES, propriamente; até finalmente, chegar ao eixo formal de internacionalização universitária, premissa maior que se manifesta nas ações e atividades das universidades.

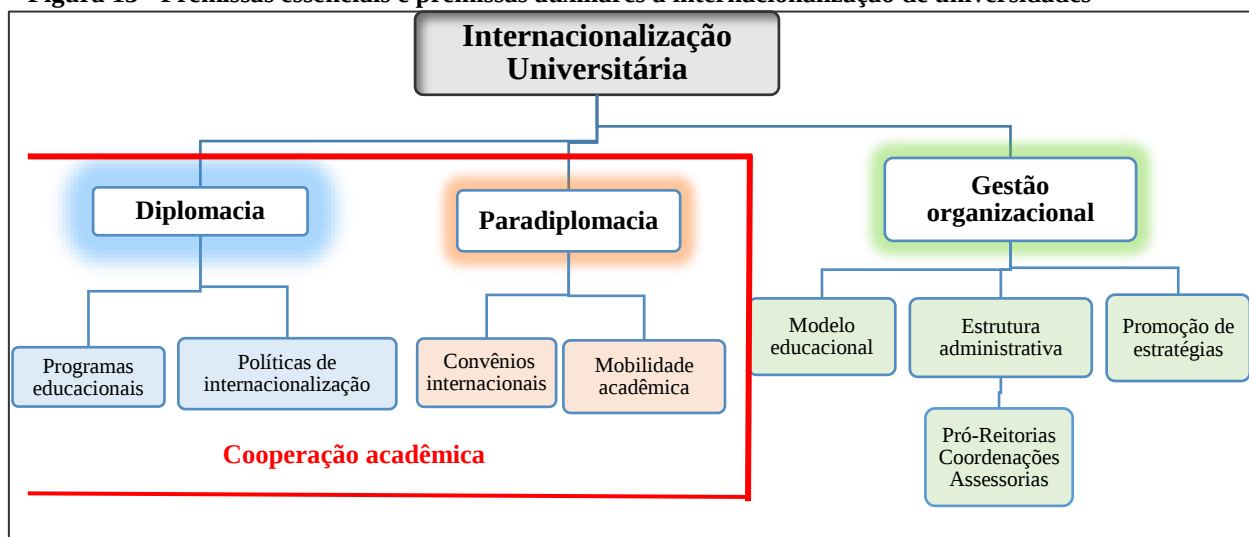
- a) Diplomacia:** apontada como vertente basilar de revisão bibliográfica sobre IU, a diplomacia se encontra como elo integrador entre as políticas do governo centralizado, responsável por realizar programas que visam fortalecer a cooperação direta entre países regionais ou mundiais numa expectativa de que as IES se adaptaram aos modelos implantados na busca da difusão e fluxos acadêmicos de

¹⁰ Esses eixos essenciais são utilizados como base para os levantamentos no *survey* no Capítulo V, a qual foi estruturada inicialmente tomando como referência a existência de subeixos ou premissas auxiliares, intermediárias de natureza temática. Dessa forma, o eixo se torna uma dimensão com subdimensões específicas, as quais abrem um leque de perguntas e que resultam na análise do estudo de caso sobre Internacionalização da Universidade Federal de Roraima.

recepção de estrangeiros e envio de acadêmicos e pesquisadores para os diversos países em acordos diplomáticos educacionais.

- b) Paradiplomacia:** é nesse contexto que as atividades que promovem a internacionalização universitária acontecem de forma direta e institucionalizada, já que a IES estabelece estratégias necessárias para se adequar aos acordos e convênios visando parcerias com instituições de ensino superior internacionais.
- c) Gestão organizacional:** caracterizada pela estrutura e modelo educacional utilizado, o processo de internacionalização determina que as IES promovam por meio de caráter administrativo uma cadeia de infraestrutura necessária para iniciar a internacionalização de sua IES, além de políticas de continuidade e amadurecimento dessas políticas. Sem um modelo de gestão organizacional adequado, além do diálogo direto e interligado por redes de comunicação interna, o grau de internacionalização não evolui ou não acompanha as dinâmicas da globalização promovidas pela educação e seu tripé acadêmicos, o ensino, a pesquisa e a extensão.
- d) Internacionalização Universitária:** Elencado como núcleo-duro e basilar nesta análise bibliográfica por conformar o objeto não somente de aspiração de uma IES, mas pela inevitabilidade das universidades para se enquadrar nas estruturas globalizantes. Pertencendo a um processo meio e não fim, a IU é um processo contínuo permeado pelas capacidades de cooperação técnica, trocas de experiências acadêmicas diversas, além de encontros informais entre seus atores, somente é consolidado com as demais premissas essenciais que lhes dão suporte ao objetivo de praticar em diversos níveis de internacionalização.

Figura 13 - Premissas essenciais e premissas auxiliares à internacionalização de universidades



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 13, a internacionalização universitária, assim como um processo já explanado, seguem fases das quais estruturam ou devem dar condições de focar a fazer com que as IES detenham autonomia necessária a fim de promoverem seus modelos de internacionalização. Em tese, esse processo se inicia informalmente ou de maneira espontânea, por meio de diálogos entre membros das IES como a colaboração em pesquisa ou elaboração de artigos em conjunto, participação em encontros internacionais, congressos. Com apoio adequado, a estrutura organizacional se adequa com seus próprios métodos paradiplomáticos à internacionalização.

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo foi possível analisar duas décadas de produções acadêmicas sobre a internacionalização de universidades brasileiras, além de levantar sobre os grupos de pesquisa e suas áreas de atuação a fim de conhecer qual estágio num contexto geral se encontra esse movimento dentro das IES brasileiras. De norte a sul do Brasil, fica clara a necessidade de compactuar com parcerias estrangeiras no intuito de alavancar cooperação técnica, seja ela espontânea ou mesmo institucionalizada.

A análise sistemática da internacionalização de universidades propôs que o tema fosse verificado sob o olhar do pesquisador, dando condições para compreensão das estratégias que levam as IES a formalizarem atividades internacionais em seu ambiente interno. Contudo, a percepção das capacidades diplomáticas, centralizadas na postura vertical do Estado nacional, além das atividades paradiplomáticas dos atores especializados são políticas que configuram readequação que vai desde a infraestrutura de gestão organizacional de uma IES, mas um plano de desenvolvimento das políticas educacionais por *stakeholders* ministeriais e subnacionais.

Entretanto, as revisões integrativas e bibliográficas que fazem parte do arcabouço de análise sistemática, mostrando a interdisciplinaridade ao tratar o núcleo-duro – internacionalização de universidades – pois, não tão somente pelas características diplomáticas e paradiplomáticas, mas da inerente adaptação das IES em seus modelos de gestão organizacional, estrutural, além de estratégias que buscam afinar ou amadurecer o processo de internacionalização da universidade no Brasil.

Por fim, foi possível fundamentar uma análise das políticas públicas educacionais para a internacionalização, além de dar suporte crucial por meio das premissas essenciais e auxiliares, a percepção congruente para leitura dos caminhos percorridos pela universidade do qual foi analisada como estudo de caso.

3 ESTUDO DE CASO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) está conformada num contexto de que reflete a nova caracterização de redemocratização nacional brasileira, cuja perspectiva busca traduzir por meio de uma nova institucionalização de modelo democrático ideal a operar em sociedade. A IES se estabelece num instante em que o estado de Roraima passa a configurar como novo membro federativo e consigo, órgãos basilares ao seu funcionamento público como a organização dos três poderes no estado.

O presente capítulo tem por objetivo, apresentar uma análise sobre a UFRR e seus caminhos para o processo de internacionalização, por método investigativo e exploratório, as estratégias que são utilizadas pela gestão administrativa desta IES que detém programas governamentais e acordos firmados com outras instituições a fim de estabelecer cooperações internacionais diante do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, serão abordados o contexto histórico desta IES que converge para a compreensão de que tal IFES iniciou suas atividades internacionais por meio de arranjos voltados a integração regional, unindo-se as outras universidades da Amazônia em parcerias com Chile e Bolívia, evidenciando uma IES preocupada em ganhar notoriedade regional como aproximação pelo diálogo sobre as questões pertinentes à região amazônica.

Com o passar dos anos, as conduções das políticas públicas educacionais centralizadas favorecem a implantação de cooperação internacional mediante programas vindos de seguimentos ministeriais, das quais as IES brasileiras deveriam estar em conformação organizacional para empregá-las e receberem subsídios governamentais, além de modernizarem suas estruturas com modelo administrativo, priorizando a agenda de envio de alunos, professores/pesquisadores e técnicos nacionais e recepção de alunos, professores/pesquisadores estrangeiros num processo paradiplomático.

Sendo assim, a elaboração de um estudo de caso mostrou diversas dificuldades estruturais à formulação de políticas para internacionalização, além de baixa comunicação entre os órgãos internos criando lacunas informacionais e catalogação e falhas de recepção ou manutenção de acadêmicos estrangeiros na UFRR. Quanto às políticas de envio, a baixa capacidade de ampliar o interesse dos acadêmicos, principalmente de cursos dos quais não possuem tradição de mobilidade internacional e estratégias específicas no fortalecimento de cooperação entre pesquisa e extensão.

3.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA: BREVE HISTÓRICO

A alteração do então Território de Roraima para membro Federativo brasileiro vinculado diretamente a União ditado pela Constituição Federal de 1988, ocorre a exigência imediata de implantação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no domínio do estado, além do Ministério Público. Essa medida possibilita caráter jurídico necessário a fim de colocar em prática autorização da Universidade Federal de Roraima de Lei nº 7.364/1985 sob o Decreto nº 98.127/1989 com a legitimidade necessária para dar início às suas devidas atividades.

A Universidade Federal de Roraima tem ao longo desses anos se firmado em ampla política de gestão organizacional adequando-se a realidade da região amazônica e auxiliando no desenvolvimento do estado, figurando como um dos atores basilares da sociedade roraimense e amazônica.

A periodização da UFRR deve ser estabelecida de modo a enxergar a internacionalização desta IFES a partir de convênios internacionais pactuados, para mais ainda, a criação de planejamento exclusivo a esse processo visando cooperação internacional diante do tripé ensino, pesquisa e extensão. Todavia, os fundamentos que dão sustentação por meio da historicidade da UFRR se confirma pela consolidação da universidade na busca por excelência no ensino e gestão administrativa, visto a necessidade de implementar macroações.

Implantada quatro anos após autorização, sendo a primeira instituição de ensino superior do estado de Roraima, iniciou suas atividades em 1989 com reitoria indicada pelo Ministério da Educação (MEC), o então professor Dr. Hamilton Gondin como reitor *pro tempore* e, em 1995 a primeira eleição de fato para reitor, promovendo o caminho democrático a que se espera de uma instituição universitária.

Apesar de ser uma instituição localizada distante de grandes centros urbanos brasileiro, a UFRR contou inicialmente com uma estrutura formada por professores advindos não somente de outros estados federativos brasileiro, mas numa configuração cuja necessidade de que alguns cursos superiores iniciassem suas atividades com presença de professores estrangeiros.

As atividades administrativas e acadêmicas tiveram início em 1990 com funcionamento dos seus primeiros cursos e estruturação da administração superior formada pela Reitoria, Conselho Diretor e Conselho Universitário. No único campus, o Paricarana, a UFRR começou a funcionar somente em um

bloco. A comunidade universitária era formada por 79 professores de magistério superior, 42 docentes de 1º e 2º graus, 120 técnicos administrativos e 400 alunos (UFRR, 2016).

Diante dos enormes desafios, o caminho natural foi alavancar sua infraestrutura física e consequentemente, a criação de novos cursos, além da contratação de novos técnicos e professores para seu quadro. Sobremaneira, ao longo dos anos de 1990 até meados dos anos 2000, a condição política do Brasil afirmar algumas ações que são inseridas nas IES de todo o país, reflexo na educação com a reforma em 1996.

Além da reforma brasileira sobre nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) da educação dando maior autonomia, inclusive financeira, vimos ainda, os arranjos políticos no próprio estado de Roraima que auxiliaram na captação de recursos à UFRR em seu modelo de gestão participativo, do qual proporcionou reordenamento físico da universidade, novos blocos e sede própria da Reitoria.

Aliado a esse comportamento de modelo neoinstitucionalista que a UFRR demonstrava sua proposta expansionista, combinado ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), primordial para a consolidação da instituição e possibilitar credibilidade junto à sociedade roraimense.

[...] responsável por atender a classe universitária com melhorias na infraestrutura através de construções e reformas patrimoniais, além de abertura de concursos públicos para sanar a deficiência de pessoal técnico-administrativo em todos os níveis e de professores, com metas de redução das taxas de evasão, ampliação da mobilidade estudantil, revisão da estrutura acadêmica, diversificação das atividades acadêmicas e articulação da graduação com a pós-graduação e com o ensino básico (PIMENTEL, 2015, 119).

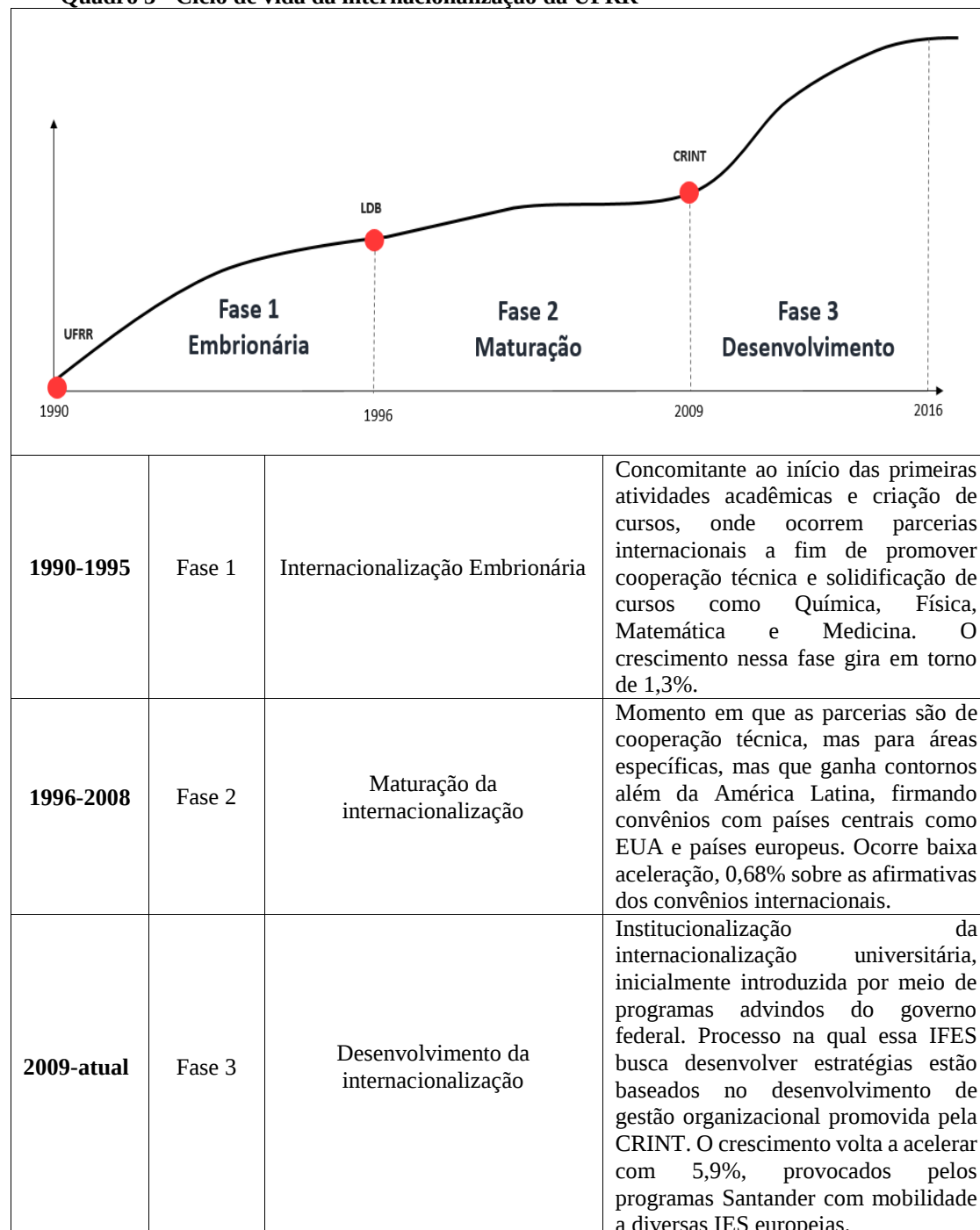
Nessa premência de coordenar e corrigir ações em determinador setores, a UFRR alinhou-se ao modelo de gestão engajado aos seus objetivos institucionais de forma que as responsabilidades fossem claramente definidas em suas diferentes áreas, intentando à excelência nos resultados propostos e à descentralização das suas atividades.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FASES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR

A caracterização da internacionalização universitária da UFRR pode ser identificada desde o seu surgimento até os dias atuais, a partir da identificação de três grandes fases, as quais demonstram um ciclo de vida. Nesse ciclo é possível verificar um período embrionário de iniciativas da internacionalização universitária; um segundo

momento, um momento de desaceleração dos convênios, onde eventualmente, as atividades passam a ser de iniciativas individualizadas, informais e, muitas vezes, sem apoio financeiro e nenhum convênio internacional promovido pela UFRR.

Quadro 3 - Ciclo de vida da internacionalização da UFRR



Fonte: Elaboração própria.

As adequações sobre a gestão organizacional são responsáveis pelo terceiro estágio, cuja internacionalização passa a ser institucionalizada pela UFRR com criação de órgão

interno específico a fim de administrar e gerenciar o processo de internacionalização de maneira mais coordenada.

A consolidação de estrutura visando uma gestão organizacional dos assuntos internacionais, é permeado pela centralização das ações promovidas por coordenação operacionalizada num corpo técnico que viria a dar condicionalidades formais, por meio de convênios e cooperação internacional, gerando continuidade das atividades atuais e futuras no que concerne à assessoria em missões no exterior até o campo de mobilidade acadêmica praticada principalmente por estudantes e professores em curto e médio prazo.

A formalização de uma série de acordos e convênios internacionais, averiguando que alguns são *de jure* ou *pró forma* e outros que se materializaram *de facto* em mobilidades internacionais com outras universidades de outros países, seja pela diplomacia de ações verticalizadas advindas do governo federal ou de ações paradiplomáticas, acordos diretamente firmados entre a UFRR e parceiros estrangeiros.

Quadro 4 - Convênios internacionais da UFRR

FASES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR		Ano	País	Nome da Instituição	
FASES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR	Fase 1 Embrionária	1990	BOL	Universidade Autónoma Gabriel René Moreno	
			PER	Universidade Nacional Mayor de São Marcos	
		1993	CUB	Universidade de Habana	
			CUB	Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Nuclear de Cuba- ISCTN	
			CUB	Universidade Camilo Cienfuegos - Matanzas	
		1994	CUB	Faculdade de Ciências Médicas de Matanzas	
			GUY	Universidade da Guyana	
		1995	MEX	Universidade Latino Americana e Caribe	
	Fase 2 Maturação	1996	EUA	Universidade da Califórnia/ Santa Bárbara	
			EUA	New Hampshire	
		1997	CUB	Unidade Central de Colaboração Médica/UCCM	
		2001	ALE	Ludwig-Maximilian University	
			ALE	Acordo de Cooperação em Educação Médica Brasil-Alemanha	
		2005	ALE	Universidade de Hamburgo	
		2007	CHI	Universidade da Fronteira	
		2008	-	Univ. Indígena Intercultural da América Latina e o Caribe	
			ESP	Universidade de Barcelona	
		2009	ESP	Universidade de Jaén	
			SUR	Universidade do Suriname	
	Fase 3 Desenvolvimento	2010	POR	Universidade de Évora	
			POR	Universidade de Aveiro	
		2011	EUA	Universidade de Utah	
			EUA	Pitzer College (Califórnia)	
			BRACOL	Universidades diversas (ASCUN/GCUB)	
			POR	Universidade Coimbra	
			BRAMEX	UFRR/GCUB/Univ. mexicanas	
			POR	Universidade Fernando Pessoa	
			EUA	Universidade de Stanford	
			ALE	Lake Constance Foundation	
			ESP	Universidade de Extremadura	
			ESP	TOP Espanha – Universidade de Salamanca	
		2012	BRA	Ciências sem Fronteira (CsF)	
			POR	Universidade da Beira Interior	
			EUA	Universidade de Massachusetts Amherst	
			MZB	Univ. Católica de Moçambique	
			MZB	Universidade Eduardo Mondlane	
			CUB	Universidade de Matanzas	
		2013	VEN	Universidade Central da VEN	
			EUA	Universidade da Flórida	
		2014	CUB	Instituto Superior Politécnico José Antônio Echeverría	
			POR	Escola Superior de Saúde Viseu	
			EUA	Universidade do Alabama	
			BOL	Universidade Nacional Ecológica	
		2015	ESP	Santander Universidades – Íbero Americana	
			POR	Santander Universidades - Luso	
			CUB	Universidade de GRANMA	
			CUB	Universidade do ORIENTE	
			POR	Algarve/UALG	
			Ilha TND	Universidade West Indies	
			ESP	Helva	
			EUR	Erasmus EBW+	
		2016	POR	Trás-os-Montes e Alto Dour/UTAD	
			POR	Universidade de Porto	

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2016).

Legenda: ■ recorrente ■ sazonal ■ inexistente.

As fases da internacionalização universitária da UFRR detêm tal recorte temporal devido a verificação que nesses ciclos, as ações internacionais sofrem determinados marcos de transição caracterizadas da seguinte forma:

a) Fase 1: internacionalização embrionária (1990 – 1995)

A UFRR promove em 1990 o primeiro convênio internacional envolvendo IES da Amazônia Legal com a então Fundação Universidade do Amazonas, Universidade Federal do Pará, Fundação Universidade Federal do Mato Grosso, Fundação Universidade Federal do Maranhão, Fundação Universidade Federal do Acre e Fundação Universidade Federal de Rondônia, cuja instituição internacional era a Universidade Autônoma Gabriel René Moreno da Bolívia, além da Universidade Nacional Mayor de São Marcos, Peru.

Esse primeiro acordo visava cooperação científica em cooperação internacional na preocupação de elencar os centros de estudos universitários às questões da Amazônia, ligadas ao meio ambiente e outras preocupações voltadas às ciências acadêmicas e ao desenvolvimento dos povos dessa região.

Com a criação da Escola de Medicina da UFRR em 1993, houveram amplas dificuldades em formar seu corpo docente, onde tal carência é devida à distância geográfica, além da falta de interesse desses profissionais de encarar o desafio de habitar o recém-criado estado federativo no extremo norte. A consequência diante de tamanha barreira na falta de docentes especialistas, foi o acordo internacional de cooperação técnica entre a UFRR e o governo de Cuba, considerado um dos mais memoráveis convênios com esta IFES.

A vinda de profissionais, inicialmente no curso de Medicina a fim de compor o quadro de professores, faz com que se tivesse uma concertação de universidade com atividades iniciadas já internacionalizada, ou seja, pelo convênio internacional firmado, a UFRR materializa o perfil de internacionalização de natureza forçada e de articulação institucionalizada de método formalizado. Com a Resolução nº 100/94 – CUn, a UFRR no uso de suas atribuições legais e estatutária da reitoria, autoriza os seguintes convênios:

- I. Convênio de intercâmbio e colaboração de apoio Acadêmico que entre si celebram a Universidade Federal de Roraima e a Universidad de Camilo Cienfuegos, de Matanza, Cuba;

- II. Convênio de Cooperação Acadêmica, Científica e Técnica entre a Universidade Federal de Roraima e o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Cuba;
- III. Convênio de Cooperação Científico cultural entre a Universidade Federal de Roraima e a Universidad La Habana, Cuba;
- IV. Convênio de Intercâmbio e Cooperação entre a Universidade Federal de Roraima e a Universidade Nacional Experimental de Gyana-UNEG, Venezuela (UFRR, 1994, p. 1).

Diante de tamanha parceria, os agradecimentos vieram da reitoria, do qual concede em 1994, o título de Doutor *Honoris Causa* ao então presidente cubano, Fidel Castro Ruz (1926-2016) pelos seus serviços à educação na América Latina e à UFRR ao ceder professores de nível superior para ministrarem aulas a fim de auxiliar na consolidação de cursos da instituição.

Imagem 1 - Reitor da UFRR Dr. Hamilton Gondim e comitiva ao lado do presidente Fidel Castro, Havana, 1994



Fonte: Base de arquivos UFRR (2016).

Mesmo com o avanço físico e estrutural da UFRR, criação de novos cursos e a contratação de professores e técnicos que atendessem as novas demandas, tal adequação não postulou cuidados com alguns documentos que seriam hoje, históricos e que ratificariam tais evolução da instituição. A observação é feita com o peso da crítica ao perceber tamanha dificuldade em encontrar algumas resoluções e convênios internacionais dos quais comprovariam essas parcerias. A descentralização dos órgãos com o passar dos anos desmantelou consigo, a responsabilidade de arquivar determinados documentos e dessa forma, foi muito penosa encontrar os convênios originais firmados com o governo

cubano, cabendo a tal pesquisa, se deter em *fontes* humanas e cópias raras de resoluções arquivadas a muito custo pela Coordenação de Convênios¹¹.

Ainda assim, voltando as questões históricas, a consistência da instituição foi pensada, principalmente sobre o corpo docente, do qual necessitava avançar na busca de titulações com ampliação no número de mestres e doutores. Neste aspecto, o apoio formal da UFRR para com seus profissionais se deu em meio a Portarias das quais permitissem aos seus professores, especialização com o devido afastamento, além de garantir seus vencimentos mensais. Ações nesse sentido possibilitaram que alguns professores estudassem no exterior e assegurassem seus títulos.

Entretanto, apesar de permitir licença temporária, poucos foram as afirmações da UFRR frente ao apoio na capacitação de seus profissionais docentes. A ida ao exterior, mesmo em período de mudança monetária vivenciada no Brasil equilibrando a moeda brasileira frente ao dólar americano, não trazia totais amenidades financeiras, salvo países das quais detinham moedas mais fracas que o Real no mercado cambial.

De fato, a percepção crítica perante a expansão e a conformação das atividades acadêmicas nesse processo de organização das gestões administrativas, as infraestruturas físicas do campus Paricarana, a formação administrativa dos cursos, além de órgãos internos basilares ao funcionamento da UFRR, ficou distante pensar em internacionalizar efetivamente a instituição, cuja estratégia não estava no planejamento inicial.

No período inicial da universidade, considerar internacionalização na prática era agir de forma instintiva, sem caráter técnico ou metodológico, no entanto, era provida de astúcia e engenhosidade que a historicidade desta instituição conta por meio de ações determinados *stakeholders* frente aos seus controles, além da precisão das execuções individuais de alguns professores na sua demanda por aprimoramento profissional ou realizações de pesquisas que encontraram no exterior a concretização das mesmas

A UFRR é uma IES que nasce internacionalizada, embora esse processo não fizesse parte da missão do tripé institucional (ensino-pesquisa-extensão), seguiu-se uma lógica dentro de um modelo humboldtiano. Em todo o caso, esse processo inicial é fruto de ações voluntárias de caráter estritamente unilateral e pessoalizado.

¹¹¹¹ Sinceros agradecimentos à equipe da Coordenação de Convênios que além de fornecer documentos históricos, detém banco de dados das quais deveriam estar em concomitância com a Coordenadoria de Relações Internacionais que não dispõe de parte da historicidade internacional da UFRR.

Seguindo essa postura de cunho pessoal de iniciativa do então reitor, a paradiplomacia com Cuba é tida como a primeira atitude que, de fato, evidencia comportamento acadêmico internacionalizado devido convênio com universidades daquele país, onde a UFRR firma compromisso direto com o governo de Cuba. O governo brasileiro acrescentou posterior participação, mas somente para afirmar o apoio e solidificar tal convênio que teve duração até a conformação da nova reforma educacional no Brasil, ocorrida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira/1996.

Com a nova reforma, as universidades foram obrigadas a se adequarem as regras e passaram então a enquadrar o corpo docente por meio de concurso público, o que já existia. Além do mais, para a validação de diplomas internacionais a fim de estabelecer compromisso profissional no Brasil, a estadia de professores estrangeiros na UFRR tornou inviável a continuação do convênio, o que não deixa de lado a permanência de alguns cubanos¹² na instituição. Entretanto, importante salientar que a internacionalização não ficou restrita aos professores cubanos, convênios com os EUA e Guyana foram firmados com objetivos de estabelecerem cooperação técnica nesse processo inicial.

b) Fase 2: Maturação da Internacionalização (1996 – 2008)

A fase que determina período em questão está caracterizado entre os anos 1996 a 2008 quando a UFRR busca ampliar as parcerias no sentido de realizar intercâmbios, seja de professores/pesquisadores, além de alunos e colaboração técnica e científica.

Dessa forma, a internacionalização tem um caráter voltado a atender não somente a estrutura da universidade, como ficou marcada a parceria com Cuba, mas auxiliar na cooperação das pesquisas promovidas por departamentos de cursos, além de criar cultura de intercâmbio acadêmico e aperfeiçoamento das atividades de pesquisa em parceria com esta IFES. A título de exemplo, verificam-se os acordos com as IES alemãs que firmaram parcerias em torno dos assuntos voltados à biodiversidade em pesquisa que beneficiaram cursos como o de Agronomia, portanto, avançando a internacionalização além do campus Paricarana e chegando ao campus Cauamé.

¹² O regime político de Cuba fez com que muitos cidadãos cubanos que foram enviados ao exterior por meio de programas de cooperação técnica não retornassem ao país de origem. Em RR, alguns professores cubanos se casaram, formaram famílias e continuam a viver no estado desde a assinatura do primeiro convênio com o país da América Central.

Ainda nesse período, a UFRR recebe três alunos de graduação que se tornam um marco nas atividades internacionais, pois são acadêmicos estrangeiros advindos do Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G) e que conseguem graduar nos cursos superiores. Fato esse de suma importância, pois mostram o quanto a internacionalização perpassa as salas de aula ou meras questões administrativas, já que a universidade não detinha de estruturas como Restaurante Universitário e moradia universitária a fim de favorecer a estadia de estudantes e professores de outras localidades, seja nacional ou intercâmbio internacional.

Ao passo que a universidade se adequa ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as estratégias de internacionalização não acompanharam tais ações modernizantes das políticas educacionais e estruturais das IFES. As consequências foram se perpetuando conforme se encontram registros, existindo a falta de interesse em renovar os convênios já firmados, além da dificuldade em promover novos convênios devido os obstáculos em oferecer contrapartidas à altura das possíveis instituições interessadas.

Imagem 2 - Expansão do campus Paricarana/UFRR – REUNI



Fonte: Base de arquivos UFRR (2016).

Contudo, o plano do governo federal brasileiro de ampliar as medidas que favoreciam a internacionalização das IFES chegou após um hiato desde a recepção dos

primeiros alunos africanos pelo PEC-G até os próximos estudantes, um vazio de acadêmicos estrangeiros de cerca de 7 anos.

A maturação da internacionalização na UFRR não quer dizer que de fato, a universidade é internacionalizada por meio de gestão organizacional, pois a extensão e continuação das suas atividades passaram por transições sazonais e que necessitavam operar de forma contínua, para isso, seria necessário profissionalizar os assuntos envolvendo as atividades internacionais desta IFES.

c) Fase 3: desenvolvimento da internacionalização (2009 – atual)

A criação da Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT) torna os assuntos internacionais um processo centralizado a este órgão interno vinculado a Reitoria, passando a figurar papel fundamental no processo de internacionalização da UFRR. Com Resolução nº. 006/2009 deliberada pelo Conselho Universitário (CUNI), o órgão interno passa a exercer suas atividades em prol dos assuntos internacionais da universidade, o que incluem em suas atribuições e objetivos:

Art. 2º. São atribuições da Coordenadoria de Relações Internacionais:

I - coordenar as atividades de cooperação e convênios internacionais no âmbito da UFRR;

II – assessorar a Administração Superior na formalização de contratos, acordos, projetos, convênios e intercâmbios com instituições internacionais de ensino, pesquisa e outras instituições correlatas;

III – incentivar a comunidade acadêmica da UFRR, por meio das Pró-Reitorias e Unidades Acadêmicas, na formalização de contratos, acordos, projetos, intercâmbios, relações acadêmicas, culturais e convênios internacionais em conformidade com os interesses da UFRR;

IV – assessorar a comunidade externa à UFRR em questões de assuntos internacionais, que se coadunem com o desenvolvimento institucional da UFRR (UFRR, 2009).

Enormes foram os desafios propostos à implementação da CRINT, visto que a universidade não detinha de estruturas organizacionais e de gestão, além de sólidas estratégias para a promoção de uma internacionalização como propunha o Governo Federal. Esses desafios perpassam as decisões da universidade que se viu na condição de aceitar e acatar as demandas de projetos do Ministério da Educação e Ministério das Relações Exteriores.

Alguns programas que passaram a figurar no quadro institucional com a homologação de convênios internacionais partem de ações do Governo Federal que

postulou que as universidades federais recepcionassem tais programas, além de capacitarem suas estruturas de gestão organizacional a fim de colocarem em prática esses programas, causando desconforto administrativo e criando o processo de internacionalização forçada.

A UFRR nesse terceiro ciclo de internacionalização foi uma das instituições que se mobilizou às pressas, seja pela própria criação da CRINT em reunião extraordinária do CUni (Resolução nº. 006/2009), seja pelas políticas de integração tanto de outras pró-reitorias como a do Programa de Pós-Graduação (PRPPG) e outros órgãos internos envolvidos com planejamento, convênios e financeiros a fim de colocar em prática a coordenadoria que daria andamento aos assuntos e programas internacionais verticalmente implantados via governo federal às universidades federais brasileiras.

Com ampliação e regularidade referente a assinatura de novos acordos internacionais, a CRINT além de ser o órgão interno responsável pelos assuntos internacionais da UFRR passa a receber programas de países europeus como Portugal e Espanha, além de programas do governo federal do qual requerem uma dinâmica estrutural específica, ou seja, maior capacitação na recepção de acadêmicos na instituição, tanto de alunos de graduação como os de pós-graduação.

Nessa fase agressivamente implantada, a UFRR protocola o serviço de programas como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) promovido em parceria como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil e de países em vias de desenvolvimento, em sua maioria, países do continente africano, o que já havia ocorrido na fase 2 de maturação, mas não houve continuidade.

Outro serviço atendido pela UFRR é o Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC), do qual constituem em iniciativas conjunta da Secretaria-Geral da Organização Estados Americanos (SG/OEA) e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), além do apoio do MRE por meio da Divisão de Assuntos Educacionais.

A promoção desses dois programas em especial, coloca a UFRR no mapa das IFES brasileiras com atratividade em recepção dos acadêmicos que integram esses programas e projeta o cenário brasileiro para o movimento de ampla internacionalização de todas as IFES. Estando ou não em condições favoráveis ao amadurecimento de ações voltadas para a internacionalização, é nessa fase que a maturação desse processo na UFRR se dá,

impreterivelmente, adequando suas necessidades conforme a demanda de questões a serem resolvidas, ou seja, sem contar com um plano inicial maturado.

Ciclo marcante de consolidação e desenvolvimento das atividades de internacionalização da UFRR, esse processo passa a ser figurado na instituição como estratégia educacional que visa além da ampliação das ações internacionais, seja com missões e participações da Reitoria em encontros no exterior, promove ainda, a integração de toda a comunidade acadêmica nesse sistema.

No período que ainda continua no ano de 2011, tem como marco a afirmação de convênio via caminhos paradiplomáticos diretamente com outras universidades estrangeiras, além de atores internacionais promotores de mobilidade acadêmica como o banco espanhol Santander, responsável pela elevação do interesse de acadêmicos da UFRR em mobilidade estudantil de curta e média duração, por semanas ou semestres, aliando extensão e ensino.

Destarte, esse terceiro momento, aumenta a recepção de alunos advindos de diversos países africano para cursar graduação, implantando na UFRR políticas culturais variadas e agregando serviços de departamentos, tanto voltado às práticas de ensino quanto ao fomento no serviço exclusivo de idiomas para estrangeiros, eventos culturais voltados para o conhecimento dos costumes do público recepcionado, além de alavancar serviços que estão além das fronteiras do campus universitário, como serviços de habitação, principalmente, já que os acadêmicos não são atendidos pela própria universidade em residência estudantil.

A característica dessa fase, principalmente em coordenações promovidas pelas ações da CRINT se dão no aumento da mobilidade estudantil e maior divulgação das atividades internacionais a fim de promover o hábito e o acesso às experiências internacionais das quais a sociedade acadêmica pode ter contato, fruto de iniciativas e determinação do Ministério da Educação (MEC) na implementação da internacionalização das universidades brasileiras.

3.3 ANÁLISE DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR (2009-2015)

Após levantar as 3 fases da internacionalização da UFRR, sua análise justifica o recorte temporal por razões que levam desde a coordenação centralizada dos assuntos internacionais com a criação da CRINT em 2009 até a conformação de banco de dados fornecida por tal coordenadoria. A própria CRINT relata fechar seu banco de dados do ano anterior em meados de fevereiro do seguinte ano, o que desfavorece a análise mais atualizada sobre os programas internacionais firmados por esta IFES.

Contudo, nessa análise, é possível verificar dois processos dos quais baseiam-se em aportes de dupla-via, ou seja, fatores responsáveis por favorecerem dois padrões de desenvolvimento nesta instituição, o desenvolvimento exógeno, promovido por professores/pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação vindos do exterior e; padrão de desenvolvimento endógeno, formado por professores/pesquisadores, acadêmicos de graduação e pós-graduação que saem da UFRR para realizarem atividades internacionais alicerçados no tripé ensino, pesquisa e extensão universitária.

3.3.1 Internacionalização como processo de dupla-via

A dinâmica que permeia a internacionalização se conforma em via dupla, seja pela via que recebe, seja pelo modo de envio, condicionante da mobilidade acadêmica de professores, técnicos ou alunos de graduação e pós-graduação. Por meio de quatro características desse movimento que fundamenta a internacionalização universitária, podemos verificar um sistema de política estratégica em uma lógica que explica esse fenômeno numa dinâmica simples e de baixa política ativa criada pela instituição.

A primeira característica está em um movimento de *Ida e Vinda*, onde a UFRR conta com a mobilidade acadêmica que dinamiza a ida de professores/pesquisadores, estudantes e, vez por outra, de técnicos do quadro funcional da instituição, além da vinda de professores/pesquisadores e estudantes de outras universidades, dos quais realizam atividades por meio de programas variados em convênios com a universidade;

Um segundo ponto, a *Diplomacia Educacional* e a *Paradiplomacia Educacional*, cujos convênios internacionais diplomáticos são processos de políticas educacionais realizados pelo MRE e que caracterizam ações centralizadas e verticalizadas, além disso,

os convênios de ações descentralizadas promovidos pela UFRR, portanto horizontais, são realizados diretamente por meio da paradiplomacia.

As ações de diplomacia e paradiplomacia educacional podem ser compreendidas como múltiplas iniciativas convergentes ou divergentes existentes pela projeção internacional de uma agenda *lato sensu* sobre educação com repercussões em temas culturais e de ciência, tecnologia e inovação que é construído, tanto diplomática pelas chancelarias e ministérios de relações exteriores, quanto de maneira paralela à diplomacia por atores descentralizados e outros ministérios e instituições governamentais (SENHORAS, 2014, p. 1).

A medida em que as agendas dos países aumentam em demanda sobre a sociedade, mais viável se torna dividir essas responsabilidades com alguns atores, inclusive descentralizando os encargos e, como método associado a diplomacia pública, a diplomacia educacional auxilia como premissa de caráter democrático participativo, concedendo espaço ainda, a ações de atores subnacionais e outros *stakeholders*.

Quadro 5 - Modalidades de internacionalização por diplomacia educacional na UFRR

Convênios Diplomáticos	Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G)	
	Programa de Alianças para Educação e Capacitação (PAEC/OEA/GCUB)	
	Brasil-México (BRAMEX)	Associação Colombiana de Universidade (ASCUN/GCUB)
	Brasil-Peru (BRAPER)	
	Brasil-Colômbia (BRACOL)	
	Ciências sem Fronteiras (CsF) – temporariamente suspenso	

Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, existem 31 convênios internacionais firmados com a UFRR com caráter paradiplomático e ativos (ver tabela 1). Seja como recepção ou envio de estudantes e professores em mobilidade acadêmica de curto e médio prazo. Os convênios internacionais, por recomendações da Advocacia-Geral da União¹³ (AGU), estão sendo

¹³ Os convênios firmados por esta IFES devem passar pelo crivo da AGU a fim de proporcionar a devida juridicidade dos mesmos e evitar vícios dos quais seriam onerosos à UFRR. No entanto, cabe a crítica em afirmar que as IFES no Brasil detêm de autonomia jurídica e que todos os convênios da UFRR são estudados e analisados visando favorecer as partes de acordo com seus projetos e parcerias em troca de qualquer natureza que venha auxiliar no desenvolvimento da instituição.

firmados com prazo limite válidos por até 5 cinco anos, passíveis de renovação dado o interesse manifestado das partes.

A terceira característica da dinâmica de dupla-via se promove por **Internacionalização Norte-Sul/ Sul-Sul**. Do qual a agenda que fundamenta as ações diplomáticas e paradiplomáticas envolvendo a UFRR é permeada por formatos de internacionalização que tanto envolvem envio de corpo acadêmico por meio de cooperação ao hemisfério Norte, quanto de recepção de corpo acadêmico (principalmente estudantes) do hemisfério Sul. Contudo, o acordo internacional de maior atratividade assinado por meio diplomático está vinculado aos programas firmados em cooperação Sul-Sul.

A quarta característica da internacionalização na UFRR está nas **Paradiplomacia Ativa** e **Paradiplomacia Reativa**. A primeira está fundamentada em ações paradiplomáticas das quais são firmadas parceria diretas com a UFRR havendo troca direta. Exemplo disso, os acordos firmados com intercâmbios acadêmicos de ambos os lados.

Já a paradiplomacia reativa estabelece o convênio e somente promove a mobilidade acadêmica via edital. Exemplo disso, estão os convênios firmados pelo banco Santander que entra com toda parte do custo estabelecido e a UFRR, por meio de seus órgãos competentes não fiscaliza o retorno dessas mobilidades, ou seja, somente promove a seleção da ida dos estudantes ao exterior. São raros a recepção de alunos estrangeiros recepcionados por esse tipo de acordo, mostrando a desproporcionalidade entre envio e recepção.

3.3.2 Padrões de desenvolvimento de internacionalização da UFRR

O desenvolvimento da universidade como ator promotor das capacidades intelectuais e profissionais na sociedade requer agregar fatores que condicionam tal progresso, portanto, diante de análise qualitativa e exploratória é possível aliar as políticas de internacionalização universitária como um dos fomentadores desse progresso.

Entretanto, as estratégias utilizadas para executar a internacionalização estão manifestadas numa visão construtivista na composição de diferentes *stakeholders* que se movimentam de fora para dentro, formando padrão de desenvolvimento exógeno e, de movimento de dentro para fora, num fator de desenvolvimento endógeno.

Por um lado, a entrada de atores por meio de mobilidade acadêmica, quer seja por cooperação técnica (professores/pesquisadores ou corpo técnico-administrativo) ou

promoção do ensino, pesquisa (alunos de graduação e pós-graduação) estão baseados numa lógica de construção de vivência universitária polarizada em diversas culturas de fora que auxiliam nas melhorias estruturais da universidade pela troca de conhecimento e elevação de demanda nas políticas administrativas gerenciais da UFRR.

Por outro lado, a saída de professores, alunos de graduação e pós-graduação e técnicos da UFRR em busca de compartilhar conhecimentos no exterior e adquirir novas técnicas acadêmicas, retornam com a responsabilidade de agregar experiências que convergem ao desenvolvimento endógeno da instituição numa confluência de saberes adquiridas fora da universidade, das quais serão alocadas ao regressarem.

3.3.2.1 Desenvolvimento exógeno da internacionalização na UFRR

O desenvolvimento exógeno da internacionalização universitária valoriza o papel da instituição de ensino superior que a promove devido a gama de possibilidades na articulação com diferentes atores na universidade que dialogam tanto, por meio da cooperação técnica e educação como fim, até por caminhos que promovem a interação de diversas culturas, propagação do conhecimento, vínculo social, onde a vida acadêmica se movimenta além do espaço universitário, transita no comportamento da sociedade que atribui à experiência e convivência com estrangeiros, necessária para o desenvolvimento.

Diante dessas possibilidades, a internacionalização num movimento de fora para dentro da universidade se refere a um padrão que é visto com a implantação de políticas de estratégias das quais movimenta uma rede de mobilidade acadêmica numa convergência de atração, seja de professores/pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, além de técnicos da IES.

A lógica do planejamento e implementação dessas estratégias na busca por atrair esse público à universidade tem como base o fortalecimento das contrapartidas oferecidas aos atores em mobilidade acadêmica, a fim de tornar não somente viável a recepção desses indivíduos como atraente e, posteriormente, utilizado como marketing para ampliação desse público externo.

Entretanto, essas políticas estão coordenadas na comunicação entre infraestrutura de recepção lincadas à administração e gestão organizacional da universidade até o órgão interno, seja departamento, coordenação de curso ou programa de pós-graduação do qual esses indivíduos irão executar suas atividades e diretamente interagir. Partindo dessa

premissa de trocas culturais e do conhecimento, a análise sobre o desenvolvimento exógeno da UFRR se faz por meio de avaliação sobre a dimensão mobilidade acadêmica e dimensão institucional desta IFES na compreensão sobre as políticas assertivas ou inadequadas/incompletas sobre as estratégias de internacionalização universitária.

a) Professores e Pesquisadores Estrangeiros

Ainda que a UFRR tenha nascido internacionalizada e que essa ação tenha sido inicialmente voluntária e pessoalizada em atitudes promovidas por alguns atores na primeira fase, a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros está ligada desde o início das atividades acadêmicas na universidade. A memória histórica como dita no começo do capítulo nos conta da presença de professores cubanos por convênio firmado.

Com recorte temporal de 2009 a 2015, a presença de professores estrangeiros ocorreu por meio de convênios paradiplomáticos específicos como a parceria entre as Universidades do Oriente, a Politécnica José Antonio Echeverría e Universidade de GRANMA, essas IES cubanas tiveram intuito de realizar cooperação técnica nos cursos de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Bacharel em Engenharia Elétrica. Em oito anos, a UFRR contratou/recebeu oito professores cubanos e norte-americanos para atuarem como docentes/pesquisadores nos cursos citados e, ainda, nos cursos de Medicina Veterinária e de Psicologia.

Outras passagens se dão por meio de programa de pós-graduação, onde existe ausência de *fontes* oficiais dos órgãos internos da UFRR, seja na CRINT ou na Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPPG) com desencontro de informações, além de silêncio administrativo em não catalogar essas presenças.

O envio de pedido dos dados foi feito ao PRPPG e não foram atendidas, mas na busca por *fontes* entre os programas de pós-graduação, existe presença de estrangeiros em função de demanda das chamadas bolsas de produtividade no compromisso de realizar pesquisas e ministrar aulas nesses programas. A exemplo disso, o professor doutor Lodewijk Hulsman, ligado à Universidade de Amsterdã, Holanda, do qual integrou o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA), além de pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA) com estudos voltados para as Guianas.

Mesmo para a realização de pesquisa e cooperação técnica na pós-graduação e graduação, a expertise promovida pela CRINT na busca de firmar convênios não pode ser encarada como via única, as estratégias de internacionalização para recepção desse público específico devem ter caráter descentralizado às ações da coordenadoria, ou seja, a prerrogativa de firmar convênios internacionais deve partir também de coordenações de cursos e programas de pós-graduação, onde a liberdade jurídica existe, mas a burocracia institucional na aprovação de projetos desencoraja iniciativas por esses caminhos.

b) Alunos estrangeiros de Graduação

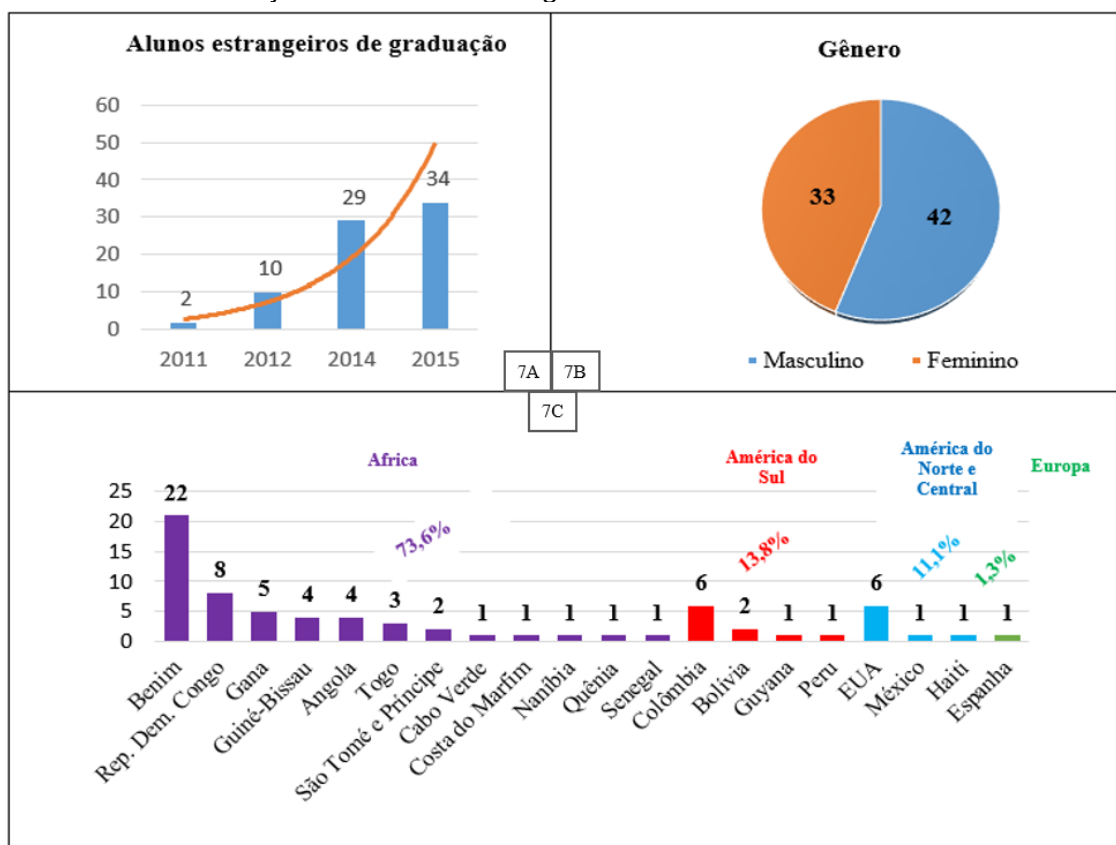
A internacionalização da UFRR ganhou nova dinâmica com maior presença de estudantes estrangeiros matriculados nos diversos cursos de graduação da universidade, mesmo com o desenvolvimento e o elevado número de convênios internacionais, a UFRR recebeu seus primeiros alunos de outros países no início dos anos 2000 quando passou a fazer parte do mapa de IES brasileiras inscritas no PEC-G.

Inicialmente, a universidade roraimense recebeu quatro estudantes vindos do continente africano, mais especificamente de Guiné-Bissau e Cabo Verde. O único registro da passagem desses alunos encontra-se no Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), do qual obtiveram título de bacharel nos cursos de Medicina (Margarida Lopes Tavares Ferreira Pina) e Ciências Sociais (Ricardino Jacinto Dumas Teixeira e Rui Jorge da Conceição Gomes Semedo), sendo estes os primeiros estudantes estrangeiros graduados pela UFRR em 2005.²

Após passado a recepção dos estudantes do PEC-G, a universidade mergulhou num hiato de alunos estrangeiros, voltando a recebe-los após firmar convênios internacionais por meio paradiplomático. Com a criação da CRINT e a centralização das atividades referentes à internacionalização, em 2011 foi firmado convênio com a Pitzer College, IES norte-americana.

Tal convênio coloca em prática a internacionalização alavancado pelo ensino, trabalhando assim, a mobilidade estudantil de graduandos como um dos promotores de desenvolvimento exógeno da UFRR pelo método de recepção de estudantes estrangeiros. Os quadros a seguir mostram esse processo nos períodos que vão de 2011 a 2015, números dos quais a CRINT detém atualizada em seu banco de dados.

Gráfico 7 - Distribuição de estudantes estrangeiros na UFRR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2016).

O gráfico 7A mostra que de 2011 a 2015, a UFRR recebeu 75 estudantes estrangeiros de graduação, ao passo que se percebe evolução quanto ao número de estudantes, seja por ação diplomática ou paradiplomática, visto que integram programas que promovem cooperação estudantil firmados tanto pelo governo brasileiro quanto pela própria UFRR e outras instituições parceiras. A não recepção em 2013 se deu pela adequação das exigências, principalmente dos programas de ação diplomática.

Essas exigências estão vinculadas à moradia ou instalação temporária dos estudantes estrangeiros até que os mesmos se instalem na cidade, e a distribuição de auxílios voltados à alimentação, além do auxílio que visa a manutenção desses estudantes durante o curso superior, já que muitos vêm de países pobres.

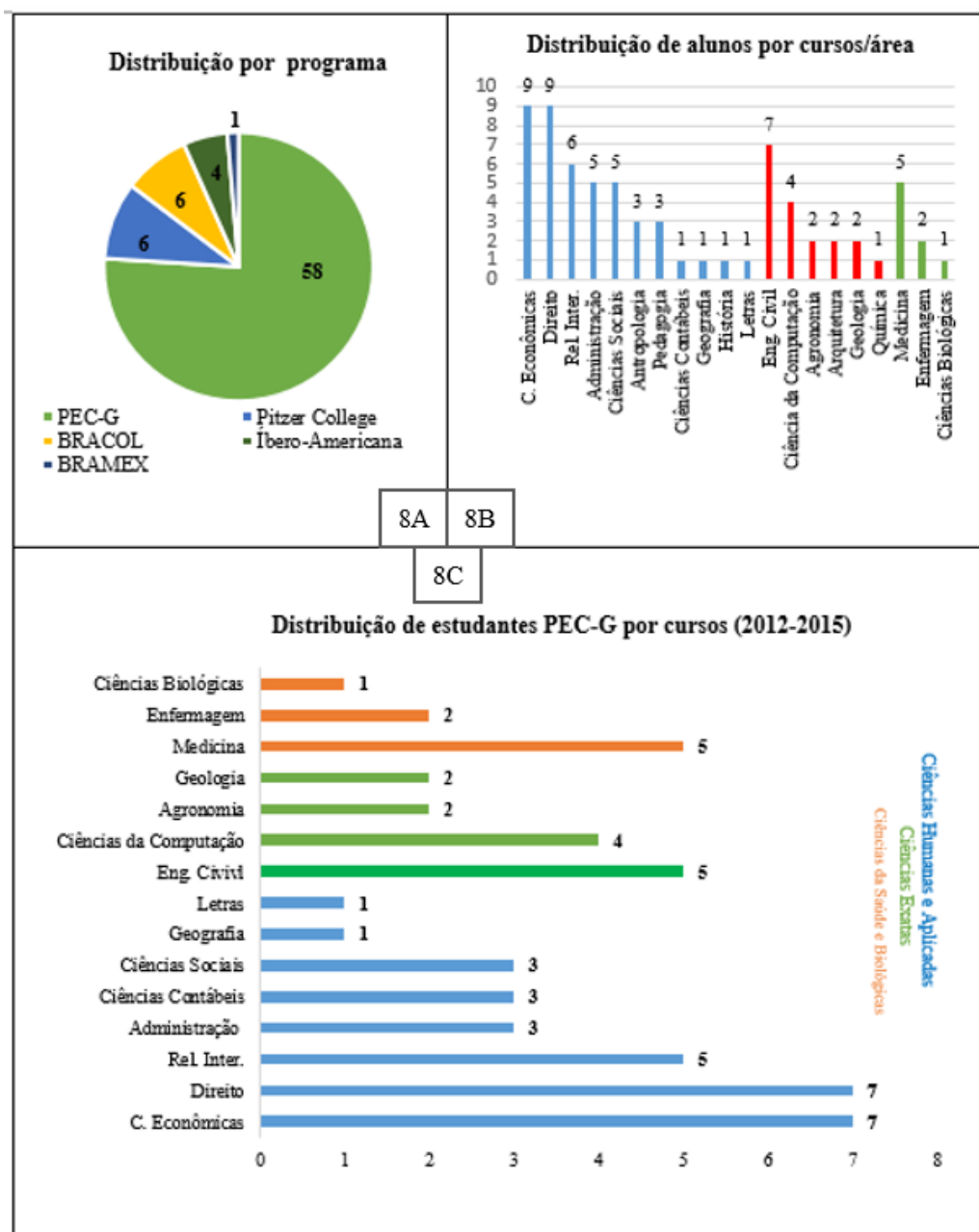
Os gráficos 7B e 7C, demonstram a distribuição por gêneros e os países de origem desses estudantes que, apesar de grande maioria virem de países africanos, com determinada cultura patriarcal, é possível afirmar equilíbrio de gênero, no entanto, há baixa atratividade em relação a estudantes de países centrais como EUA e Espanha, ou até mesmo, de países da América Latina.

Importante salientar que as contrapartidas de recepção de estudantes estrangeiros de graduação se faz com auxílios no âmbito das bolsas fomentadas pelo governo brasileiro, variando as contrapartidas de acordo com o convênio internacional firmado. Programa como o PEC-G, a contrapartida está no governo brasileiro auxiliar na manutenção desses estudantes, além de proporcionar vagas gratuitas nos cursos nas IFES participantes e o retorno desses graduandos aos seus países de origem a fim de auxiliar no compromisso sobre o desenvolvimento com profissionais capacitados, aumentando assim, a integração e a construção da agenda de cooperação Sul-Sul.

Embora muito recente, a internacionalização da UFRR por meio da dinâmica de atração de estudantes estrangeiros mostra a heterogeneidade na distribuição dos cursos. Além do que, convênios como o de Pitzer College promove parceria, onde as vagas para este tipo de mobilidade acadêmica estão restritas a alguns cursos como Antropologia, Ciências Sociais e Relações Internacionais, ao passo que outros programas de mobilidade estudantil não se restringem à determinados cursos.

Dessa forma, com a distribuição dos estudantes estrangeiros por programa (gráfico 8A), a disposição dos estudantes estrangeiros pelos cursos na UFRR apresenta diversidade, onde cursos considerados no Brasil tradicionais como Medicina, não configuram entre os três primeiros. Mas, há de se notar o interesse por curso como o Bacharel em Direito, visto que é uma área bastante restrita e limitada às questões do país onde está graduando, portanto, não fazendo, a priori, muito sentido para estudantes estrangeiros que em contrapartida deverão retornar aos seus países de origem e colocar em prática seus conhecimentos adquiridos.

Gráfico 8 - Alunos estrangeiros por programas e cursos na UFRR (2011-2015)



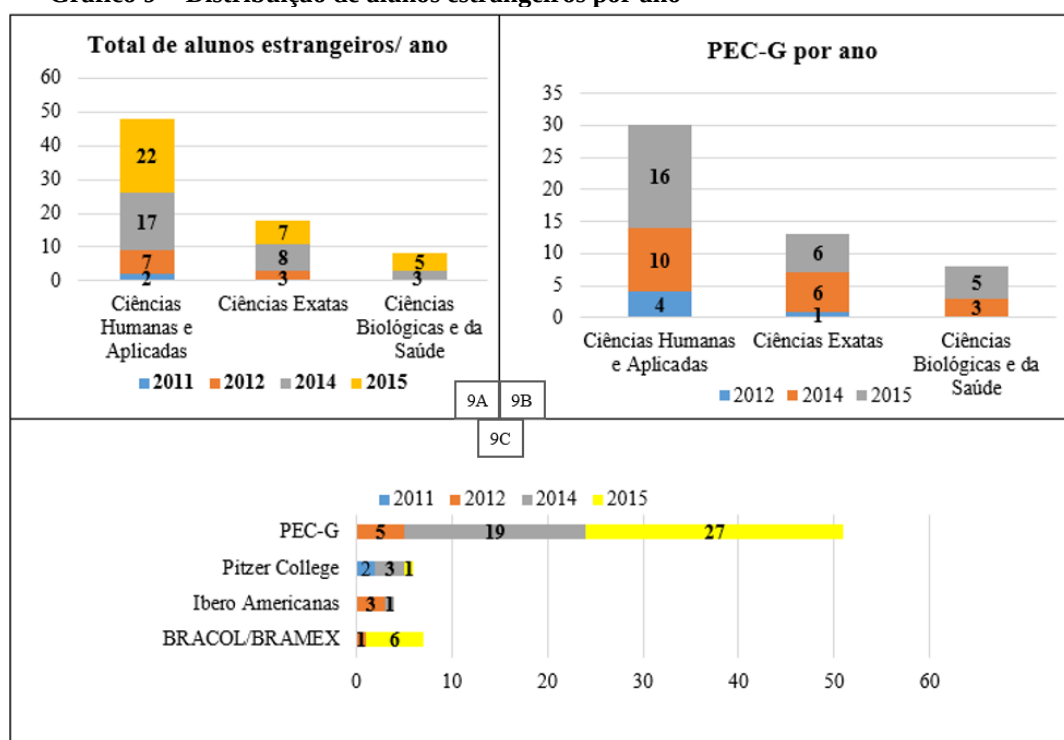
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2016).

A distribuição de estudantes estrangeiros numa escala temporal está dividida entre os estrangeiros totais ao longo dos anos de 2011 a 2015, além de mostrar a distribuição dos alunos do PEC-G e disposição por programas. De acordo com a técnica- administrativa da CRINT, Janaína Lira (2016), os dados são catalogados para o fechamento dessas informações no ano seguinte devido aos problemas vivenciados nos últimos 3 anos por conta das greves trabalhistas instaladas na UFRR que alteram o calendário acadêmico e devido à alta demanda de atividades no órgão envolvendo a chegada de novos estudantes estrangeiros na IFES.

Dessa forma, em 2011 quando UFRR retornou as atividades de recepção de graduandos, somente duas estudantes vindas dos EUA chegaram na instituição, possibilitando um novo contexto de retomada de acolhida desse público, do qual foi possível entender a dificuldade que seria enfrentar tal desafio, visto que os convênios internacionais detêm de cláusulas como a questão da reciprocidade sobre os serviços oferecidos que vão desde moradia, alimentação, auxílio manutenção como bolsas de estudos, entre outras.

De fato, como demonstra o gráfico 8A, a distribuição total dos estudantes estrangeiros por ano em suas grandes áreas de estudos, evidencia que houve evolução nos números. No entanto, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, alocadas juntas, por serem as de maior interesse pelos estudantes são as que apresentaram maiores e expressivos aumentos. Ciências Exatas e Ciências da Saúde e Biológicas apresentaram baixa capacidade de recepção de estudantes estrangeiros.

Gráfico 9 - Distribuição de alunos estrangeiros por ano



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2016).

O gráfico 9B está destacado pelo PEC-G por ser o programa com maior número de estudantes de fora, dessa forma, captar a evolução temporal é compreender, inclusive, quais serão as próximas estratégias de internacionalização, visto que o atual governo federal em

gestão sinalizou a possibilidade de fechar alguns escritórios e consulados em países de baixas capacidades de trocas diplomáticas, o que poderá afetar a diplomacia educacional de décadas no Brasil e países que compõem esses programas.

Sendo assim, ainda no gráfico 9A¹⁴, o crescente número de estudantes do PEC-G permaneceu em evolução. Contudo, o crescente número alunos do exterior do PEC-G, é reflexo da UFRR ter entrado no mapa de universidades que fazem parte de programas, que em sua maioria, são formados por acordos diplomáticos, ou seja, uma recepção reativa advinda do governo federal.

Fica claro por meio do gráfico 9C, quando observadas a distribuição dos estudantes por programa quando se trata de recepção ativa ou reativa. Existe uma forte evidência, já tratada anteriormente, da baixa capacidade da UFRR em receber estudantes vindos de convênios promovidos pela paradiplomacia, portanto, numa recepção ativa.

O PEC-G, programa atualmente mais ativo na recepção de estudantes de graduação, tem algumas peculiaridades levantadas em entrevistas com esse público. Todos os estudantes entrevistados foram firmes ao dizer que a UFRR não foi a primeira escolha em seus processos de candidatura para intercâmbio estudantil. O critério que definiu os estudantes entrevistados foram os cursos escolhidos, já que na inscrição, os mesmos escolhem dois cursos de graduação e a região pretendida. Não havendo disponibilidade de vaga na região escolhida, o MEC realoca onde existe vaga de acordo com a escolha do curso do estudante candidato.

O programa Pitzer College (EUA) detém características que devem ser apontadas, primeiro que se faz exclusivo para estudantes de cursos das ciências humanas, como os das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia) com acordo de reciprocidade do qual a UFRR não proporciona condições iguais, principalmente quanto à moradia, já que os estudantes da UFRR encontram alta estrutura e cultura de vivência universitária, ou seja, moradia em campus estudantil e atividades além das tradicionais de sala de aula.

Aqui, ocorre um baixo grau de profissionalização das atividades, necessitando adaptar a recepção dos alunos em casas de família, excelente para a troca cultural, mas que esbarra na dificuldade de encontrar famílias dispostas a receberem esse público dada a baixa cultura nesse tipo de convivência social.

¹⁴Importante salientar que em 2013 não houve recepção de nenhum estudante estrangeiro devida a necessidade de readequação das políticas de recepção de estrangeiro pela UFRR, que estava em fase de implantação da Residência Universitária e Restaurante Universitário.

Os programas Íbero Americanos e BRAMEX e BRACOL são ainda os mais tímidos, no entanto, a Colômbia é o que tem elevado o número de estudantes, onde em 2015 foram 6 estudantes (gráfico 3C). Esses acordos detêm auxílios específicos, no caso do programa com banco Santander, existe uma bolsa única em moeda local que permite a manutenção do estudante espanhol na cidade, mas desde 2014 a UFRR não recepciona alunos por este convênio. Quanto o BRAMEX/BRACOL, moradia em residência universitária é garantida, além de refeição e bolsa estudantil.

Em entrevista com estudante “J”, o mesmo relatou ser economicamente mais viável vir para UFRR devido à distância, mas seu desejo tinha como preferência uma IFES localizada em Niterói (RJ), pois seu curso não tem na UFRR. No entanto, o desejo de fazer intercâmbio internacional não o impediu de vir mesmo sabendo muito pouco sobre a universidade.

Ainda destacando entrevistas com estudantes estrangeiros de graduação, algumas falas são bastante localizadas quanto a detalhamentos imprescindíveis, a instalação e manutenção desses estudantes. Para o estudante “A”:

Deveria haver maior controle das autoridades brasileiras, porque existe um desencontro de informações do que o governo brasileiro fala e a universidade proporciona. Por exemplo, a moradia é o grande problema. A maioria dos africanos que chegam, acham que terão um lugar para ficar. Ou mesmo que terão bolsa e que sairá logo essa bolsa (ESTUDANTE A *apud* SANTOS, 2017).

Os desencontros de informações foram levantados, principalmente com alunos africanos. O programa PEC-G é muito claro quanto ao termo de responsabilidade que a família do estudante deve assinar, proporcionando auxílio de pelo menos US\$ 400,00 (quatrocentos dólares americanos), mas a realidade é completamente diferente, pois muitos vêm para o Brasil com poucas condições econômicas, se valendo de uma garantia que nem sempre está disponível como a Bolsa Promisaes.

Esses tipos de relatos não são frequentes com alunos de outros programas, pois a contrapartida é diferenciada e as realidades econômicas também colocando em xeque a internacionalização universitária, além de criar um clima de mal-estar entre os próprios estrangeiros, o que pode ser visto como diferenciação de tratamento, o que pode afetar a relação intercultural.

Box 2 - Os filhos da África são maioria (PEC-G)

Instituída em 1965, o então decreto nº 55.613 foi revogado pelo decreto nº 7.948/2013, do qual atualiza diante de prerrogativas constitucionais, destinando assim, um programa de mobilidade estudantil que visa a formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em IES brasileiras. De ação diplomática coletiva entre os Ministérios da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o PEC-G conta, atualmente, com 59 países participantes, sendo 25 da África, 25 das Américas e 9 da Ásia.

A África é o continente que mais envia estudantes, 77% (BRASIL, 2017), dinâmica atuante e visível no campus da UFRR, com presença marcante, seja pela cultura africana bastante expressiva em suas vestimentas, até nos idiomas falados entre seus pares como dialetos específicos de suas regiões. Contudo, a universidade roraimense desde 2012 recebeu em torno de mais de 50 estudantes de diversos países africanos com idiomas oficiais em língua francesa, língua inglesa e língua portuguesa. Ao chegarem na UFRR, os estudantes têm aulas de língua portuguesa por 6 meses, onde ao final do curso promovido pelo Núcleo de Estudo de Línguas Estrangeiras (NUCELE), esses alunos deverão realizar exame para obtenção de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), necessário para permanência no Brasil.

Mesmo havendo participação de estudantes de países das Américas, a UFRR somente recebeu 3 estudantes, sendo 1 da Bolívia, 1 do Peru e outro do Haiti (transferido para outra IFES), o que demonstra baixa atratividade na promoção de integração regional e da Amazônia-Caribenha. Outro fator preponderante, está no fato da UFRR ser, por vezes, utilizada como rota de passagem de estudantes desse programa somente como via de aprendizagem da língua portuguesa e tão logo em seguida (em caso de aprovação no CELPE-BRAS), os estudantes seguem para as IFES dos quais estão vinculados, o que assevera a divergência de políticas de recepção desses estudantes, promovendo inchaço de alunos em sala de aula, o que acaba por comprometer o nível de rendimento e aprendizado. No mais, o PEC-G ao longo dos anos, tende a reduzir o número de alunos nas IFES brasileiras, dada as condições de políticas de governo desta gestão.

Durante entrevista com diversos estudantes do programa, foi possível extrair análise perceptiva sobre a permanência desses acadêmicos e verificar erros e acertos quanto às políticas de estratégia sobre a internacionalização universitária especificamente sobre esse programa. A evidência em massa é demonstrada sob aspectos levantados que vão da recepção até o comportamento institucional para com esse público, mostrando em sua maioria, a divergência em alguns pontos.

De acordo com a maior parte dos entrevistados, a recepção ou chegada dos estudantes em Roraima tem encontrado ampla dificuldade logística, inicialmente referente à moradia. É de conhecimento dos estudantes estarem preparados para sua futura estadia, portanto, o contato prévio a fim de facilitar a busca por local de moradia tem se mostrado falho, já que muitos dos estudantes acabam encontrando apoio informal em outros intercambistas com a mesma experiência já vivenciada. Essa dificuldade poderá ser resolvida de modo que a coordenadoria responsável para entrada desses estudantes na UFRR informasse as alternativas e contatos adequados de moradia de forma profissionalizada a fim de evitar dinâmica pessoalizada da atividade.

Quanto a estrutura institucional, os acadêmicos também têm se mostrado favoráveis as questões que vão do auxílio a documentação necessária para a estadia no país, como retirada de documentos junto aos órgãos responsáveis, Polícia Federal e Receita Federal. No entanto, o auxílio referente a manutenção desses estudantes, as bolsas, existe discrepância quanto ao entendimento por parte dos estudantes que buscam auxílio financeiro por meio do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) e o Bolsa Mérito. Como a quantidade ofertada é inferior ao número de candidatos estrangeiros do PEC-G, a moeda brasileira tendo valor cambial superior aos países africanos, a permanência desses estudantes se torna vulnerável economicamente, existindo incongruência no entendimento que esses estudantes devem ser responsáveis junto aos seus familiares de manter condições financeiras para estadia ao longo de toda a graduação.

Além do que, o Programa de Apadrinhamento de Estudantes Estrangeiros (PAEE), coordenado pela CRINT é uma iniciativa positiva referente ao acolhimento e integração dos estudantes, mas esbarra mais uma vez no desencontro de informações, vistos que esses alunos, por vezes, acreditam que tal programa é uma espécie de auxílio que inclui moradia e auxílio financeiro, quando o objetivo é aproveitar as experiências de trocas culturais entre os locais e o estrangeiro. Em alguns casos, o abandono ou falta de contato faz com que essa iniciativa tenha sua credibilidade afetada.

Outro fato interessante quanto a presença dos acadêmicos africanos está na atitude voluntária de participar de eventos ou tomar iniciativas em determinados assuntos. Isso é evidenciado em dois momentos marcantes promovidos pelos intercambistas que mostram o interesse de serem vistos e entendidos, a fim de romper estereótipos vivenciados por acadêmicos desse programa. O Dia da África é um evento cultural que nasce entre os próprios acadêmicos e que foi adotada pela CRINT com apoio logístico necessário, juntamente à Coordenação de Cultura (CCULT), o curso de Relações Internacionais, a Diretoria de Extensão (DIREX) e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE) da UFRR.

Imagem 3 - Ações promovidas pelos acadêmicos do PEC-G



Fonte: Base de arquivos UFRR (2016).

O Dia da África não está no calendário da UFRR, mas por ter apoio institucional, demonstra que a iniciativa que partiu dos estudantes ganha força a cada ano, entendendo assim, a importância do projeto junto à comunidade acadêmica. Além desse evento, a participação inédita de uma equipe formada somente por intercambistas estrangeiros na Jogos Universitário Brasileiros (JUB's) na cidade de Cuiabá, 2016, prova que determinadas ações trazem retornos positivos à integração entre os países. Tal participação trouxe visibilidade e consequentemente, a Federação Africana de Jogos Universitário (FASU) firmou acordo com a Confederação Brasileira de Desportos Universitário (CBDU) a fim de promover com que atletas e comissões técnicas façam intercâmbios entre Brasil e países da África, participando de competições fora de seus países de origem e que as universidades façam parte deste processo.

Conduzidas como essas foram a maneira com que estes intercambistas africanos encontraram de promover sua cultura, diminuindo a distância entre a comunidade acadêmica dentro do campus, já que não há existência de comportamento de vivência cotidiana dentro da universidade, ou seja, os estudantes não detêm de estrutura para permanecerem durante um dia inteiro na instituição, maior reclamação entre acadêmicos estrangeiros, não somente do PEC-G.

Segundo Izaulina Lourenço (2016), técnica em assuntos educacionais da CRINT e responsável pelo PEC-G/UFRR, para os *Filhos da África* (tema de dissertação PPGSOF), a igualdade de tratamento entre os homens, o reconhecimento, além do respeito é uma conquista diária que faz com que os estudantes africanos da UFRR insistam em seus projetos de vida e busquem realizações que poderão fazer a diferença nesse tempo.

A marcante presença destes acadêmicos é a oportunidade que a universidade em suas camadas de gestão organizacional tem para alavancar a internacionalização, visto que o contato com estrangeiros desmistifica o receio dos acadêmicos roraimenses em ultrapassar fronteiras por meio de mobilidade e ampliar conhecimento profissional e cultural como fator de desenvolvimento intelectual e, posteriormente empregar experiência em seus locais de origem.

Fonte: Elaboração própria.

c) Alunos estrangeiros de Pós-Graduação

Diante do amadurecimento do processo de internacionalização universitária, volta e meia a discussão sobre o tripé que permeia a estrutura e finalidade da universidade como promotor de capital intelectual, a hélice tripla ensino-pesquisa-extensão são núcleos basilares aos quais a internacionalização deve sempre focar. À vista disso, a pós-graduação, no que converge à pesquisa, possibilita que a distância sobre temas comuns, principalmente às questões da região amazônica ficam reduzidas.

O Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC) em conjunto com a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), oferece bolsas de mestrado e doutorado em 19 universidades vinculadas ao GCUB com foco na promoção da integração e o incentivo ao intercâmbio científico-cultural.

Box 3 - Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC/OEA/GCUB) na UFRR

Análise perceptiva dos acadêmicos de pós-graduação PAEC/OEA

Diante da dimensão mobilidade acadêmica e institucional, realizada entrevistas com pós-graduandos de diversos programas de mestrado da UFRR, a análise perceptiva é mostrada levando em consideração contextos comuns voltados ao cotidiano acadêmico que podem interferir como políticas de estratégias para internacionalização universitária partindo do tripé pesquisa.

A descentralização das atividades de pesquisa na UFRR é comum em se tratando de IFES brasileira, cada programa de pós-graduação detém sua própria dinâmica estrutural e controle de atividades institucionais vinculadas à Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação (PRPPG), a fim de estabelecer controle administrativo. No entanto, essa descentralização de atividades de pesquisa promove baixa comunicação quando se trata de aporte informacional quanto a levantamento de dados.

Quanto ao PAEC/OEA/GCUB, a UFRR passou a receber estudantes em 2012 e desde então, os nove programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) da universidade recebe pós-graduandos estrangeiros por meio de edital lançado via OEA e GCUB amplamente publicado em sítios acadêmicos.

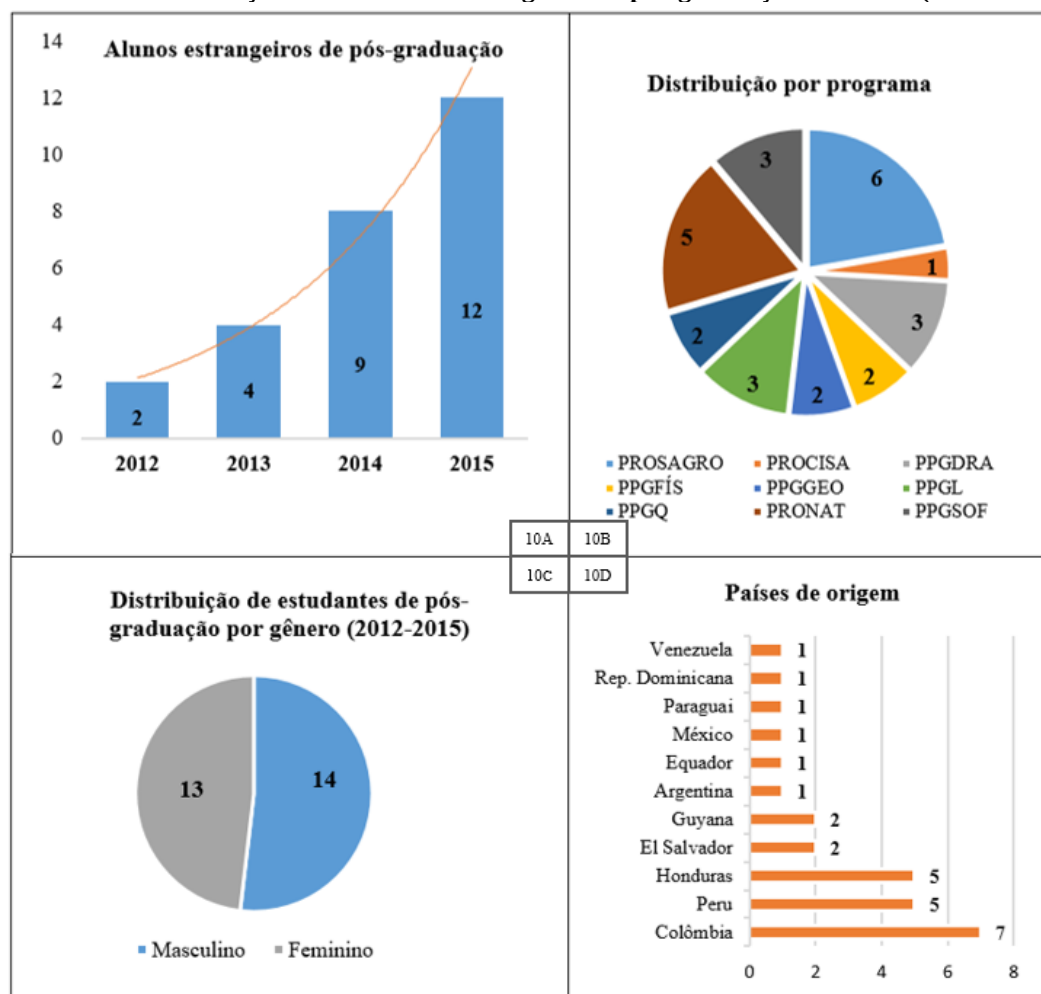
A internacionalização da UFRR na visão dos pós-graduando é mais pontual, visto que as dificuldades enfrentadas diferem dos acadêmicos de graduação. Dessa forma, apontamentos críticos se voltam a estrutura física e institucional voltados estritamente às suas pesquisas, sendo unânime pontuar a infraestrutura universitária no campus. Mais uma vez, a realidade cotidiana na universidade é fator de peso para os estrangeiros, acostumados a passarem o dia inteiro na universidade, a falta de estrutura física que os mantenham na universidade a fim de realizarem suas pesquisas é ponto em comum em todas as entrevistas realizadas. Os programas não deterem espaço para pesquisa ou locais de estudos, levando-os estritamente à biblioteca, é uma das principais reclamações, aliado à infraestrutura que os favoreça permanecer por longas horas na universidade.

O programa detém maior organização quando se trata de infraestrutura oferecida para o intercambistas de pós-graduação, visto que os órgãos convergem em maiores trocas de informação e para o mesmo caminho diante dos objetivos propostos. Órgãos fomentadores de pesquisa como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) auxiliam no financiamento dos acadêmicos, onde os mesmos chegam ao país com a certeza de que sua manutenção está garantida financeiramente.

As maiores divergências diante de uma análise perceptiva estão na observação consensual voltada a estrutura física da universidade, o acesso ao campus se torna limitado à prática de pesquisa bibliográfica e não existe acesso a salas de estudos específicos para elaboração de seus trabalhos. Ademais, a maioria dos pós-graduandos indicaria a instituição aos seus pares em vista da qualidade de ensino oferecida e facilidade de acesso aos campi. Quanto à internacionalização, consideram positivo a troca cultural e presença de estrangeiros nos programas de pós-graduação.

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 10 - Distribuição de estudantes estrangeiros de pós-graduação na UFRR (2012-2015)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2016).

A UFRR, desde 2012 passou a receber estudantes estrangeiros de pós-graduação em seus nove programas de mestrado. O gráfico 10A, mostra que de 2012 até 2015, o número cresceu em 6 vezes na recepção desses estudantes, não tão expressivo quando comparado aos estudantes de graduação, mas relativamente importante, dado a quantidade de vagas por programa (geralmente entre 12-15 vagas). Além do mais, o equilíbrio entre os 27 estudantes de pós-graduação (gráfico 10B) nos programas demonstra que todas as áreas têm demanda para este público.

Fator de equilíbrio também é visível quanto ao gênero dos pesquisadores de pós-graduação (gráfico 10C), o que não é perceptível quanto a distribuição por país de origem. Colômbia, Peru e Honduras figuram entre os que mais enviam estudantes de pós-graduação à UFRR (gráfico 10D), a razão em tese, se configura pelo interesse específico sobre a linha de pesquisa aos quais os programas proporcionam, visto que em entrevistas, o estudante

detém de experiências acadêmicas em torno da linha de pesquisa que trabalham ao chegar na UFRR.

3.3.2.2 Desenvolvimento endógeno de internacionalização da UFRR

Figurado como elemento mais incentivador da internacionalização na UFRR, a mobilidade acadêmica de dentro para fora é o que provoca mais interesse dos atores acadêmicos, principalmente estudantes de graduação. Mesmo com estratégias definidas em mobilidade por via diplomática e paradiplomática de convênios internacionais, essa estratégia está centrada em uma lógica completamente reativa, ou seja, na promoção de editais de programas vinculados ao Banco Santander, atualmente, o principal financiador de grande parte das mobilidades existentes nesta IFES.

Quando se trata de mobilidade de professores/pesquisadores, a estrutura organizacional se torna engessada por diversos fatores, desde questões orçamentárias, até mesmo questões excessivamente burocráticas que desestimulam a busca por capacitação técnica. Além disso, a falta de registro ou a inexistência de mobilidade acadêmica de pós-graduandos dentro dos programas vinculados à UFRR é fator de baixa capacidade das estratégias de internacionalização utilizadas pela IES.

O mesmo rendimento obtido com a recepção de estrangeiros é adquirida com envio de atores acadêmicos da instituição como troca de experiências culturais, ampliação do conhecimento, fator de aprimoramento técnico e inovação das atividades acadêmicas profissionais entre outras, no entanto, ao utilizar a internacionalização universitária como um dos fatores de desenvolvimento endógeno esbarra em determinadas barreiras que impedem o aumento do número de indivíduos aptos a optarem pela experiência no exterior.

Segundo Senhoras e Cavalcante (2014), numa perspectiva endógena, as forças locais representam a criação de um entorno institucional e econômico, bem como da cooperação entre os atores, dos quais possuem condições de promover o surgimento de alternativas de inovação incremental para a instituição.

Dessa forma, a internacionalização por meio do envio de acadêmicos da instituição ao exterior condiciona em elevar a agenda e vínculos internacionais, que futuramente pode ser alicerçada em parcerias voluntárias entre pesquisadores, universidades ou *stakeholders* do campo educacional. À vista disso, a análise de padrão de internacionalização de dentro para fora da UFRR se faz por meio de avaliação sobre a dimensão mobilidade acadêmica.

a) Professores/Pesquisadores

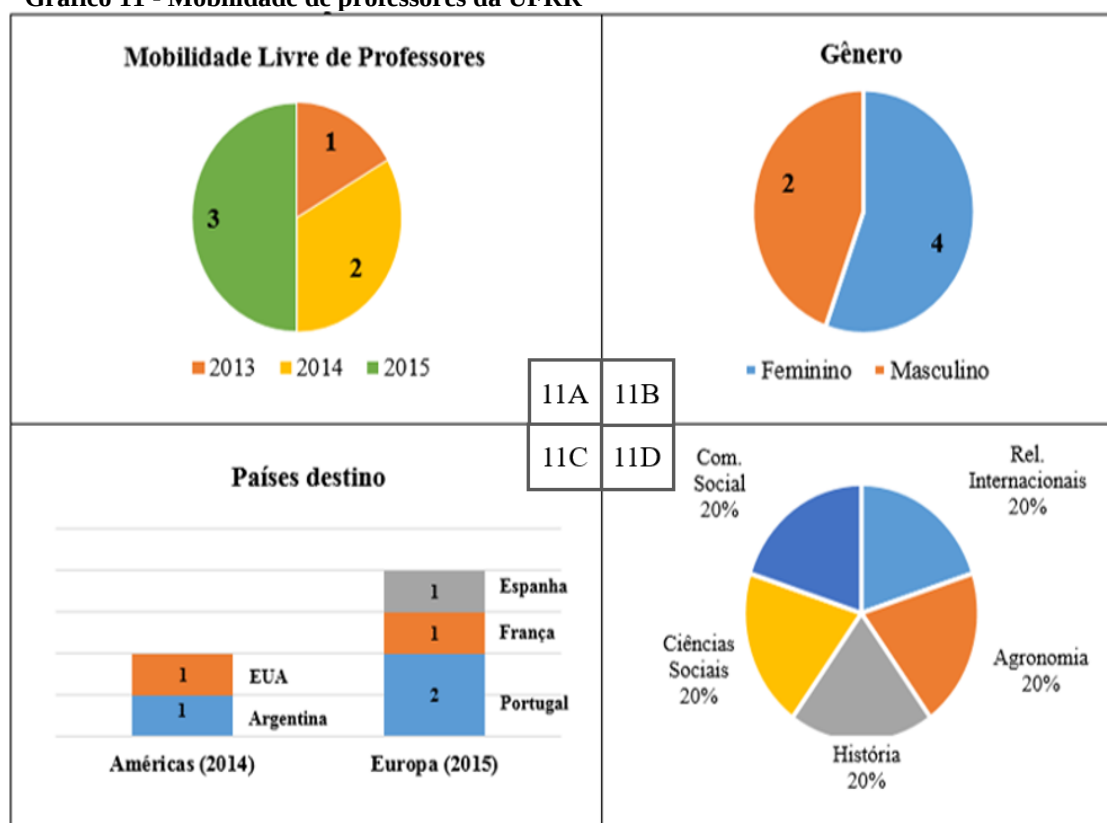
Ao verificar mobilidade internacional de professores/pesquisadores da UFRR, fica claro que a missão se torna impossível, visto que nem todas as investidas são institucionalizadas ou financiadas pela universidade, tornando assim, iniciativa unilateral ou primária, visto que a mobilidade se faz pelo interesse do professor/pesquisador em vias de aprimoramento técnico, cooperação técnica ou mesmo, participação em congressos e eventos internacionais em sua área de atuação.

Portanto, a institucionalidade dos dados se dá via mobilidade livre de professores, programa alavancado pelo banco espanhol Santander, cuja estrutura de envio é proporcionada por meio de edital institucional implantado pela UFRR, onde os interessados deverão proceder interesse.

De fato, a dificuldade burocrática empregada a fim de proporcionar maior experiência internacional entre professores/pesquisadores faz com que a procura em firmar convênios internacionais partindo desse público se torne pouco praticado. Contudo, o baixo número de convênios internacionais que promovam mobilidade acadêmica, se restringe basicamente a estrutura paradiplomática do já citado Santander e do Erasmus EBW+.

Sabe-se de muitas ações unilaterais envolvendo capacitação técnica, além de cooperação com outras instituições internacionais, mas como citada, de iniciativa dos próprios professores que, por vezes, se utilizam de suas férias para realizarem seus projetos acadêmicos ou parcerias técnicas. A título de exemplo, a Fundación Carolina da Espanha recebeu em 2011 a professora Júlia Camargo do curso de Relações Internacionais que realizou pesquisa na Universidade Autônoma de Barcelona com bolsa de estudo provida pela IES espanhola.

Não se pode culpar a CRINT por toda a falta de catalogação de dados sobre ações internacionais, principalmente quando são atividades que não estão ligadas a convênios firmados pela UFRR, mas possibilitar medidas que absorvam esses dados como plataforma digital que aloque esse tipo de informação, pode ser viável no sentido de criar uma base de dados aproveitadas posteriormente por outros professores/pesquisadores da casa e tomando essas atitudes de compartilhamento de informações em estratégias para ampliar cultura da internacionalização da universidade, nesse caso, visando a pesquisa.

Gráfico 11 - Mobilidade de professores da UFRR

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2016).

Como a realidade dos dados institucional se limita ao Programa Mobilidade Livre para Professores – Santander, os gráficos acima mostram os perfis dos professores contemplados para realizar atividades em instituições das quais selecionaram via edital publicado pela CRINT.

No gráfico 11A, somente seis professores foram contemplados para tal mobilidade, sendo que, o contemplado de 2013 realizou suas atividades internacional em 2014, de acordo com o prazo estipulado em edital. O número de vagas não estava previsto em edital, mas ficou em torno de três vagas para a UFRR devido à proporcionalidade de distribuição com outras IES integrantes do programa no Brasil.

A distribuição por gênero se mostra equilibrada (gráfico 11B), mas fato interessante a relatar se faz na experiência internacional dos participantes antes dessa mobilidade, todos os participantes detêm vivência, seja acadêmica de graduação ou pós-graduação, ou ainda, por intercâmbio para fins de aprimoramento profissional (cursos de idiomas ou participação em eventos, capacitação técnica).

No gráfico 11C, os países destinos estão diretamente ligados a contatos anteriores, visto que o programa, restrito a docentes com título de doutores, tivessem carta de aceitação nas universidades a realizar pesquisas, o que corrobora com a reaproximação ou reativar contato com IES dos quais já tiveram contato anterior.

Diferente da tradição dos cursos de graduação em envio de estudantes em grande maioria à países do Hemisfério Norte, a distribuição por curso não tem uma ligação direta com essa lógica dos cursos da graduação, visto que a mobilidade livre proporciona escolha dos países das instituições filiadas, mas que em grande parte, o contato ou experiência anterior com as IES escolhidas foi fator determinante (Gráfico 11D).

c) Alunos da UFRR de Graduação

Configurando uma das principais estratégias de internacionalização, a mobilidade acadêmica de estudantes de graduação da UFRR ao longo de cinco anos promoveu um ciclo de envio para o exterior por meio de diversos programas de intercâmbio estudantil, sendo de curto prazo e até mesmo mobilidades de longo prazo, com graduando chegando a ficar cerca de quatro períodos em IES mundo afora.

Programa de intercâmbio acadêmico de cunho ministerial, o Ciências sem Fronteiras¹⁵ proporcionou maior movimentação de estudantes durante esses anos rumo a outros países, seguindo de programas vinculados ao Banco Santander que distribuem vagas entre países hispânicos e lusófono.

O idioma ainda estabelece fator preponderante na escolha do programa, sendo considerado como distância psíquica, característica tida como obstáculo para os estudantes que visam países com proximidade do idioma, como o espanhol e a própria língua portuguesa, visto em programas como o Ibero Americanas e o Programa de Mobilidade Internacional para Graduação (PMIG), ambos para a Espanha e Portugal.

Ainda assim, o cenário internacional que traduz maior interesse no globo está em países localizados no Hemisfério Norte, principalmente Europa, em virtude dos já citados casos de proximidade do idioma e àqueles que dominam o inglês, a atratividade é expressada pela qualidade do ensino superior nessa região, além da tradição secular das

¹⁵ O programa encontra-se temporariamente suspenso para levantamento de dados e avaliação a fim de observar a possibilidade de retorno com suas devidas adequações. Espera-se para os próximos meses, relatório contendo informações fornecidas por todas as IES que enviaram acadêmicos ao exterior.

IES europeias. Entretanto, os convênios internacionais firmados com a UFRR, tanto no plano da diplomacia educacional quanto paradiplomacia são maioria em países europeus.

Contudo, a internacionalização de universidades em países centrais detém amplo amadurecimento institucional, o que provoca disputa para a recepção de estrangeiros, portanto, diplomacia educacional de países como os Estados Unidos (Programa Fulbright) e na Europa com o Processo de Bolonha que busca unificar o ensino e a grade acadêmica de universidades europeias são medidas de estratégias políticas adotadas pelos Estados em apoio as IES de seus países na recepção de estudantes do exterior que dinamizam não somente a cultura e outros fatores que agregam troca de experiências e quesito financeiro.

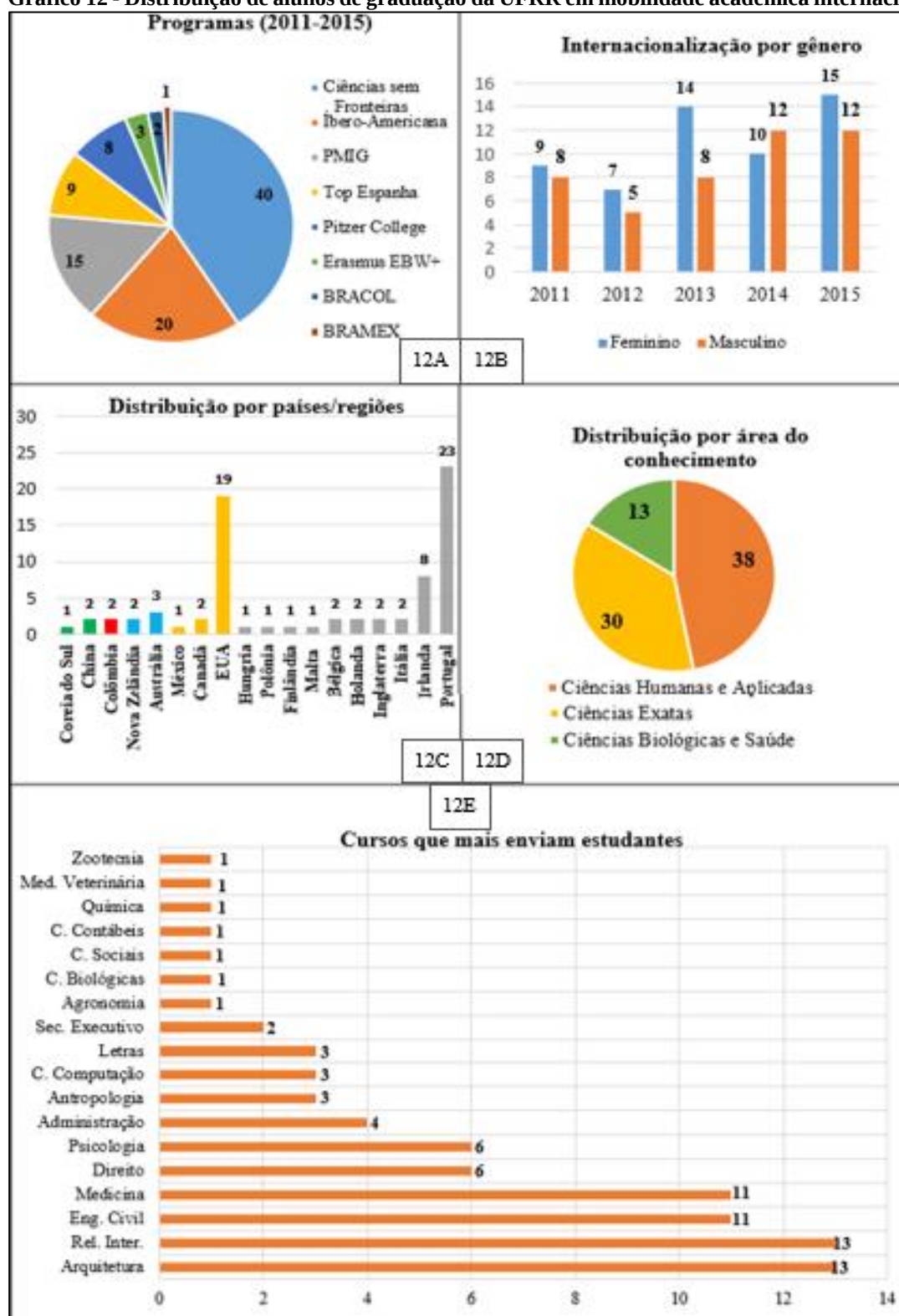
Com dados disponibilizados pela CRINT, a mobilidade acadêmica internacional na UFRR pode ser distribuída por programas, gênero, por região e países que mais recebem, além das áreas de conhecimento e cursos, mostrando que em um ciclo de cinco anos, a verificação dos cursos com maior cultura de internacionalização, compreendendo quais os requisitos que determinam maiores incidências de acadêmicos rumo às universidades estrangeiras por meio de intercâmbio universitário.

Desde que o programa Ciências sem Fronteiras (CsF) iniciou seleção para estudantes de graduação e pós-graduação de áreas consideradas estratégias para o desenvolvimento do país, áreas duras como as Ciências Exatas, além de áreas como Ciências da Saúde e Biológicas, a UFRR passou por meio do Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores a oportunizar a mobilidade dos estudantes às universidades parceiras com outros países.

Numa leitura dos gráficos a seguir, o gráfico 12A demonstra a distribuição por programas, onde a dinâmica de envio comprova a preferência sobre o CsF e, em segundo plano, os programas referentes ao Ibero Americana e PMIG que levam estudantes para a Espanha e Portugal, política de paradiplomacia reativa de envio com auxílio que oportuniza a permanência nos países citados por meio de auxílio financeiro do banco espanhol.

De 2011 a 2015, a distribuição de estudantes por gênero (gráfico 12B) demonstra certo equilíbrio, não existindo desconforto ou insegurança quanto à ida para países com diferentes culturas, principalmente em se tratando de estudantes do sexo feminino, o que mostra aspectos social de quebra de barreiras socioculturais, visto a cultura paternalista do Brasil, reflexo de um público mais jovem e com objetivos mais focados no aprimoramento acadêmico e profissional que o intercâmbio estudantil proporciona.

Gráfico 12 - Distribuição de alunos de graduação da UFRR em mobilidade acadêmica internacional



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2016).

O gráfico 12C reforça a análise do gráfico 12A quanto a distribuição por países, onde mesmo abordando a distância psíquica do idioma como barreira para encarar um

intercâmbio acadêmico em países de línguas distintas ao português, ainda assim, houve deslocamento maciço para países europeus e EUA, hemisfério norte em grande parcela.

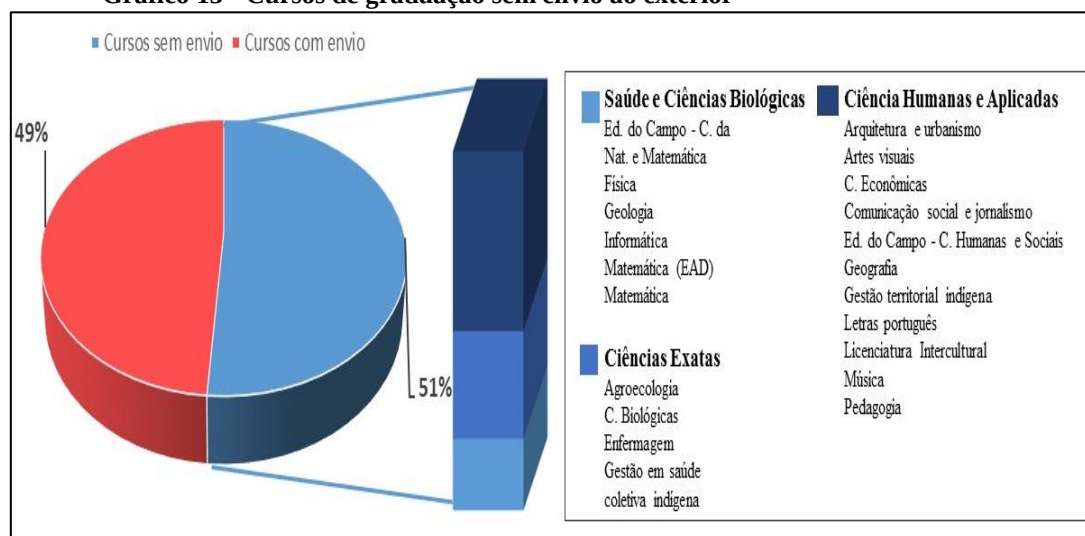
Com políticas do governo federal em proporcionar inicialmente alguns meses para o estudo do idioma no país de recepção dos alunos da UFRR, o primeiro grupo de intercambistas se beneficiou dessa política de adequação, visto que muitos alunos chegaram com nível abaixo do recomendado quanto a fluência, principalmente do inglês.

Quanto aos demais programas, principalmente os de envio à países hispânicos, o controle sobre o conhecimento do idioma para cumprir frequência em sala de aula ficava sob o controle da UFRR por meio de editais esclarecidos sobre o domínio do espanhol.

Contudo, enquanto existia uma demanda à países europeus, grande parte proveniente do CsF, demonstrada por área do conhecimento (gráfico 12D) em comparação aos cursos que mais enviam, a análise recai sobre a distribuição, sobremaneira, equilibrada entre as áreas de Ciências Humanas e Ciências Exatas, visto que o programa do governo federal limita as áreas à realizar intercâmbio, enquanto que os programas paradiplomáticos proporcionam mobilidade à cursos como Relações Internacionais e Direito, atualmente, figurando forte cultura de experiência internacional entre seus estudantes.

A análise desta pesquisa também se deve aos cursos que não enviaram estudantes ao exterior em comparação aos que tiveram estudantes em alguma das modalidades de intercâmbios acadêmicos. O gráfico 13, demonstra que 51% dos 46 cursos da instituição, não tiveram estudantes envolvidos com mobilidade internacional, mostrando o quanto a UFRR precisa avançar nas políticas de internacionalização quanto ao ensino.

Gráfico 13 - Cursos de graduação sem envio ao exterior



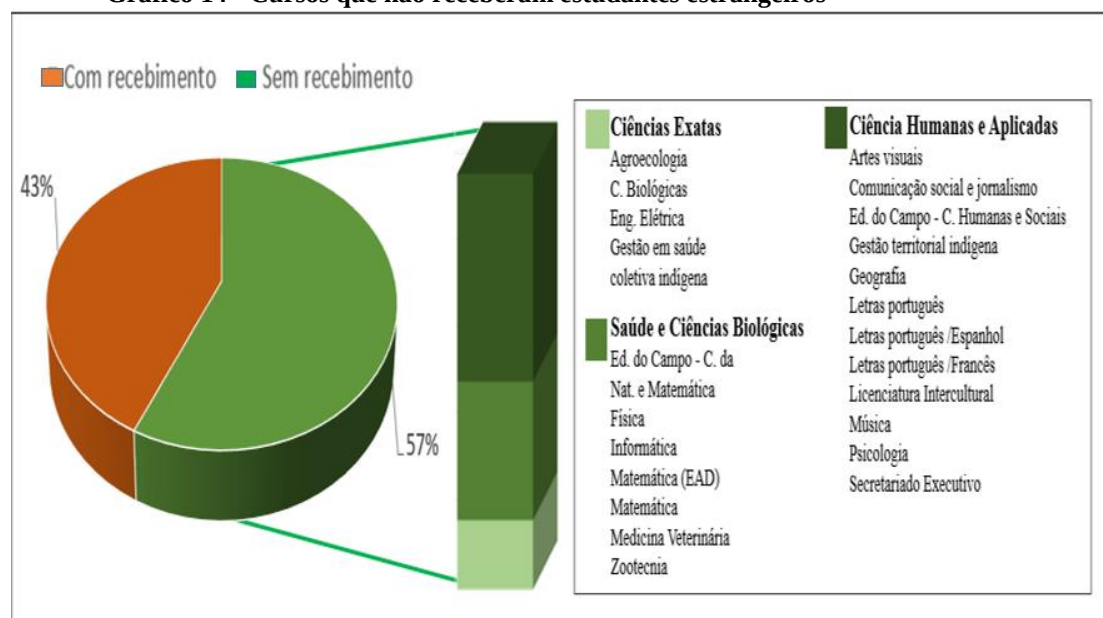
Fonte: Elaboração própria.

Ao entrevistar acadêmicos de graduação da UFRR, a análise perceptiva é clara quanto ao forte desejo dos estudantes em agregar experiência internacional ao seu currículo, o que torna esse desejo amplamente realizado quando os mesmos retornam, e sob afirmação de todos entrevistados, a experiência adquirida tornou-se efetivamente maior quanto ao fato de levarem mais tempo para terminar a graduação, visto que existe a possibilidade de atrasar o prazo do curso.

A crítica maior ao processo de envio de estudantes de graduação, se dá na ausência de mais da metade dos cursos, devido ao baixo interesse em realizar mobilidade estudantil. Existe uma necessidade em cobrar dos gestores de determinados cursos ausentes, maior incentivo aos seus acadêmicos, aliando esse estímulo às políticas de internacionalização da universidade promovidas pela CRINT.

Outro fator verificado se dá no quesito financeiro, ou seja, aporte institucional que proporcione acadêmicos de baixa renda a realizar intercâmbio acadêmico, visto que esse público não conseguiria por outros meios, adquirir tal experiência se não por auxílio da UFRR, portanto, políticas que incentivam estudantes com alta produtividade, seja por pesquisa, projetos de extensão, podem ser vetores utilizados como incentivo que os levariam a obter bolsas de mobilidade acadêmica internacional.

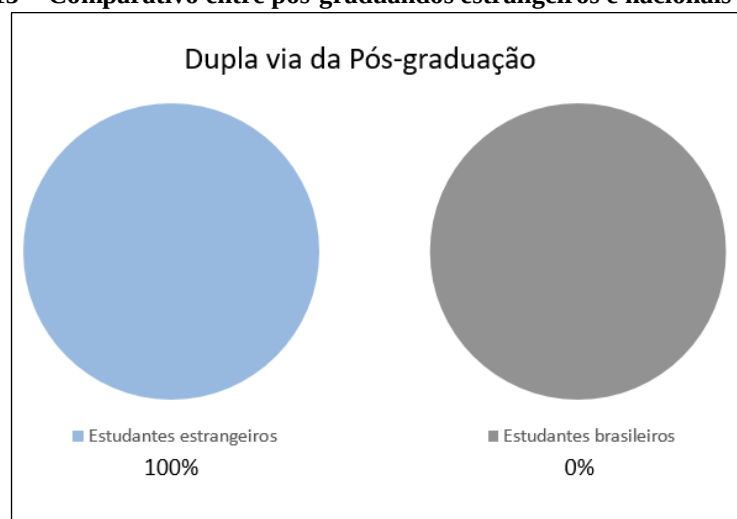
Gráfico 14 - Cursos que não receberam estudantes estrangeiros



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 14 é outro contraponto quanto as características de internacionalização da UFRR sofrerem lacunas. Da mesma forma que ocorre assimetria quanto aos cursos que não enviam estudantes da UFRR ao exterior, de outra forma, 57% dos cursos de graduação não recebem alunos estrangeiros. Alguns cursos como Música, Artes Visuais e Engenharia Elétrica são muito recentes, mas a baixa atratividade quanto à cursos mais tradicionais é razão de análise. Por mais que não recebam alunos estrangeiros na graduação, o interesse na busca por cooperação técnica internacional pode auxiliar no desenvolvimento do curso.

Gráfico 15 - Comparativo entre pós-graduandos estrangeiros e nacionais na UFRR



Fonte: Elaboração própria.

A “não-internacionalização” também é presente quanto aos estudantes de pós-graduação a fim de realizar cooperação técnica ou outras atividades internacionais. O gráfico 14 é alarmante quanto ao envio de pós-graduando dos programas da UFRR. Além de não existir catalogação sobre esse processo, cabe a cada programa dentre suas linhas de pesquisa, trazer a oportunidade aos pós-graduandos. No entanto, quanto a modalidade de envio desse público ao exterior, os convênios se tornam restritos, mas não inexistentes. O CsF foi um programa que apontou presença de acadêmicos de pós-graduação, mas não houve registro de nenhum estudante no processo de ida ao exterior.

Realizar pesquisa em outro país requer concomitância às linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação da UFRR, o que é possível, a problemática está na falta de conhecimento sobre os convênios internacionais da UFRR quanto ao público alvo. Grande parte dos programas atentam quanto a mobilidade acadêmica voltadas à graduação, onde o acesso a esses programas se faz por meio de editais lançados pela CRINT, o que acaba não

contemplando pós-graduando, além do baixo interesse, visto que programas de mestrado duram 24 meses, tornando o prazo para a conclusão aliado a mobilidade internacional pouco atrativo.

3.4 ANÁLISE INSTITUCIONAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRR

A internacionalização da UFRR, por mais transitória ou sazonal que tivesse sido em algumas fases até se encontrar no estágio atual, é sensivelmente concomitante a história da própria universidade em sua criação. Sensível em diversos aspectos, seja pela necessidade em estabelecer um ensino de qualidade ao colocar em prática determinados cursos e, portanto, obter contato para a vinda de profissionais do exterior (vide Cuba) em parceria com esta IFES, ou ainda, na sensibilidade de perceber que esse processo é paralelo a formação profissional de parte da sociedade acadêmica da década de 1990.

Essa formação profissional tanto se deu por experiências internacionais somadas aos currículos dos então professores, até pelo encaminhamento de pesquisas promovidas sobre temas que estavam além das fronteiras nacionais e o contato com professores/pesquisadores estrangeiros. Dessa forma, essa análise perceptiva da internacionalização da UFRR não poderia deixar de lado a impressão ou visão de alguns atores, tanto historicamente, quanto no estágio mais contemporâneo.

Ao longo de quase três décadas, a UFRR recebeu e enviou professores, alunos e técnicos, os quais obtiveram experiências das mais variadas. Dessa forma, os relatos descritos direta ou indiretamente são *fontes* vivas mostradas pela percepção de gestores, professores, técnicos-administrativos que tem experiências internacionais e visão profissional por sentir diariamente os gargalos provocados pelo processo de internacionalização forçada que a UFRR sofreu.

Segundo o professor B, a universidade não estava preparada para receber os alunos estrangeiros. “Foi atropelado! Tanto que, quando fomos avisados dos convênios e que estávamos recebendo alunos que estavam sendo selecionados nos acordos internacionais, ficamos assustados porque era uma coisa que fugia ao nosso controle” (SANTOS, 2017).

3.4.1 Estratégias de internacionalização da UFRR

A UFRR é uma instituição de autonomia em seu caráter normativo-jurídico com princípios fundamentais e objetivos pautados numa lógica que permite a análise, partindo do próprio plano institucional, quanto uma análise dos quais levam em consideração elementos em seu entorno, ou seja, tanto exógenos quanto endógenos.

Se por um lado a Análise Estática busca elencar o caráter funcionalista do planejamento institucional, por outro lado, a Análise Dinâmica lista os fatores em um contexto relacional à UFRR, demonstrando as forças e fraquezas (características internas), as ameaças e oportunidades (características externas). De fato, a universidade promove políticas unilaterais, tomando como referência, questões da própria instituição.

As estratégias para a internacionalização da UFRR estão baseadas em plano institucional responsável por direcionar as políticas utilizadas para esse processo. Esse plano institucional é regido por estatuto que afirma, entre tantos princípios e objetivos, a missão e os valores expressos de forma que a UFRR projete sua imagem.

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2015-2025, a estruturação do mesmo está organizada de acordo com as áreas fins da instituição, ou seja, ensino, extensão e assuntos estudantis, pesquisa e inovação, apoiadas pelo processo de Internacionalização acadêmica e suporte da área meio, estando essas, subdivididas de acordo com os principais campos de atuação da administração pública, sendo elas, o orçamento, tecnologia da informação, infraestrutura, gestão e gestão de pessoas.

À vista disso, foi possível realizar a devida análise estática da UFRR tomando como referência, somente as questões institucionais conforme o planejamento citado acima e posteriormente, a análise dinâmica com o quadro de SWOT identificando os possíveis pontos positivos e pontos negativos às estratégias de internacionalização.

3.4.1.1 Análise Estática da internacionalização da UFRR

De acordo com o PEI da UFRR, é utilizado a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), constituído por três documentos, dos quais são responsáveis por dar seguimento as políticas que promovem o desenvolvimento da universidade, norteando a gestão pública e seus *stakeholders* no desempenho institucional, por meio de visão holística de longo prazo mensurando sempre o foco traçado. Esses documentos são o Mapa Estratégico, o Plano de Gestão e o Plano de Implantação.

Quadro 6 - Políticas estratégicas de internacionalização da UFRR

1. Fomentar e flexibilizar as ações de internacionalização	1.1 promover a UFRR explorando melhor os seus potenciais;
	1.2 disponibilizar informações acadêmicas e oportunidades oferecidas pela UFRR em línguas estrangeiras;
	1.3 estimular a capacitação dos docentes e técnicos em línguas estrangeiras;
	1.4 capacitar os servidores envolvidos no processo de internacionalização;
	1.5 facilitar os procedimentos internos de internacionalização;
	1.6 oportunizar a integração de conhecimento valorizando as atividades acadêmicas realizadas no exterior.
2. Ampliar a cooperação internacional	2.1 fortalecer a participação da UFRR em eventos que promovam a instituição no exterior;
	2.2 estimular o aproveitamento das oportunidades proporcionadas pelos convênios firmados;
	2.3 participar de redes de pesquisas internacionais (focando as potencialidades regionais).

Fonte: Base de dados UFRR (2015).

Conforme o quadro 6, as políticas de estratégias sobre a internacionalização da UFRR foram elaboradas de acordo com a construção de um cenário, onde o planejamento não descreve de forma precisa como serão empregadas tais medidas, somente pontuando-as, além do que a formulação desse planejamento deve levar em conta a conjuntura política, pois o plano foi criado na gestão anterior, com sua implementação objetivados até 2025.

Em oito anos, as prioridades podem sofrer mudanças em algumas áreas e a internacionalização da UFRR, por meio da CRINT que atualmente, não conta com orçamento e autonomia própria, pode vir a sofrer com a política de gestão universitária. De acordo com o próprio Estatuto da UFRR, diante de seus princípios e objetivos, trata a internacionalização de modo pontual, expressando “promover a integração cultural na perspectiva da pluralidade dos povos e da sua integração regional”.

Não existe uma integração regional de *facto*, onde os documentos elencados mostram uma miopia ou descompasso institucional, dada a discrepância entre o discurso documental sobre a internacionalização universitária e a efetivação prática. O contato com a Amazônia Caribenha se manifesta muito especificamente em torno de alguns pesquisadores que realizam atividades, mas sem efetivamente provocar uma dinâmica integrativa que favoreça o estabelecimento contínuo dessas ações.

Quadro 7 - Programas da UFRR que envolvem a internacionalização

PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior que visa conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 622,00, válidos por 12 meses à alunos participantes do PEC-G em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Vale Moradia	Auxílio-aluguel em Boa Vista para alunos, cujo pais ou responsáveis não residem em município onde se situam campi da UFRR. R\$ 300,00
Vale Refeição	Auxílio para alimentação em Restaurante Universitário. R\$ 135,00.
Programa de Apadrinhamento de Estudantes Estrangeiros (PAEE)	Atividade voluntária, sem vínculo financeiro que visa auxiliar estudantes estrangeiros a se integrarem ao convívio na cidade e na UFRR.
Apoio a mobilidade acadêmica internacional	Auxílio financeiro a estudantes da UFRR em situação de vulnerabilidade socioeconômica. R\$ 15.000,00 valor total para cursar 1 semestre letivo.
Inglês sem Fronteiras	Programa do MEC incluso na UFRR com objetivo de aprimorar o idioma como incentivo as práticas acadêmicas como pesquisa e acesso a mobilidade internacional à países de língua inglesa.

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CRINT (2017); UFRR (2017).

Além das políticas estratégicas de internacionalização, a UFRR disponibiliza programas que auxiliam no processo de internacionalização ou oferecem suporte financeiro à estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. A problemática gira em torno das bolsas de auxílio financeiros, dos quais não atendem toda a demanda acadêmica, visto que o número desses auxílios é menor do que o número de estudantes a serem beneficiados.

Ainda sobre os programas, o de Apadrinhamento de Estudantes Estrangeiros se destaca pelo caráter acolhedor, favorável à integração desses estudantes à comunidade acadêmica. E o Inglês sem Fronteiras, responsável por proporcionar aprimoramento do idioma, auxiliando a comunidade acadêmica no Teste de Inglês com uma Língua Estrangeira, conhecido como TOEFL¹⁶. Ambas ações positivas, mas que no caso do primeiro, precisa ser revisto com distribuição de responsabilidades, separando-a do cunho pessoal e do profissional.

3.4.1.2 Análise Dinâmica da Internacionalização da UFRR

O objetivo desta análise dinâmica é demonstrar, por meio dos elementos exógenos e endógenos, as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades que envolvem a internacionalização da UFRR, possibilitando enumerar uma série de novas problemáticas estratégicas para a universidade e assim, adequar as políticas de internacionalização.

¹⁶ *Test of English as a Foreign Language.*

Esta análise permite uma visão geral ampliada, tomando como referência a existência de variáveis contingenciais que influem nas operações cotidianas da universidade, desse modo, levam em consideração a existência de diferentes *stakeholders* que afetam diretamente ou indiretamente o processo de internacionalização universitária.

Quadro 8 - Análise SWOT da internacionalização da UFRR.

		Fatores positivos	Fatores negativos
Interno		FORÇAS	FRAQUEZAS
		Equipe técnica da CRINT qualificada	Baixa comunicação interna dos órgãos
		Apoio da comunidade acadêmica na recepção	Falta de autonomia orçamentária
		NUCELE	Despreparo do Coordenador/CRINT
		Baixa evasão de estrangeiros	Assimetria quanto a internacionalização dos cursos
Externo		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
		Parceria com OEA/GCUB	Falta de avaliação e controle interno sobre a mobilidades internacionais
		Parceria com banco Santander	Baixa desenvolvimento de competência de alunos e professores
		PEC-G	Convênios ociosos
		Convênios internacionais com IES com ampla experiência de internacionalização	Acúmulo de funções e atraso nas demandas administrativas

Fonte: Elaboração própria.

Assim, com a finalidade de ilustrar as estratégias e internacionalização, a análise também conhecida como SWOT¹⁷, traz as oportunidades que são apresentadas à UFRR e baseado nas suas forças, será possível aproveitar essas oportunidades. Da mesma forma, as fraquezas e ameaças são identificadas pela análise, de maneira que a instituição busca a melhoria, evitando fracassos futuros.

a) Oportunidades: Mesmo com a globalização e interesse sobre a região amazônica, as parcerias e cooperações técnicas-científicas, necessitam ser exploradas no âmbito da UFRR, além do que, atualmente, a universidade conta com número interessante de mestres e doutores capazes de ampliar suas pesquisas e promoverem a extensão como

¹⁷ Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) é uma ferramenta utilizada como complemento para planejamento estratégico, é bastante comum nas áreas de Administração e Gestão, capaz de identificar características positivas e negativas relacionadas a uma empresa, mas atualmente sendo empregada no setor público por administração gerencial com finalidade de suporte estratégico das políticas públicas.

prática visando cooperação com outras instituições internacionais, ampliando a visibilidade da IFES, sem contar a capacitação técnica promovida por meio de atividades de extensão.

Outro apontamento devendo favorecer a universidade, condiz com as parcerias com a OEA/GCUB, Banco Santander, programa PEC-G com papel ativo sobre a paradiplomacia, além de algumas instituições com forte *know-how* em internacionalização universitária. As políticas de internacionalização da UFRR podem vir a se adequar com programas sólidos e bem estruturados, como exemplos a serem seguidos e adequados a realidade da instituição.

b) Forças: Nesse campo, destacam-se os aspectos internos positivos que propiciam um alto aprimoramento das atividades de internacionalização na UFRR. O corpo técnico-administrativo da CRINT é formado por uma equipe qualificada e especializada na área, favorecendo ampliação das estratégias de internacionalização desta IFES. Além do que, existe determinado apoio da comunidade acadêmica no intuito de auxiliar com algumas medidas como a recepção dos estudantes.

Outra força identificada é o NUCLE, núcleo de línguas estrangeiras, sendo o primeiro contato pré-acadêmico de alguns estudantes que devem cumprir com requisitos referente ao aprendizado de língua portuguesa, a fim de afirmar sua estadia na instituição e no país. Nesse primeiro contato, a evasão estudantil e o número de reprovados são baixos.

c) Fraquezas: Fator interno negativo, as fraquezas apontadas pela análise podem causar transtornos administrativos suficientes para não só reduzir as atividades de internacionalização universitária como podem cessar algumas ações estratégicas, visto que a condição orçamentária é um risco iminente e explica o total descaso institucional para com essas estratégias.

A baixa comunicação entre os órgãos internos dificulta a transição de informações à medida que existe procura por atores interessados, seja de recepção de estrangeiros que não encontra subsídios eficientes na promoção de intercâmbios, até mesmo, a catalogação de dados que favoreçam a adequação de políticas estratégicas para a internacionalização.

Outro elemento preocupante está na baixa experiência técnica e internacional dos coordenadores da CRINT, que se adequaram durante suas gestões, além de equipe técnica reduzida na coordenadoria, visto que algumas demandas são excessivas, requerendo ampliação do corpo técnico do órgão.

Ameaças: Esse aspecto está condicionado as consequências das fraquezas analisadas no processo de internacionalização, cujas políticas de estratégias necessitam

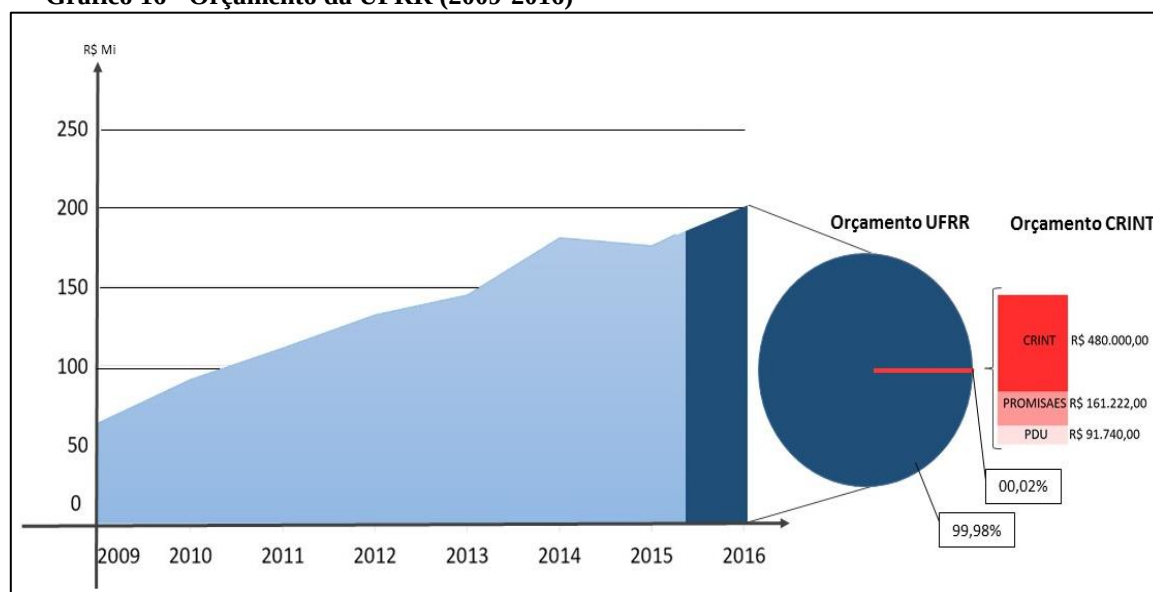
cruzar com as oportunidades e forças, a fim de evitar que essas ameaças comprometam todo o planejamento do processo de internacionalização.

Com bons convênios firmados, a falta de interesse e redução das burocracias que permitam o aprimoramento de técnicos e professores, evita-se que esses convênios fiquem ociosos, ampliando o prazo de vigência dos mesmos, além de criar um ciclo de oportunidades a outros grupos acadêmicos, capacitando internacionalmente a equipe técnica da instituição, além da ameaça de baixa competência de professores e alunos referente a falta de experiência

3.4.2 Coordenadoria de Relações Internacionais – CRINT

Iniciando a discussão, estamos diante de uma clara mimetização estrutural em função da diplomacia educacional forçada pelo governo federal em seus convênios, principalmente PEC-G e PAEC/OEA coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores. O surgimento da **Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT)** acontece como aproveitamento da ampliação estrutural universitária promovido pelo REUNI com reestruturação da própria Reitoria. Esse debate inicial é necessário na compreensão das estratégias existentes promovidas por este órgão que começa as atividades em 2009.

Gráfico 16 - Orçamento da UFRR (2009-2016)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: BRASIL (2017).

Muito pertinente ao iniciar a discussão com a CRINT, mostrando o gráfico 16 que trata do orçamento institucional, mostra nesse caso, em comparação ao orçamento total da UFRR frente ao órgão interno. Sendo assim, existe um total descaso institucional com o órgão que ao longo de 2009 a 2015 não tem verba específica, entendendo que a mesma não faz parte de um planejamento orçamentário da UFRR.

Somente em 2016 é que surge o detalhamento publicizado, embora tenha sido feito solicitações sobre os dados, houve total descaso da instituição para com o fornecimento das informações, seja para com a cidadã ou pesquisadora, não havendo retorno dos órgãos internos competentes, além de inexistir controle ou entendimento sobre a questão quando questionada à CRINT.

Isso demonstra, em primeiro lugar, que os recursos são totalmente escassos ou não existe destinação desses recursos que vão além de passagens e diárias e material de escritório para o órgão, ou seja, a UFRR tem uma das coordenações de Relações Internacionais mais desestruturadas das IES brasileiras, sem autonomia financeira e recursos alocados à cargos ou Diretoria e Assessoramento Superior (DAS).

Além disso, a estruturação quanto essa coordenadoria na UFRR, os dois primeiros coordenadores não detinham experiências internacionais anteriores ao cargo, outra questão bastante delicada quanto a cargos políticos e suas consequências que podem afetar o desenvolvimento ou progresso de órgãos internos.

O feudalismo público, onde os cargos político-administrativos são arrançados, principalmente por conta de períodos prévios às eleições para reitoria num pedido de apoio à diferentes ou diversos núcleos da IES, criando assim, feudos dos cargos institucionais, não sendo muito diferente do funcionalismo público de outros setores governamentais, além do praticado na universidade.

Embora os cargos técnicos sejam especializados, vide CRINT, a lógica perversa ocorre sob a alta demanda de decisões e cujo conhecimento aprofundado da estrutura do órgão são desses técnicos-administrativos. Todavia, a contradição ou paradoxo de implantar um discurso institucional sobre internacionalização universitária esbarra no descaso da própria universidade, onde a CRINT não possui autonomia financeira mesmo com técnicos especializados conhecedores dos gargalos que desestruturam as estratégias organizacionais, além de baixo ou nenhum poder de decisão político-administrativa.

Quanto as atividades promovidas pela CRINT, a percepção analítica transita de opinião conforme varia o público. Ao perguntar sobre a recepção da CRINT para com os

pós-graduandos do programa PAEC/EOA, a grande maioria disse estar contente e que não houve transtornos quanto as obrigações iniciais como retirada de documentos como Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), além de outros trâmites legais em órgãos como Polícia Federal. A única discrepância nas atividades relatadas em entrevista fica a cargo do acompanhamento dos pós-graduando durante estadia, ou seja, um tratamento dado entendido como preocupação do órgão para com os estrangeiros. Assim como relatou o mestrando “C”:

Não tive nenhum problema quanto a chegada em Boa Vista. Fui recepcionado pelo meu padrinho que me levou ao hotel, onde fiquei por um dia e, no dia seguinte vim a CRINT e me levaram à Polícia Federal e Receita Federal para tirar meus documentos. Se tivesse que fazer alguma reclamação, seria sobre o acompanhamento durante a estadia em Roraima, em procurar saber se estamos bem ou precisando de algo. Além da dificuldade que temos em passar longo tempo na universidade, porque a biblioteca fecha e aos fins de semana é complicado estudar e fazer pesquisa. Viemos para fazer pesquisa e aqui não existe uma cultura de passar o dia na universidade, sentimos falta disso, mas entendo que isso é da universidade e não da CRINT (ALUNO C *apud* SANTOS, 2017).

Na imagem a seguir, as atividades promovidas foram as mais citadas e lembradas pelos entrevistados estrangeiros que enxergam a CRINT (imagem 5A) como o principal órgão formalizador de todas as condutas acadêmicas, até mesmo se considerarmos acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Essa prática de encarar a CRINT como o único órgão responsável pelos estudantes estrangeiros é reduzida conforme a interação e entendimento sobre as atividades organizacionais da universidade vão sendo apresentadas e conhecidas por esse público.

A imagem 5B é a primeira atividade acadêmica de muitos estrangeiros que chegam para estudar na UFRR, principalmente alunos do programa PEC-G e PAEC/OEA que necessitam de aprovação no exame de proficiência para continuar seus estudos. Dessa forma, os alunos que chegam à universidade têm pouco contato com o restante da comunidade acadêmica.

Se por um lado, o Restaurante Universitário (RU), mostrado na imagem 5C, é considerado por muitos estrangeiros, o lugar mais sociável da instituição, visto que a hora do almoço e jantar é um momento de descontração e descanso dos estudos e instante de se integrar à comunidade acadêmica. Por outro lado, a imagem referente ao container (imagem 5D) não conseguiu atingir o objetivo proposto de integração entre esse público estrangeiro e o restante da comunidade da universidade.

Imagem 4 - Técnicos da CRINT, alunos estrangeiros no NUCELE, Restaurante Universitário e container



Fonte: Trabalho de campo. SANTOS, (2017b); Base de arquivos UFRR, (2016).

Ao questionar os entrevistados estrangeiros, sejam os de graduação e pós-graduação sobre algumas estruturas funcionais da universidade como restaurante universitário e biblioteca, os apontamentos se mostraram sempre muito pontuais. A exemplo de terem direito a duas e não três refeições (somente almoço e jantar incluso), onde o café da manhã é exclusivo para moradores da residência universitária (por vezes recebem alunos do BRACOL) e alunos do Instituto Insikiran.

Segundo a aluna “D” (SANTOS, 2017), “passamos o dia na UFRR. É muito ruim ir para casa e voltar, não existe um espaço de lazer onde poderíamos descansar ou fazer intervalos dos estudos ou após o almoço”.

Dessa maneira, a forma de socialização entre os acadêmicos passa a ser um problema institucional, já que a universidade não é compreendida pelos gestores como um meio de aprofundar a cultura universitária e os estudantes estão totalmente desvinculados de uma vivência de fato acadêmica, inclusive impedidos de adentrar no campus Paricarana aos fins de semana, já que muitos estrangeiros e mesmo os estudantes nacionais utilizam das estruturas físicas de blocos, núcleos e, a biblioteca central para realizarem pesquisas,

utilizarem da internet para comunicação com familiares em outras localidades¹⁸ ou mesmo estudar e realizar trabalhos em grupos.

Entretanto, os discursos dos *stakeholders* que fizeram parte da gestão administrativa nesse processo de internacionalização, divergem entre si, onde para o professor “E”, a universidade não possuía recursos à promoção da internacionalização, alegando existência da prática da “política do pires” onde a CRINT no início das suas atividades detinha de proteção política, mas não de recursos específicos (PROFESSOR E *apud* SANTOS, 2017).

Entretanto, para o entrevistado, professor “F”, a coordenadoria recebia total apoio, “além de ter possibilitado o destino de recursos financeiros específicos para o desenvolvimento de projetos alavancados pela CRINT” (PROFESSOR F *apud* SANTOS, 2017). Como não foram disponibilizados, após pedidos, os dados para confrontar gestões, a análise passa a ter caráter praticamente oral, sem fundamentação documental necessária que corrobore ou desconstrua a fala do entrevistado.

A internacionalização universitária na visão de outros *stakeholders* como coordenadores de cursos, que são os que recebem e mais acompanham academicamente esses estrangeiros, descrevem esse processo levantando críticas construtivas, mas colocando em pauta a realidade institucional por meio de experiências internacionais vividas, portanto, análise comparativa com outras IES, além de análise empírica que o cargo proporciona.

Para o professor, coordenador “G” (SANTOS, 2017), a universidade não possui estruturas adequadas para receber estudantes estrangeiros, apesar de serem alunos (graduação) que acompanham bem as aulas com média acadêmica igualada aos alunos nacionais, por vezes, acima dos demais alunos. Além disso, no entendimento do coordenador de curso, a baixa vivência universitária sem apoio institucional, desfavorecem a socialização com outros estudantes.

Considerando as políticas que favoreceriam tal socialização entre estrangeiros e restante da comunidade acadêmica, criou-se a ideia de um espaço que aproximasse esse público com eventos específicos e troca de informações. Tal espaço ficou conhecido como “container”, com inauguração no fim da última gestão e bastante criticada pela atual gestão acadêmica e comunidade em si.

¹⁸ Vide alunos de outros municípios e estados federativos, ingressos pelo vestibular convencional ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Questionados sobre tal política de aproximação, a resposta foi unânime: constrangimento foi a palavra mais utilizada para expressar um espaço que na verdade é um container e que, conforme apurado, não estava completamente apto a inaugurar, ou seja, sem instalação elétrica ou hidráulica, ou seja, total descaso com erário público.

Só cortei a fita porque a Reitora pediu e educadamente atendi, mas estava completamente constrangido com um espaço que mais lembra fuga de refugiados do que encontro cultural de estrangeiros ou coisa do tipo. Não foi muito bem explicado a ideia desse container e nem se vai funcionar porque está lá, parado, sem utilização. Acho que do jeito que está, ninguém irá, parece quente, desconfortável (ALUNO H *apud* SANTOS, 2017).

Numa análise institucional do NUCELE, núcleo responsável pelo aprendizado da língua portuguesa aos estrangeiros, existe críticas tanto do próprio órgão quanto à internacionalização, até críticas dos alunos que necessitam aprender o idioma em cerca de 6 meses, onde a maioria (francófonos) chegam sem falar absolutamente nada.

Perguntado sobre qual a principal dificuldade em aprender o idioma, a grande maioria dos alunos de pós-graduação e graduação, respondem que o nivelamento deveria existir, pois essa política não é empregada aos alunos dos programas PEC-G e do PAEC/OEA/GCUB.

Existem reclamações quanto aos professores não falarem o idioma dos alunos em sala de aula, mas tal reclamação não tem fundamento, pois faz parte da didática de aprendizagem, não se comunicar com alunos no idioma nativo deles, somente em português. Assim relatou o técnico-administrativo “I” (SANTOS, 2017) do Núcleo de Estudos de Línguas Estrangeiras.

Por fim, a análise institucional da UFRR nas dimensões CRINT, estrutura da UFRR e o NUCELE conformam todo o sistema que advoga para a realização de estratégias para internacionalização universitária. Entrevistar uma amostra de atores que corroboram direta e indiretamente para esse processo é, justamente, compreender onde as atuais políticas de internacionalizam são falhas e como adequá-las ao contexto local, sem a necessidade de tentar moldar em modelos de IFES solidificadas estruturalmente para receber e enviar um público acadêmico que não deve ser restrito, muito pelo contrário, as políticas de internacionalização universitária devem convergir para ampliação e socialização acadêmica a fim de moldar a tão desejada cultura universitária.

3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A construção desse capítulo foi configurada no sentido de analisar o processo de internacionalização universitária, principalmente levando em conta o desenvolvimento exógeno, ao receber estrangeiros e, por meio do desenvolvimento endógeno com a busca de experiências e vivências no exterior pelo corpo acadêmico da universidade e as utilizando de forma prática e contínua na UFRR.

Com base em dados levantados pelos órgãos internos da IFES, foi possível averiguar evolução da internacionalização, defendendo que a UFRR nasce internacionalizada, onde foi explorado três grandes fases da internacionalização. Essas fases demonstram a capacidade de tentar adequar-se as políticas empregadas pelo governo federal, seja por meio da reforma educacional (LDB) ou por meio do REUNI.

Dessa forma, destacam-se os convênios internacionais promovidos por ações de diplomacia educacional e ações de paradiplomacia educacional, provando que tanto o envio quanto a recepção em sua grande maioria, se fazem de maneira reativa, ou seja, a UFRR detém de pouca capacidade de promover convênios paradiplomáticos que promovam forte atratividade quanto amplo intercâmbio entre os estudantes da instituição.

Outro fator levantado, está na observação de que a UFRR promove ampla recepção de estudantes por meio de programas de cooperação educacional advindos do hemisfério Sul e elevado número de envio de estudantes e professores para o hemisfério Norte, razão encontrada na tradição educacional e amadurecimento das estruturas universitárias receptoras, além da grande atratividade por conta das contrapartidas, sejam elas, o acesso a bolsas e moradia ao longo da mobilidade acadêmica.

Mesmo crescendo a participação e interesses de estudantes e professores às atividades internacionais, o idioma é a primeira barreira, seguida de questões financeiras, o que alerta os gestores, para a necessidade de adequar as políticas que atendam e diminuam tais dificuldades. Programas como o Inglês Sem Fronteira é um exemplo de como políticas que integram a comunidade acadêmica auxiliam na diminuição de distâncias psíquicas.

Para finalizar, as dimensões institucionais analisadas mostraram por meio de entrevistas, o caminho árduo e longo a ser percorrido. A ideia do capítulo não era somente levantar críticas que desconstruíssem o que existe, mas de auxiliar positivamente, com políticas públicas dentro da universidade que adicionem às outras, pois a internacionalização da UFRR é um dentre os vários processos meios na promoção do desenvolvimento das práticas acadêmicas com retorno favorável à sociedade.

4 CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou que é necessário aprofundar os debates sobre a internacionalização de universidades brasileiras, a fim de compreender esse fenômeno, seu conceito e características até que se consiga responder questionamentos como “internacionalizar para quê?” e “internacionalizar para quem?”. Essas postulações apontam para uma lógica de atividades, das quais os agentes e mecanismos utilizados para esse processo sigam por políticas de estratégias que construam, de forma efetiva, parâmetros de desenvolvimento, sejam eles de movimentos de dentro para fora (endógeno) quanto os de fora para dentro (exógeno).

Dessa forma, as tipologias de estratégias para a internacionalização universitária são elementos identificados na pesquisa, onde existem movimentos primários da internacionalização universitária por meio de cooperação entre professores de diversas IES, além de movimentos secundários, com a mobilidade acadêmica e integração de *facto* efetivadas por meio de convênios internacionais, além de paradiplomacia ativa ou reativas que dinamizam ou somente recepcionam ações de outras instituições estrangeiras.

A internacionalização de universidades é capaz de oportunizar dinâmicas de integração e cooperação técnico-científico, trocas culturais entre diferentes povos e saberes, além de criar um comportamento institucional e da comunidade acadêmica que eleve a vivência universitária, na qual a identidade da instituição passa a ter contornos mais globalizados que conferem às características da internacionalização em si.

Esse fenômeno complexo e histórico, desenvolveu-se no tempo e no espaço de maneira distinta, seja por diferentes histórias que conformam desde a formação dos Estados modernos (século XVII) até a identidade dos Estados nacionais (século XX), até por diferentes modelos, fruto da liberdade que os Estados proporcionaram às instituições de ensino superior que desenvolveram modelos de educação que ultrapassaram fronteiras.

No Brasil foi introduzido tardiamente a internacionalização universitária, inicialmente consequência do modelo educacional empregado (napoleônico, início do século XX) que deixava o controle nas mãos do Estado. Após a reforma universitária de 1968, houve forte aproximação ao modelo norte-americano de universidade, influenciando na implementação de escolas utilitaristas técnicos-profissionalizantes, conferindo uma espécie de racionalidade instrumental, resposta ao Relatório Atcon, com objetivos práticos, além de adaptar seus conteúdos às metas de desenvolvimento nacional.

Quanto a UFRR, evidencia sua internacionalização já no início de suas atividades, dada a necessidade de buscar cooperação regional. Os convênios firmados nos primeiros anos de atividades, mostram que foi determinante para a conformação de alguns cursos, cuja cooperação avançou positivamente para a estruturação acadêmica da instituição. No entanto, os mecanismos utilizados para dinamizar a internacionalização ao longo dos anos, sofrem pela baixa capacidade política e de gestão administrativas responsáveis pelo suporte a esse processo.

Após as considerações transversais, serão descritas as conclusões de cada capítulo, dos quais estão expostas numa sistematização de debates que ocorreram de forma a apontar os conceitos trabalhados e como os mesmos interagem de acordo com a temática proposta da internacionalização de universidades.

Sendo assim, o capítulo 1, introduziu-se a delimitação do objeto de estudo de pesquisa, onde a Universidade é o centro da discussão, levando em consideração uma construção lógica dissertativa, apresentando abordagens históricas e suas transformações até chegar a elementos que caracterizassem os modelos de universidades. Após esta apresentação, foi possível descrever de modo detalhado a exploração do objeto de estudo numa discussão alicerçada por meio de quatro dimensões.

Partindo da origem das universidades, com intuito de envolver os marcos históricos que mostram a distinção entre saber e conhecimento, o processo evolutivo sobre o comando desses dois elementos passa a ter controle institucionalizado no tempo e espaço, aproveitando as instâncias educacionais que evoluíram para as chamadas universidades. Esse recorte histórico está fundamentado em teóricos especialistas em universidades da Idade Média que auxiliaram na compreensão de diferentes concertos universitários da época.

Numa dimensão que envolve poderes e influências sobre o objeto de estudo, ainda num concerto histórico, a pesquisa proporcionou visualizar movimentos pendulares dessas influências sobre as universidades que ora transitam sobre o poder Papal, ora pelo poder da Coroa. As universidades fazem parte, neste contexto, da transformação do sistema mundo Pós-Westphalia, como o Iluminismo e a criação de sistemas educacionais.

Ainda sobre forte influência do sistema-mundo, agora com a conformação dos Estados soberanos dominantes, a pesquisa debateu sobre a evolução social envolvendo as instituições de ensino superior, onde as universidades promovem adequações devido ao contexto internacional vivenciado. A economia-mundo agora figura como sistema e tais

adequações das universidades estão alocadas em uma hélice tripla que viria a ser a base de toda dinâmica dessas instituições de ensino superior, ou seja, girando em torno do ensino, da pesquisa e da extensão.

Com a criação dos modelos de universidades, das quais transbordaram como método sob influência com um poder brando, a pesquisa expõe infiltrações de ideologias que esses modelos de universidades propõem. Assim, a extensão que determinado modelo alcança na concertação geopolítica é consequência de uma forte influência política, mesmo que velada em algumas regiões do mundo. Além do mais, esses modelos são provenientes de Estados que interagem de maneira ativa sobre as regiões e isso inclui o Brasil, dos quais promovem trocas dentro do cenário economia-mundo.

No capítulo 2, foram abordados conceitos levantados de acordo com a construção de uma revisão integrativa, de modo que a pesquisa foi estruturada sobre bases bibliométricas que deram suporte a esta revisão, fundamentada na ideia de internacionalização universitária no Brasil com dinâmicas comparativas a pesquisas sobre o mesmo tema nos idiomas inglês e espanhol, provando que o estudo sobre o fenômeno de internacionalização de IES no Brasil avança de forma lenta e gradativa, conformando os objetivos baseados no estado da arte.

Além disso, a discussão deste capítulo mostra uma complexa interdependência e redes, numa formação de arranjos entre atores de diversos níveis como *stakeholders*, atores estatais, empresas do ramo educacional. Além disso, a pesquisa discute como a internacionalização de IES está ligada a uma dinâmica que converge para uma interdependência ligada a redes de informações e cadeias de IES e grupos que promovem ações de diplomacia e paradiplomáticas educacional.

As IES que buscam figurar ativamente essas redes de integração, promovem-na por redes de serviços, fazendo-a internacionalização por meio de cooperação que variam conforme o grau de suas atividades no exterior. Portanto, o primeiro contato é promovido por uma ação primária como participação em eventos internacionais, troca de conhecimentos entre professores de instituições diversas ou produção científicas, de forma que as atitudes estão ainda em um baixo grau de internacionalização.

Enquanto isso, as atividades de internacionalização de caráter secundário estão formalizadas por meio de afirmativas expansionistas dessas atividades internacionais dentro da IES, oportunizando a toda comunidade acadêmica, acesso aos convênios internacionais ou parcerias que promovam troca de conhecimentos em diversos níveis,

sempre atrelados a pesquisa, ensino ou atividades de extensão, gerando maior nível na escala de internacionalização desta IES.

No Brasil, essas ações são realizadas em movimentos de dentro para fora, como envio de estudantes, técnicos-administrativos, professores/pesquisadores com direcionamento para os centros geopolíticos mais ricos, numa dinâmica Sul-Norte, além de movimentos de fora para dentro, numa dinâmica de recepção desses atores citados, de deslocamento Sul-Sul, provando que o processo de internacionalização de IFES, como a UFRR, aconteceu de maneira induzida pelos programas firmados verticalmente no sentido de cima para baixo.

No capítulo 3, a pesquisa identificou as características que compreendem o processo de internacionalização desta IFES, trilhado por um estudo de resgate histórico abrangendo os dias atuais. A existência das fases da internacionalização da instituição, evidencia padrões de desenvolvimentos endógenos e exógenos, à medida em que transcorre a análise perceptiva sobre esse processo por meio de atores que fazem parte diretamente das políticas implantadas sobre a internacionalização na IES. Contudo, a discussão parte sob a descrição das seguintes conclusões.

As discussões foram voltadas para uma IFES que inicia suas atividades cinco anos após criada a instituição, onde sua autorização de funcionamento, de fato, acontece em paralelo a estruturação dos três poderes no estado. Atitudes unilaterais de alguns gestores administrativos foram capazes de promover acordos e parcerias que vieram, posteriormente, auxiliar as atividades de ensino na instituição.

O estudo debate sobre os convênios internacionais materializados e suas três fases caracterizadas como ciclos de vida. Essas fases condizem com as políticas empregadas sobre o processo de internacionalização, concluindo que na fase 1, os acordos em grande parte, tinham caráter paradiplomáticos, porém em pouca quantidade e grande efetividade, vide convênio com IES cubanas. Na fase 2, ocorre uma readequação ou maturação nas políticas de internacionalização provocadas pela reforma educacional de 1996. Na fase 3, identificou-se a institucionalização dos assuntos internacionais da UFRR após criação da CRINT com auxílio do REUNI, conformando a necessidade da centralização sobre as políticas de internacionalização na instituição.

Nessa perspectiva, a análise da pesquisa focou recorte temporal que compreendessem as políticas da fase 3, ampliando as discussões sobre as principais características que permeiam a internacionalização após a criação da CRINT em 2009, de

acordo com processo de dupla-via, ou seja, envio e recepção de comunidades acadêmicas por meio de programas e convênios internacionais que a universidade possui, provando discussões sobre o padrão desenvolvimento exógeno naturalizado sob características de internacionalização passiva, reativa e altamente dependente de instituições parceiras.

Com base nas discussões sistematizadas dos capítulos, a pesquisa aponta resultados, dos quais respondem a problematização aberta na pesquisa, cujo contexto se mostra reversível no sentido de proporcionar adequações das políticas administrativas, tanto voltadas para a internacionalização quanto às políticas administrativas ao suporte de implementação das estratégias de uma internacionalização sólida e compatível a realidade da instituição, claramente necessitando de reajustes quanto aos seus atuais métodos.

Como resultado inicial, a internacionalização é um processo complexo, pois está alicerçada na capacidade de os atores interagirem, mostrando que essa interação está relacionada as contrapartidas oferecidas, ou seja, quanto mais atividades e programas sobre tripé ensino, pesquisa e extensão uma IES tiver, maior possibilidade de integrar ao cenário internacional e mais cooperação poderá promover, compondo redes interdependentes sobre a internacionalização universitária.

A pesquisa aponta por meio do estado da arte um aumento gradativo sobre os estudos voltados à essa temática de internacionalização, visto que a abordagem é ampla e estão conectadas entre si, seja pela diplomacia ou paradiplomacia educacional, seja pela mobilidade acadêmica em expansão ou, especificamente, na compreensão sobre esse fenômeno de internacionalização universitária em diversas IES brasileiras.

Outro resultado destacado está no perfil da internacionalização da UFRR, cuja caracterização parte da recepção de estrangeiros no sentido geográfico Sul-Sul, principalmente advindos de países africanos. Quanto ao envio se volta no sentido Norte-Sul, onde as mobilidades ocorrem em países de língua espanhola e portuguesa, o que não corresponde, necessariamente as melhores instituições de ensino da região europeia.

Outro ponto é o alto grau de passividade quanto esses envios de acadêmicos para o exterior, provando que a internacionalização da UFRR é altamente reativa e passiva, pois basicamente, os programas de mobilidades advém do banco Santander, o parceiro paradiplomático que mais promove essa prática atualmente na UFRR.

Apesar de existirem convênios com entorno fronteiro, a pesquisa aponta resultado que mostra alto nível de desemparo das políticas de internacionalização quanto a essas fronteiras vizinhas. Venezuela e Guyana não avançaram em seus convênios com a UFRR

no sentido de mobilidade e outras cooperações técnicas e científicas de internacionalização, impossibilitando qualquer avanço das capacidades integrativas educacionais, principalmente sobre atividades de extensão, dada a proximidade geográfica.

A pesquisa traz como resultado ainda, a falta de planejamento orçamentário nos últimos anos voltados para a CRINT, mostrando o descaso institucional frente ações de internacionalização, além de baixa capacidade decisória dessa coordenadoria que não detém verba própria ou não sendo adequada o suficiente para a manutenção das políticas de internacionalização, distribuindo, dessa forma, responsabilidades a terceiros, vide Programa de Apadrinhamento de Estudantes Estrangeiros que apontam ineficiência.

O silêncio administrativo quanto ao acesso às informações sobre dados institucionais é outro apontamento, resultando na alta dificuldade de elaboração desta pesquisa, onde esse mesmo silêncio provoca desatualização do banco de dados da CRINT, que, consequentemente, dificulta adequações e melhorias estratégicas de internacionalização.

Diante de fatos sobre os acadêmicos estrangeiros na UFRR, a pesquisa aponta alta e preocupante incapacidade de recepção desse público, devido à baixa estrutura da instituição. Prova disso é a inépcia em alocar na Residência Estudantil. Dessa forma, estudantes estrangeiros de alguns programas que chegam em Roraima sem local definido para residirem até que consigam se instalar de fato, fazendo com que estudantes com mais tempo no estado os auxiliem nessa primeira etapa de recepção.

Quanto aos programas de auxílio à manutenção de estudantes estrangeiros de graduação, não atendem todos os estudantes, ou seja, insuficientes. O estudo apontou que o auxílio à alimentação é garantido a todos estudantes estrangeiros, porém resguardando somente duas refeições diárias (almoço e jantar) de segunda a sexta-feira. Outros auxílios como moradia dependem de adequações quanto à demanda, também insuficientes, além da Residência Universitária não comportar a quantidade de alunos estrangeiros recebidos, limitando, dessa forma, o acesso a determinados programas.

O aspecto social também é um destaque nos resultados, tendo em vista que a UFRR é caracterizada pelos estudantes estrangeiros, principalmente os estudantes de pós-graduação, como de baixa capacidade de socialização e uma cultura de vivência acadêmica, apontando ainda questões estruturais como a política de segurança da instituição que não permite acesso as dependências da UFRR para realização de suas atividades de pesquisa acadêmica durante os fins de semana.

No entanto, é possível afirmar que existem atitudes que visam integração acadêmica por iniciativa dos próprios estudantes estrangeiros e que tem recebido apoio institucional, prova disso são as atividades culturais como O Dia da África, com objetivo de mostrar a cultura do continente, somando a participação de estrangeiros latino-americanos, a fim de derrubar estereótipos instalados na comunidade universitária.

Com base nos resultados, o presente estudo oferece sugestões científicas e melhorias para a gestão administrativa da UFRR. As sugestões científicas buscam apoio a ampliação de pesquisas voltadas a temática da internacionalização, fundamentada no auxílio à produção de políticas públicas que venham favorecer esta instituição, além de melhorias voltadas à gestão administrativa desta IFES, no intuito de adequar atuais políticas em andamento.

Em primeiro lugar, as sugestões científicas desta pesquisa propõem estudos como método comparativo entre diferentes instituições de ensino superior do Brasil, sejam as instituições federais de ensino superior ou até mesmo, um bom estudo comparativo podendo vir a ser realizado com instituições da região Norte, dada a ausência de pesquisas sobre a temática na região amazônica e seus entornos.

A fim de aprofundar essa pesquisa, sugere-se um estudo sobre a dinâmica da internacionalização universitária baseado numa visão mais reflexionista subjetiva, podendo ser realizado um estudo etnográfico de imersão profunda nos nichos identificados da internacionalização na UFRR, seja com alunos de graduação africanos ou com estudantes de pós-graduação sul americanos. Além de sugerir ainda, estudos dos cursos da instituição que tiveram internacionalização instalada ou os que não tiveram participação sobre a internacionalização universitária.

Em segundo lugar, quanto as melhorias de gestão, a admissão para o cargo de Coordenador da CRINT, onde a pesquisa propõe técnico com formação na área ou da própria coordenadoria que já possuía profissionais qualificados para o cargo, além de experiência prévia com internacionalização.

A necessidade de alocar recursos financeiros à CRINT é pertinente e demanda planejamento e adequações, dada a situação econômica vivida pelas IFES no país, mas se a UFRR pretende manter suas estratégias quanto a internacionalização, a autonomia administrativa-financeira da CRINT precisa ser revista.

Convênios da CRINT com o governo do estado, a fim de possibilitar bolsas específicas como auxílio a mobilidade internacional é outro caminho interessante, visto

que a própria UFRR detém convênios com o governo local, mas que podem ser ampliadas quanto a cooperação, a fim de promover inúmeras ações de capacitação profissional.

Outra sugestão da pesquisa se dá na oportunidade de firmar convênios da CRINT com outras IES, como a própria Universidade Estadual de Roraima (UERR), num processo de arranjo cooperativo, já que a UFRR possui maior *expertise*, podendo ampliar a massa crítica e promover envio de outros profissionais ao exterior.

Ainda visando acordos, convênios da CRINT com instituições do sistema S, como SENAC, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), no intuito de promover ações descentralizadas de curta duração, já que ambas possuem algumas experiências localizadas quanto a internacionalização de suas atividades.

A promoção da cultura acadêmica sobre a socialização do espaço universitário, a fim de possibilitar criação de rotinas diárias, além de facilitar acesso nos campi aos estudantes que necessitam fazer pesquisa ou realizarem seus estudos nos núcleos ou blocos da UFRR quando julgarem necessário.

Conclui-se que, o tema da internacionalização universitária, por conta de sua tamanha relevância e sua alta complexidade de interação entre os atores nela envolvida, não se esgota. A UFRR, é altamente reativa quanto a sua internacionalização, causando dependência de alguns programas e, por consequência, absorvida por um padrão de desenvolvimento exógeno de sua internacionalização. Além de tudo, a comunidade acadêmica ainda não compreende esse processo como acessível, ou seja, o grau de internacionalização no ensino não alcança todos os cursos, além da pesquisa ser somente reativa e a extensão praticamente, inexistente.

REFERÊNCIAS

LIVROS

BALBACHEVISKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. Editora Nova Fronteira, 2005. p. 275-304.

BEM-DAVID, Joseph. **O papel do cientista na sociedade**: um estudo comparativo. Ribeirão Preto: Ed. USP. 1974, 281 p.

BERNHEIM, Carlos T.; CHAUÍ, Marilena S. **Desafios da Universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundo sobre ensino superior. Brasília: UNESCO, 2008. 44 p.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. ed. 25. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 180-214.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 445 p.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. ed. 2. São Paulo: Brasiliense, 1989. 144 p.

_____. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. ed. 3. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 143-219.

MOROSINI, Marília. **Mercosur/Mercosul: políticas e ações universitárias**. Campinas: Editores Associados, 1998. 263 p.

PEDROSI FILHO, Gelso. A Universidade em transição: em direção à Universidade empreendedora. In: **Pensar e construir a universidade no século XXI**. Orgs.: SANTOS, Roberto R; BONITO, Jorge. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. 199 p.

PROTA, Leonardo. **Um novo modelo de Universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1987. 256 p.

SGUISSARDI, Valdemar. **Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão**. Brasília: INEP, 2005. 54 p.

VERGER, Jacques. **As universidades da Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990. p. 172.

WANDERLEY, Luiz E. **O que é universidade?** ed. 9. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2003. 84 p.

PERIÓDICOS

ABREU, Paula dos S. A educação superior no Brasil e a proposta de liberalização do GATS. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 89-108, jul./dez. 2008.

BOTELHO, Louise Lira R.; CUNHA, Cristiano C. A.; MACEDO, Marcelo. O método de Revisão Integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**: Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220>>. Acessado em: 16 jul. 2016.

BORGES, Maria C. A. A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio. **RBPAE**. v. 25, n. 1, p. 83-91. jan./abr. 2009.

CASTRO, Alda C.; NETO CABRAL, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Losófona de Educação**. v. 21, p. 69-96. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>>. Acessado em: 15 jul. 2016.

CASTRO, Claudio de Moura *et al.* Cem mil bolsistas no exterior. **Rev. Interesse Nacional**, abr./jul. 2012. P. 25-36. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/cem-mil-bolsistas-no-exterior/>>. Acessado em: 13 jul. 2016.

KAWASAKI, Clarice. S. Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária. **R. Fac. Edu., São Paulo**, v. 23. n. 1/2, p. 1-12 jan./dez. 1997.

KRAWCZYK. Nora Rut. As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 4, jul./dez. 2008. p. 41-52. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n4_5.pdf>. Acessado em: 13 de jul. 2016.

LAUS, Sônia. P. **Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da educação superior no Brasil**. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, p. 1-18, dez. 2004.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário L. N.; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Revista Avaliação**: Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MARRARA. Thiago. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**: Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, dez. 2007. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/132>>. Acessado em: 15 jul. 2016.

MEYER JR., V.; MUGNOL, G. Competições e estratégia no contexto das instituições de ensino superior privadas. **Revistas Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n. 11, p. 153-165 jan./abr. 2004.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**: Editora UFPR. n. 28, p. 107-124, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>>. Acessado em: 18 jun. 2016.

_____. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação tradicional e cooperação internacional horizontal. **Revista em Educação**: Belo Horizonte. v. 27, n. 01, p. 93-112, abr. 2011.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Revista Varia História**: Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.113-129, jan/jun. 2007.

SÁ, Bruno V.; COELHO, Maria T. A.D. **A influência da Igreja Católica na educação brasileira**: da Companhia de Jesus ao ensino superior. Publicado em: mar. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9252>>. Acesso em: 05 out. 2015.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Rev. Educação Social**: Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 19 jul. 2016.

SCHIMIDT, B.V.; MARTINS, C.B. O acordo CAPES/COFECUB no contexto da Pós-Graduação brasileira. **Diálogos entre Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica**. v. 1, p. 151-164, 2005.

SENHORAS, Elói. A episteme da Geografia das Relações Internacionais. **Revista Intellector**, v. XI, n. 22, 2015. p. 1-33.

SENHORAS, Elói Martins; CAVALCANTE, Jordana de Souza. Turismos e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno. **Revista Turydes**, v. 7, 2014. 17 p. Disponível em: < <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/desenvolvimento-endogeno.html>>. Acessado em: 15 dez. 2016.

SILVEIRA, L.A. *et al.* Instituições de ensino superior: os desafios no desenvolvimento da Administração contemporânea: perspectivas e realidades. **V Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria em America del Sur**. Mar del Plata, p. 1-12, dez. 2005.

SILVEIRA, Zuleide. S; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 79-89, jan. / mar. 2016.

SOUTO, A.J.; REINERT, J.N. **Cooperação internacional interuniversitária**: o caso da UFSC. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, p. 1-13, dez. 2004.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Editora UCS, 2004. 123 p.

_____. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira. Revista CRUB**. Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.

STALLIVIERI, L.; MONTEIRO, S.Q.M. Diagnóstico do quadro atual das estruturas de relações internacionais acadêmicas. **Educação Brasileira. Revista CRUB**. v. 27, n. 55, p. 1-32, 2005.

REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36, 2013, Goiânia. **Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às imposições do mercado. Ou: das consequências de imolar a educação no altar do mercado**. Goiânia, 2013, 17 p.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior para o Século XXI: visão e ação**. Paris: UNESCO, 1998. 09 p.

VAIDERGON, José. Uma perspectiva da globalização na universidade brasileira. **Caderno Cedes**, ano XXI, n. 55, n. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5542.pdf>>. Acessado em: 16 jul. 2016.

World Trade Organization (WTO). Communication from the United States: higher (tertiary) education, adult education and training. S/ CSS/W/23, 2000. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/studyingabroad/highlights/global_forum/gats_he/us.pdf>. Acessado em 20 de jul. 2016 4 p.

DOCUMENTOS E ESTATÍSTICAS

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Divisão de Temas Educacionais**. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>. Acessado em 12 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acessado em 15 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário/CUNI. Resolução n. 100/1994, 15 de julho de 1994. Autoriza convênios efetivados pela Universidade Federal de Roraima.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário/CUNI. Resolução n. 026/2003, 10 de março de 2003. Aprova o novo Estatuto da Universidade Federal de Roraima.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário/CUNI. Resolução n. 006/2007, 06 de setembro de 2007. Aprova o novo Regimento Geral da Universidade Federal de Roraima.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário/CUNI. Resolução n. 006/2009, 02 de junho de 2009. Cria a Coordenadoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário/CUNI. Resolução n. 003/2011, 27 de junho de 2011. Aprova Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2016 da Universidade Federal de Roraima.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Coordenadoria de Relações Internacionais/CRINT. Base de Dados, 2016.

TESES E DISSERTAÇÕES

FREITAS, I.M.C. **Configurações estratégicas em universidades federais brasileiras.** 2002 280 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LAUS, Sonia P. **A internacionalização da educação superior:** um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012. 331 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, 2012. 331 p.

PIMENTEL, Geysa A. Universidade e Política de extensão no Brasil do Governo Lula: período de 2003 a 2010. 281 p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. 281 p.

SOUZA, Eduardo P. **Maapeando os caminhos da internacionalização de Instituições de Ensino Superior.** 2008. 247 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

VILALTA, Luis A. **A internacionalização do ensino superior brasileiro:** conceito e características do processo em instituições privadas de Ensino Superior. 2012. 240 p. Tese (Doutorado em Educação – Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. São Paulo: PUC/SP, 2012.

TRABALHO DE CAMPO

- **Entrevistas (DVD-RW)**

Balbina Líbia de Souza Santos, entrevistadora.

1. Estudantes de graduação e pós-graduação [10/02/2017a]
2. Professores [13/02/2017b]
3. Técnicos-administrativos [06/02/2017c]

- **Arquivos Iconográficos (DVD-RW)**

SANTOS, Balbina L. S. **Universidade Federal de Roraima.** 2017. 1 album (8 fot.), color., 17,5x13cm.